



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER NO GOVERNO
DO DISTRITO FEDERAL, 1995 – 1998:
Tensões e Desafios de um Projeto Contra-Hegemônico.

ROBERTO LIÃO JUNIOR

Orientador: Professor Dr. LINO CASTELLANI FILHO

Campinas - São Paulo

Fevereiro – 2003

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação Física

Programa de Pós-Graduação em Educação Física

Autor: **Roberto Lião Junior**

Título da Dissertação:

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER, NO
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 1995-1998: Tensões e Desafios de um Projeto
Contra-Hegemônico.**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado, defendida por Roberto Lião Junior e aprovada pela Comissão Julgadora em 14 de Fevereiro de 2003.

Orientador: **Prof. Dr. Lino Castellani Filho**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP**

Liáo Junior, Roberto

L631p

Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no Governo do Distrito Federal, 1995-1998: Tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico / Roberto Liáo Junior. – Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientador: Lino Castellani Filho

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Políticas públicas. 2. Educação física. – Aspectos sociais. 3. Esporte. 4. Lazer. I. Castellani Filho, Lino, 1951 -. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

DEDICATÓRIA

...O povo não tem de agradecer a seus mandatários por terem cumprido a obrigação deles; os delegados do povo não prestam favores, cumprem deveres.

A Comuna de Paris na História

Este estudo é dedicado aos protagonistas de um trabalho desenvolvido e construído, coletivamente, por meio de direções colegiadas compostas por militantes políticos vinculados ao movimento social, que ao assumirem funções estratégicas nas estruturas governamentais do então “Governo Democrático e Popular” do Distrito Federal reafirmaram em cada encontro, ação, evento, curso, seminário ou plenária, a capacidade organizativa dos trabalhadores e a possibilidade concreta de relações pautadas em princípios que tenham o interesse público, voltado para as parcelas majoritárias da população, enquanto horizonte das Políticas Públicas de um Governo.

A minha querida mãe Nice e ao meu pai Roberto de quem herdei a paixão rubro-negra, que com simplicidade e sabedoria, criaram as condições materiais e afetivas para que eu discernisse os meus caminhos.

A minha querida filha Rayssa, fonte permanente de inspiração por um mundo melhor.

Ao Prefeito de Campinas, companheiro “Toninho do PT”, vítima fatal de um perverso modelo social que banaliza a vida.

A todos os companheiros e companheiras que em um determinado momento da história recente foram presos e torturados, muitos tendo suas vidas ceifadas, para que pudéssemos construir governos com um viés democrático e popular.

Dedico também àqueles que participaram, acompanhando, criticando, criando e construindo propostas coletivamente, rompendo com uma lógica conservadora que hierarquiza as relações políticas e profissionais, e àqueles que não se convencem de que as desigualdades sociais são inerentes à existência humana, não perdendo a capacidade de externar a indignação com a brutalidade do metabolismo social do capital, colocando suas forças de vida a serviço da construção de uma sociedade igualitária, na qual os seres humanos tenham dignidade, construindo uma vida plena, justa e fraterna.

AGRADECIMENTOS

A todos os Trabalhadores da Universidade Estadual de Campinas, com maior estima aos professores e funcionários da Faculdade de Educação Física, e em especial aos companheiros do Departamento de Estudos do Lazer, Cezinha, Carmen e Michelle, que me receberam na Unicamp com muita fraternidade; ao Seu Zé e Paulinho que garantiram, na, muitas vezes, gélida Campinas, as condições necessárias para aquelas braçadas na piscina, e também ao Beeroth e Fátima que foram meus guias nos contatos iniciais do “mundo das teias” e correio eletrônico.

Ao Prof. Dr. Lino Castellani Filho, orientador paciente, amigo permanente, companheiro de primeira hora, com um compromisso político inarredável por uma sociedade justa.

À Prof^a. Dr^a. Olgamir Francisco de Carvalho que acompanhou este trabalho tanto na intervenção, como Diretora do Departamento de Pedagogia, quanto nesta dissertação, tendo resistido aos longos anos de chumbo, jamais sucumbiu ao nefasto projeto que se instalou neste país.

Ao Prof. Dr. Pedro José Winterstein, por sua participação na Banca Examinadora, e também pelo acolhimento na minha chegada à Unicamp, na condição de Diretor da Faculdade de Educação Física.

À Prof^a. Dr^a. Celi Nelza Zülke Taffarel, academicamente presente desde os meus primeiros movimentos na área, e que dedica toda sua vida a lutar pela superação histórica de um modelo social que violenta a dignidade humana.

Ao Doutorando Mestre Falcão, irmão e companheiro de Direção, observador atento às minhas limitações políticas e acadêmicas desde a Gestão, presente em todos os momentos decisivos na elaboração da Dissertação.

Ao companheiro de Direção e irmão Juarez Sampaio com o qual compartilhei preocupações de ordem acadêmica e da vida.

Ao companheiro de luta, tanto na Academia quanto no Partido político, Doutorando em Políticas Públicas Luiz Fernando Veronez.

À Doutoranda Silvia Amaral, contemporânea de Pós-Graduação, estudiosa das questões do Lazer.

Aos amigos Chao, Edgard, Fernando e Sandoval, companheiros de república no Barão Geraldo e na Antonio Cezarino, pela ajuda e amizade irrestrita desde os meus primeiros passos em Campinas.

Ao grande amigo de quase três décadas, rubro-negro Rogério Barroca, pela paciente revisão desenvolvida.

Ao Raul Torres, amigo de longa data, pelos debates e conversas, em sua consistente contribuição política, e pela colaboração na tradução de textos nas línguas espanhola e inglesa.

Ao Cícero César Paz das Neves, companheiro de Direção e de inúmeras lutas, grande conhecedor de assuntos do campo da informática e de Badminton.

À Joelma e ao João Lisot, amigos que, com paciência, colaboraram na organização do projeto em 99.

Ao Carlos Sautchuk, companheiro Doutorando pelas contribuições acadêmicas.

Aos companheiros Caparelli “Pirica”, Carlão Siqueira, César Madeira, Francisco de Assis “Chiquinho”, Cléverson Lacerda, Eliane Victório, Hélton Carvalhêdo, José Ribamar “Zezão”, Jorge Serique, José Leandro, Leduc Fauth, Lúcia Luz, Mário Amaral, Océlio Medeiros, Paulo César Valença, Patrícia de Faro, Ranulfo, Roberto Tadeu, Ricardo, Ronaldo Pacheco, Toinha, Toninho Paracatu, Vênus Déa, com os quais coletivamente construímos as possibilidades de Gestões Colegiadas, radicalmente democráticas.

Ao povo Brasileiro, Candango e do Estado de São Paulo, respectivamente, que por meio de seus impostos criaram condições materiais para o recebimento durante dezessete meses de uma Bolsa de Estudos do CNPQ, garantiram o meu afastamento remunerado para estudos ao longo de quatro semestres letivos e a existência e funcionamento da UNICAMP.

A todos os companheiros do “Governo Democrático e Popular”, que a despeito das contradições internas, foi interrompido por uma cultura política mercenária.

SUMÁRIO

Resumo	xix
Abstract	xxi
Apresentação	1
Capítulo 1	
1.1. Dos objetivos do trabalho e do referencial metodológico adotado.....	19
1.1.1 Dos objetivos do trabalho	20
1.1.2 Do referencial metodológico adotado.....	20
Capítulo 2	
2.1 Distrito Federal: uma unidade da federação! Brasília é uma Ilha?.....	22
2.2 O Governo Cristovam Buarque: 1995-1998.....	27
2.3 O Brasil em um mundo sob os ditames do Capital.....	33
Capítulo 3	
3.1 Políticas Públicas Sociais.....	39
3.2 A contribuição acadêmica na implementação de Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer.....	43
Capítulo 4	
4.1 A Educação Física, o Esporte e o Lazer em um “Governo Democrático e Popular”.....	49
4.2 Construindo a Participação: a superação da assinatura em uma folha em branco.....	54
4.3 Intervenção e construção coletiva no DF: O “Jogo Democrático” dentro do campo.....	61

4.3.1 A Elaboração da intervenção.....	66
4.3.2 A gestão do Centro de Educação Física e Desporto Escolar (CEFDE).....	71
4.3.2.1 A construção de uma Gestão Democrática	72
4.3.2.2 Ações e contradições na intervenção.....	73
4.3.2.3 Formação em Movimento, a busca das condições conceituais e materiais.....	78
4.3.2.4 Uma ação articulada: Secretaria de Educação, Bancada Partidária no Legislativo.....	81
4.3.2.5 Os enfrentamentos com os setores conservadores.....	83
4.3.3 A gestão do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (DEFER).....	85
4.3.3.1 Autonomia desarticulada.....	85
4.3.3.2 Ausência de rumo.....	88
4.3.3.3 O processo de mudança.....	90
4.3.3.4 Uma Gestão Democrática em pouco mais de sete meses.....	93
Considerações Finais.....	101
Referências	109

RESUMO

O presente trabalho investiga as ações do Governo do Distrito Federal de 1995 a 1998, coordenadas por Cristovam Buarque (Partido dos Trabalhadores - Frente Brasília Popular), na Gestão de Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer.

O estudo ocorreu em duas instâncias do poder público no DF, uma ligada à Secretaria de Educação: o Centro de Educação Física e Desporto Escolar (CEFDE) e a outra vinculada à Secretaria de Cultura e Esporte: o Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (DEFER).

O CEFDE, tendo como mediadora a Escola Pública, buscou articular ações em três frentes: as relações do Esporte no âmbito educacional, os programas que reafirmam Direitos Sociais e a Educação Física como componente curricular.

O DEFER, como espaço estratégico na implementação de políticas para a área, teve dois períodos distintos de gestão, com concepções e práticas divergentes entre si.

Tendo sido dirigente durante quarenta e seis meses da gestão investigada, sendo trinta e oito na Secretaria de Educação e oito na Secretaria de Cultura e Esporte, procurei estabelecer, na condição de pesquisador, um estranhamento ao objeto de estudo que não obliterasse a leitura radical e rigorosa dos conflitos, ações e contradições que marcaram a gestão e seus processos decisórios, assim como os processos de democratização das relações entre o poder público e a sociedade.

Quanto à afirmação da Educação Física, do Esporte e do Lazer como direitos sociais, a tardia iniciativa da elaboração de um planejamento estratégico por parte do intitulado “Governo Democrático e Popular”, que articulasse todo o setor, somente esboçado em seu último ano, associado à frágil compreensão das demais instâncias de Governo, não obistou o desenvolvimento dos princípios que orientam as Administrações Populares, ainda que de maneira contraditória.

Valendo-me de uma aproximação das contribuições acadêmicas vinculadas à tradição marxista, este trabalho centrou seu desenvolvimento numa base filosófica materialista, identificando a viabilização das possibilidades da construção de uma democracia substantiva, que tenha na constituição de formas de participação dos cidadãos uma ação estratégica na elaboração e implementação das Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer.

O estudo apontou ainda perspectivas de uma gestão pautada no interesse público, na transparência administrativa, na impessoalidade, bem como na superação de uma lógica fundada na centralização administrativa.

ABSTRACT

This is a piece of research about the policy on physical education, sports and leisure adopted by governor Cristovam Buarque, between 1995 and 1998, when the Labour Party – Brasília's Popular Front ruled the capital city.

This study took place in two areas : within the Center of Physical Education and School Sports (CEFDE) of the Education Secretariat ; and within the Department of Physical Education, Sport and Leisure (DEFER) of the Culture and Sport Secretariat.

In association with public schools, the CEFDE has dealt with the following issues: sport relations in the field of education, programs on social rights and the physical education as part of the curricula.

The DEFER, an strategic office for the implementation of policies, had two different periods in terms of ideas and usual practices.

Having held the position of director for 46 months (38 at The Education Secretariat and 8 at the Culture and Sports Secretariat) I tried to be an impartial researcher with strict views of the conflicts which marked that administration and its decision-making, as well as a severe judge of the democratization process of the relations between the authorities and the society.

As for the view of physical education, sports and leisure as social rights, the late initiative by the so-called "Democratic and Popular Government" in providing the whole sector with a strategic planning, just sketched out in the last year of the administration, plus the misjudgement from other governmental areas did not manage to obliterate some principles which must govern popular administrations.

By making use of marxist-oriented academic contributions, this piece of work has focussed on marxist theories and has sought more participation of citizens in the making and implementation of public policies on physical education, sports and leisure. In addition, it tries to show the prospects of a management style oriented towards public interest, administrative honesty, impartiality and the overcoming of administrative centralization.

APRESENTAÇÃO

Ao deparar-me com o momento de síntese dos seis semestres vividos junto ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física, da Universidade Estadual de Campinas, que é a apresentação pública desta dissertação, vinculada à Área de Concentração dos Estudos do Lazer e inserida na Linha de Pesquisa em Políticas e Diretrizes de Ação da Educação Física, Esporte e Lazer, entendi por bem fazer um relato da minha trajetória político - pedagógica e aproximar tanto a Banca Examinadora quanto os leitores ao esforço de superação pessoal e compromisso com um projeto societário que dignifique a condição humana e dê sentido à sua existência.

Passo então a descrever esta caminhada, contextualizando cada momento significativo desta jornada.

Os primeiros contatos com a Educação Física, o Esporte e o Lazer, aconteceram ainda na infância nos idos dos anos sessenta nos parques do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro cidade aonde nasci e com a qual estabeleci vínculos permanentes; um outro espaço que influenciou decisivamente a proximidade com o universo dessa área acadêmica foi o Estádio Mário Filho, o Maracanã, carinhosamente chamado por boa parte da população carioca de “Maraca”.

Aos onze anos, por força da transferência de meu pai, servidor público do Banco Central, fui morar na cidade de Brasília, no Distrito Federal.

Ano ainda de chumbo aquele de 1973, que na ingênua visão de mundo me levava a assistir e aplaudir o Desfile de Sete de Setembro no Eixo Monumental, próximo a minha residência, encantado com os cavalos imponentes, cães enfeitados, aviões em vôos rasantes e todo um aparato blindado como propaganda do golpe militar que se

preparava para completar a sua primeira década, o qual as minhas lentes infantis não permitiam perceber!

Em Brasília, jogava bola nos gramados junto à quadra residencial, vez por outra cercados por policiais e servidores do Distrito Federal, apelidados de “graminhas” que tinham a função de multar todos aqueles que estivessem jogando nas áreas verdes espalhadas pela cidade.

Ainda nessa época participei da equipe Dente de Leite do Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), hoje inativa, mas que na década de setenta convergia os interesses futebolísticos da cidade, tendo sua equipe profissional participado inclusive de alguns campeonatos brasileiros.

De volta ao Rio de Janeiro, já próximo ao término do então 2º grau, vi-me diante do dilema inerente aos jovens que tem a oportunidade de cursar faculdade neste nosso injusto país: Qual carreira seguir: Veterinária, Oceanografia? Com certeza aquelas brincadeiras com meus pais e amigos no Aterro e demais espaços da cidade, as idas permanentes ao *Maior Estádio do Mundo* acompanhar uma “paixão herdada” pelo Flamengo, e as possibilidades espaciais no Plano Piloto em Brasília, influenciaram decisivamente pela escolha do Curso de Educação Física.

No início de 1980, prestei o exame vestibular unificado que ainda incluía o teste de aptidão física com cinquenta vagas por sexo, tendo sido aprovado para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) situada na Ilha do Fundão, antiga Universidade do Brasil.

Ingressei na Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ no primeiro semestre de 1980, confirmando a minha matrícula nas dependências do para mim já tão significativo Estádio Mário Filho.

No processo de Graduação em nove semestres cursados, oito deles com greves dos Professores e Servidores por melhores condições de trabalho e em defesa da Universidade Pública, mantive permanente contato com a realidade profissional da área, buscando estágios e ampliando minha experiência em várias frentes: clubes (Flamengo, Fluminense e Botafogo), academias, escolas e também junto ao já longínquo Projeto Rondon, em operações especiais no estado do Rio de Janeiro.

Comecei minha vida profissional em Brasília no ano de 1984, intervindo em setores distintos, como academias e clubes, inicialmente com natação e, em seguida, com musculação.

No ano de 1985, participei do IV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), realizado na cidade de Poços de Caldas (MG), organizado pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE).

Trabalhei em estabelecimentos do ensino privado como professor que hoje equivale ao Ensino Infantil, Fundamental e Médio, tendo participado das primeiras greves no setor nos anos de 1985 e 1987, em um momento de grande debate social durante a Assembléia Nacional Constituinte; fui também professor no Serviço Social do Comércio (SESC) de 1987 a 1990 com atuação no Projeto Iniciar.

Corria 1989, um ano estratégico para a definição de rumos da nação brasileira em função do processo eleitoral com eleições presidenciais; após ter sido aprovado no concurso público de 1986, ingressei na Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) em maio, durante uma das greves da categoria por condições dignas de trabalho e de vida; com o término do movimento, iniciei minha trajetória profissional no serviço público do Distrito Federal em Brazlândia, distante pouco mais de cinquenta quilômetros do centro de Brasília, uma cidade que foi incorporada ao DF junto ao

estado de Goiás, na transferência da capital do Brasil.

No mês de setembro, tive a oportunidade de presenciar um dos momentos mais significativos na história recente da Educação Física brasileira, nas dependências do Centro de Convenções, na cidade de Brasília (DF), com a realização do VI CONBRACE.

Ainda no ano de 1989, integrei a Direção da Associação dos Professores de Educação Física do Distrito Federal (APEF-DF), na condição de Vice-Presidente.

Após a derrota eleitoral do projeto da Frente Brasil Popular, encabeçado por Luis Inácio Lula da Silva, iniciou-se o ano de 1990 com a inédita expectativa de eleições para o executivo e o legislativo do DF, dando início à construção política da Câmara Legislativa do DF.

O Movimento Sindical dos Trabalhadores em Educação no DF reafirmava sua combatividade e resistência ao recém inaugurado projeto neoliberal em nosso país, ampliando sua base e representatividade social, apesar da conjuntura adversa com Fernando Collor de Mello na Presidência e Joaquim Roriz, que fora seu primeiro Ministro da Agricultura, como Governador do DF.

A primeira legislatura dos vinte e quatro parlamentares do DF teve também uma atribuição constituinte, com o objetivo de elaborar a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF).

Respondendo a um chamado inicial do então Departamento de Educação Física da Universidade de Brasília (UnB), a APEF-DF, numa ação conjunta ao Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO-DF), coordenou a elaboração das proposições que viriam a ser inseridas como dispositivos legais na LODF; iniciava-se neste processo um interesse político-pedagógico na construção de Políticas Públicas

em Educação Física, Esporte e Lazer.

Fruto de uma intensa participação no movimento dos Trabalhadores em Educação, fui eleito em 1991, na instância do Conselho Político do SINPRO, membro de sua Direção Colegiada junto à Secretaria de Cultura da Entidade.

Durante a tramitação do denominado “Projeto Zico”, a Lei geral do Esporte no país, em 1993 fui um dos representantes da Federação Brasileira das Associações de Profissionais de Educação Física (FBAPEF) a acompanhar na Câmara Federal um Projeto Substitutivo elaborado pela Federação e apresentado por um Deputado do Partido dos Trabalhadores do RS, que representava o partido na Comissão de Educação, Cultura e Desporto; nesse mesmo ano passei a exercer a presidência da APEF-DE, tendo participado ainda do VIII CONBRACE, realizado na cidade de Belém (PA).

O Brasil foi mais uma vez chamado a definir o seu horizonte político por meio do voto direto; após o esgotamento do Governo Collor, desnudado pelas investigações do “Esquema PC”, culminando com o afastamento e impedimento político por oito anos do seu mandatário, a Frente Brasil Popular aglutinou os interesses e expectativas de uma expressiva parcela da população brasileira, entendendo a necessidade da elaboração de Políticas Públicas visando a construção de um novo projeto de Nação.

Particpei do Encontro que culminou com a redação dos “Treze Pontos para ser Feliz no Esporte e Lazer”, coordenado pelo Setorial Nacional de Esporte e Lazer da Frente Brasil Popular na campanha “Lula Presidente” em 1994.

No Distrito Federal, Cristovam Buarque, professor que havia sido reitor da Universidade de Brasília (UnB) representando a Frente Brasília Popular, disputava o Executivo com Valmir Campelo, um quadro político de larga experiência administrativa

ligado aos setores conservadores da sociedade local.

Sintonizado com o Setorial Nacional de Esporte e Lazer, fiz parte da equipe que elaborou o “Projeto Brasília”, proposta de Políticas Públicas setoriais para o Distrito Federal, na temática “Educação Física, Esporte e Lazer”.

No final de 1994, o quadro político no âmbito federal estava definido com a vitória eleitoral de uma aliança das forças conservadoras coordenadas pelo Partido da Social Democracia Brasileira, ancoradas no “Plano Real”, que viria a dar seqüência ao modelo neoliberal de organização do Estado brasileiro, já no plano distrital abria-se a perspectiva inédita do Partido dos Trabalhadores governar uma unidade da federação, articulada com os demais partidos na Frente Brasília Popular.

A APEF-DF organizou em Brasília, no Centro de Convenções, o 8º Congresso Brasileiro de Educação Física, realizado pela FBAPEF, no qual passei a fazer parte da Direção na condição de Presidente. A Federação pautou sua estratégia numa ação conjunta ao “Fórum em Defesa da Escola Pública” na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Junto ao Fórum pude acompanhar e analisar as justificativas apresentadas como emendas, entre elas a que acabou prevalecendo no texto final, em relação à facultatividade da Educação Física no ensino noturno, com a argumentação equivocada de que o aluno que trabalha durante o dia não pode se submeter a esforço físico à noite.

O anacronismo e fragilidade acadêmica do debate evidenciavam a prevalência dos interesses econômicos em detrimento dos direitos sociais, respaldados na correlação de força adversa aos trabalhadores, estabelecida no parlamento brasileiro.

Com a vitória eleitoral de Cristovam Buarque tive a oportunidade histórica de fazer parte de coletivos de direção durante o intitulado “Governo Democrático e Popular” do Distrito Federal de 1995 a 1998.

Em março de 1995, fui investido na função de Diretor do Centro de Educação Física e Desporto Escolar (CEFDE), órgão vinculado ao Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do DF/ Secretaria de Educação, tendo exercido a mesma função até maio de 1998, quando fui nomeado Diretor do Departamento de Educação Física e Recreação (DEFER), vinculado à Secretaria de Cultura e Esporte.

A construção de direções colegiadas, buscando a implementação de uma Gestão Democrática, pautou as ações desenvolvidas tanto no CEFDE quanto no DEFER nas gestões que tomei parte.

O CEFDE, instância que permaneci de março de 1995 a maio de 1998, teve sua atuação formuladora em três dimensões: Esporte Educacional, Programas de Integração Comunitária e Educação Física Curricular, todas tendo como mediadora a Escola Pública; participei ainda da Coordenação do “Projeto Candanguinho”, uma Ação Sócio-Educativa intersetorial pautada no atendimento de crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social.

No DEFER, permaneci de maio a dezembro de 1998, espaço administrativo com maior autonomia e amplitude de ação, pelo fato de ser o órgão um dos ordenadores de despesa da gestão pública.

A Direção do DEFER coordenou politicamente o processo de descentralização orçamentária e de atendimento às dezenove regiões administrativas em dezessete cidades que compõem o Distrito Federal, tendo na articulação das várias instâncias que transitavam nas dimensões do esporte, a reafirmação do compromisso político de uma

gestão democrática e participativa.

Mesmo vinculado às funções de direção, fui congressista do IX e X CONBRACE, realizados respectivamente em Vitória (ES, 1995) e Goiânia (GO, 1997), mantendo um permanente diálogo com as possibilidades de intervenção e construção de Políticas Públicas no DF, com a troca de experiências socializadas a partir dos fóruns acadêmicos nos espaços institucionais do CBCE.

Esses quatro anos no processo de construção e implementação de Políticas Públicas reafirmaram profissionalmente o interesse investigativo nesta Área Acadêmica e a necessidade de buscar uma maior densidade teórica e conceitual para melhor compreender a realidade social.

No ano de 1999, retornei à docência no Ensino Fundamental, trabalhando com turmas de 1ª a 5ª série, iniciando o caminho rumo ao ingresso no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Particpei ainda em junho desse ano, de um encontro preparatório ao XI CONBRACE, em Goiânia, organizado pela Secretaria Estadual de Goiás do CBCE, compondo uma mesa e ministrando um Mini-Curso, ambos acerca das Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer.

Em agosto de 1999, encaminhei ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp, o Projeto de Estudos para o ingresso no Mestrado com justificativa e currículo.

No mês subsequente, apresentei um Relato de Experiência da Gestão do Distrito Federal no Grupo de Trabalho Temático em Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer, no XI CONBRACE, realizado em Florianópolis.

Ao retornar, dei sequência ao processo seletivo junto à FEF/UNICAMP

participando de uma prova escrita e de uma entrevista, tendo após a divulgação da aprovação, solicitado o meu afastamento da FEDF para iniciar estudos no ano de 2000.

Com a não-obtenção do afastamento, e como já havia em caráter preventivo agendado quatro meses de licença prêmio por assiduidade, iniciei o primeiro semestre letivo do Mestrado cursando disciplinas junto à Faculdade de Educação Física (FEF): O Campo do Conhecimento da Educação Física IV, coordenada pelo Prof. Dr. Idico Luiz Pellegrinotti, Pedagogia do Esporte, pelo Prof. Dr. Roberto Rodrigues Paes, e Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer, pelo Prof. Dr. Lino Castellani Filho.

Participei de um debate em Belo Horizonte (MG), no final de março de 2000, na Escola Sindical 7 de Outubro, durante o Encontro Nacional do Setorial de Esporte e Lazer do Partido dos Trabalhadores com o tema “As Políticas de Esporte no Brasil e as Administrações Democráticas e Populares”

Compareci, ainda em abril, à apresentação da Tese de Doutorado do Prof. Mauricio Roberto da Silva (UFSC), na Faculdade de Educação da Unicamp, abordando o Lazer das crianças (Onde está o Lazer? O gato comeu!), com um estudo na região sucro-alcooleira em Pernambuco.

No semestre seguinte, com minha situação funcional em “*Afastamento Remunerado para Estudos*” e passando a fazer jus, a partir do mês de setembro, a uma “*Bolsa de Formação de Pesquisador II*” pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), iniciei as atividades acadêmicas, sendo aprovado no Exame de Proficiência em Língua Estrangeira (Inglês); cursei ainda uma disciplina na FEF/UNICAMP coordenada pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante: Administração em Lazer e Entretenimento, outra na Faculdade de Educação, ministrada pelo Prof. Dr. César Nunes: Filosofia da Educação, e Trabalho e Consciência de Classe, junto ao

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, lecionada pelo Prof. Dr. Ricardo Antunes.

Ao longo do segundo semestre letivo, dando continuidade ao processo de formação e consolidação acadêmica, participei em setembro do II Simpósio Nacional de Capoeira da Unicamp cujo tema foi: A Diversidade da Capoeira no Processo Educacional: Perspectivas para a próxima década; no mês de outubro estive no Ciclo de Debates Lazer e Motricidade e no Seminário Parques Temáticos: EUA x Brasil – Semelhanças e contrastes, realizados pela FEF/UNICAMP; no mês de novembro fui co-autor de um trabalho publicado no II Congresso Latino-Americano/ III Congresso Brasileiro de Educação Motora, realizado em Natal, RN, com o título “Pedagogia do Esporte no Curso de Pós-Graduação em Educação Física: uma disciplina em construção”, artigo desenvolvido como trabalho final da disciplina “Pedagogia do Esporte”; participei do IV Seminário Internacional Ciência e Sociedade por uma Cultura de Paz, promovido pela Unicamp, e da I Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto, com a temática central “Desafios para o Século XXI” organizada pela Câmara dos Deputados em Brasília, tendo presenciado ainda a Qualificação do Prof. Cheng Chao, versando sobre Políticas de Lazer no Colégio Agrícola de Jundiá/RN, pertencente à UFRN, em novembro na FEF/UNICAMP e, em dezembro, a Dissertação de Mestrado do Prof. Fernando Mascarenhas (UFG), com o tema: Lazer e Grupos Sociais: Concepções e Métodos, desenvolvida junto ao Departamento de Estudos do Lazer na FEF/UNICAMP, cuja Banca Examinadora teve como Presidente o Prof. Dr. Lino Castellani Filho (FEF/UNICAMP), e como membros o Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante (FEF/UNICAMP) e o Prof. Dr. César Nunes (FE/UNICAMP).

Tive ainda a oportunidade de desenvolver junto aos alunos da Faculdade de Educação Física (UnB) uma apresentação com a temática “Políticas Públicas de

Educação Física e Esporte no âmbito escolar” no Curso de Especialização em Educação Física Escolar, e de participar do 2º Seminário de Parques Temáticos: Entre o Trágico e o Mágico, promovido pela FEF/UNICAMP.

Durante o primeiro ano do Mestrado, retomei, após quinze anos, o vínculo institucional com a sistematização de estudos e a reafirmação da dimensão indissociável da intervenção e da elaboração conceitual.

Iniciei o segundo ano do curso participando, ao longo dos dois semestres letivos, de atividades acadêmicas visando um aprofundamento teórico conceitual, tendo assistido em março a duas apresentações de Teses de Doutorado: uma na Faculdade de Educação na Unicamp, defendida pela Prof^a. Laura Coutinho (UnB), que fora Diretora do Centro de Recursos Tecnológicos nos dois primeiros anos do Governo Cristovam Buarque, com o tema: O Estúdio da Televisão e a Educação da Memória, a outra na Faculdade de Educação da PUC de São Paulo, defendida pelo Prof. Gabriel Palafox (UFU), com o tema “Intervenção Político-Pedagógica: A Necessidade do Planejamento de Currículo e da Formação Continuada para a Transformação da Prática Educativa”.

No mesmo mês, participei de um debate no IX Seminário de Movimento Estudantil e Esporte, na cidade de Goiânia, com o tema “Políticas Esportivas e Movimento Estudantil: construindo uma Prática Social”, e do II Encontro COCEN, na Unicamp com o tema “A Interdisciplinaridade e os Avanços da Pesquisa Contemporânea: A Experiência dos Centros e Núcleos da Unicamp”.

No mês seguinte, além de presenciar uma palestra do Prof. Dr. Lino Castellani Filho na Semana Acadêmica na Universidade Católica de Brasília (UCB), em Taguatinga (DF), participei na FEF/UNICAMP de uma reunião do Grupo de Estudo e

Pesquisa em Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer.

Em abril, coordenei a Plenária de Encaminhamentos, da 1ª Conferência Nacional de Esporte e Lazer do Partido dos Trabalhadores, realizada na cidade de São Paulo.

Nos meses de maio e junho, além da elaboração de trabalhos para o XII CONBRACE em Caxambu (MG) e para o I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer em Piracicaba (SP), participei do Encontro Internacional de Filosofia e Educação, realizado em Brasília, e de uma reunião do Grupo de Estudos em Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer, da FEF/UNICAMP em Campinas.

No recesso acadêmico de julho, estive em Piracicaba (SP) no I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer como “Ouvinte das mesas temáticas”, tendo apresentado também o Trabalho “Governo Democrático e Popular do Distrito Federal, 1995-1998”.

Ainda durante o recesso, assisti na cidade de Salvador (BA), a 53ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), organizada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Durante a 53ª SBPC, acompanhei o minicurso “Reflexões sobre Prática Pedagógica, Produção do Conhecimento e Políticas Públicas”.

Ao término da 53ª Reunião, tomei parte de um Intercâmbio acadêmico e científico com a Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (LEPEL) da Faculdade de Educação da UFBA, coordenado pela Profª. Drª. Celi Nelza Zülke Taffarel.

Dando seqüência as minhas atividades acadêmicas, participei como debatedor, na cidade de Chapecó (SC), do Encontro Chapecó Cidade Educadora, na

mesa “Esporte e Lazer na Cidade Educadora”; na ocasião também tive a oportunidade de debater com Professores da Secretaria de Educação e da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, a respeito da Temática “Esporte na Escola”.

Em setembro, tive publicado o Trabalho: “Governo Democrático e Popular do Distrito Federal, 1995-1998”, no livro “Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Experiências e Perspectivas”, editado pela Prefeitura Municipal de Piracicaba, Secretaria de Esportes, Lazer e Atividades Motoras em conjunto à Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

Presenciei a uma Dissertação de Mestrado, apresentada pelo Prof. Ronaldo Pacheco (UCB/SEDF), com o tema “Expectativas e Efeitos do Encerramento da Carreira para o Atleta de Alto Nível no Brasil”, junto à Universidade Católica de Brasília, no mês de setembro na cidade de Taguatinga (DF).

Durante o Encontro Setorial de Esporte e Lazer do Partido dos Trabalhadores no Distrito Federal, realizado em Brasília (DF), fui eleito membro da Coordenação Setorial de Esporte e Lazer do DF.

Iniciei o mês de outubro apresentando junto ao Grupo de Estudos em Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer, como co-autor o Trabalho “Para além da ‘Modernização Conservadora’ e a Modernização Neoliberal: uma proposta de gestão democrática, participativa e descentralizada para o SESI”, desenvolvido como trabalho final da disciplina Administração em Lazer e Entretenimento.

Em seguida, assisti ao Ciclo de Debates - Lazer e Motricidade, organizado pelo Departamento de Estudos do Lazer, Faculdade de Educação Física/ Unicamp.

Durante a realização do XII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, em Caxambu (MG), no qual fui Congressista, apresentei uma Comunicação Oral com o

Título: “Políticas Públicas em Educação Física, Esporte e Lazer: Intervenção numa perspectiva Popular e Democrática”; coordenei ainda neste Congresso um Seminário Introdutório intitulado “Tendências da Pesquisa em Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil”, e uma mesa de apresentações de “Comunicação Oral” junto ao Grupo de Trabalho Temático de Políticas Públicas em Educação Física, Esporte e Lazer.

Na sessão final de apresentações do Grupo de Trabalho Temático de Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer, passei a fazer parte da Comissão Científica do GTT “Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer”.

Após ter participado do Encontro Nacional do Setorial de Esporte e Lazer do Partido dos Trabalhadores, realizado em Guarulhos (SP), no qual fui eleito membro da Coordenação Nacional do Setorial de Esporte e Lazer, assisti na Faculdade de Educação Física da Unicamp à Conferência “Motricidade Humana”, tendo desenvolvido ainda Atividades Acadêmicas nas disciplinas MH 103 “História da Educação Física e Esporte no Brasil”, e MH 105 “Teorias da Educação Física e Esportes”, ministradas pelo Professor Dr. Lino Castellani Filho, no Curso de Graduação da FEF/ UNICAMP.

Concluí o ano acadêmico de 2001 participando em 21 e 22 de novembro da II Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto, Uma Escola para a Inclusão Social, e do Seminário Democracia e Soberania Popular, em dezembro, ambos organizados e realizados pela Câmara dos Deputados em Brasília.

Em janeiro de 2002, durante o recesso acadêmico, compareci à apresentação do Prof. Dr. Iran Junqueira de Castro, em Concurso Público para Professor Titular da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, na Área de Cultura Corporal.

No mês de fevereiro estive em Goiânia (GO), durante a “Semana Acadêmica” realizada pela Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás (Eseffego)/ Universidade Estadual de Goiás, acompanhando a apresentação do Prof. Carlos Sautchuk, Mestrando em Antropologia pela UnB.

No dia 27, nas dependências da FEF/UNICAMP, acompanhei a apresentação da Tese de Doutorado do Professor Edgard Matiello Junior (UFSC), tendo como tema “Educação Física, Saúde Coletiva e a Luta do MST: Reconstruindo Relações a partir das Violências”.

O Primeiro Semestre Letivo de 2002 começou no dia 4 de março. Na primeira semana, desenvolvi Atividades Acadêmicas junto à disciplina FF 108 “Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer” do Programa de Pós-Graduação da FEF/UNICAMP, coordenada pelo Prof. Dr. Lino Castellani Filho.

No início de abril de 2002, participei de um debate na cidade de Ponta Grossa (PR) com o tema “Políticas Públicas e Gestão Participativa”, durante a Caravana da Alegria coordenada pela Secretaria Municipal de Esportes e Recreação, tendo em seguida estado na Unicamp dando prosseguimento ao processo de orientação acadêmica.

Em maio, apresentei um relato na II Conferência Nacional de Esporte e Lazer, o programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para o Brasil, realizada em Olinda (PE), na mesa de debates “Experiências Administrativas Petistas Municipais e Estaduais: Problemas e Perspectivas para a Administração Federal”.

Na segunda semana de junho de 2002, acompanhei, na Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, a Aula Magna proferida pelo Prof. Dr. Lino Castellani Filho com o tema “Educação Física no Brasil: Análise e Perspectivas”;

participei ainda do VI Encontro Regional dos Estudantes de Educação Física, realizado em Brasília, como palestrante da Mesa “Imperialismo: reflexos no cotidiano da Educação Física”.

No mês de julho, estive na cidade de Goiânia durante a realização da 54ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, com o tema central “Ciência e Universidade Rompendo Fronteiras”.

Em agosto cumpri a penúltima etapa do processo acadêmico com vistas à titulação, tendo sido aprovado no exame de qualificação, com a contribuição acadêmica presencial dos membros da Banca, as Professoras Doutoras Celi Nelza Zülke Taffarel (UFBA), e Olgamir Francisco de Carvalho (UnB), além do Orientador, Professor Doutor Lino Castellani Filho.

Após o término do Afastamento Remunerado para Estudos, no mês de setembro retornei à atividade docente no Centro de Ensino Médio Paulo Freire com doze turmas, sendo seis de segundo ano e outras seis de terceiro ano.

Logo na primeira semana de setembro participei como Palestrante do “Ciclo de Palestras em Educação Física” organizado pela Faculdade de Educação Física da UnB com o tema: “Políticas Públicas em Educação Física, Esporte e Lazer no Distrito Federal, 1995-1998: A Construção da Democracia Participativa no Governo Democrático e Popular”; tomei parte ainda de 20 a 22 do mesmo mês, da 3ª Conferência de Educação do Distrito Federal, tendo como temática central “Uma outra escola é possível”, organizada pelo Sindicato dos Professores no DF.

A Universidade Federal de Goiás, por meio do Curso de Educação Física em seu Campus Avançado na cidade de Catalão, realizou em novembro a 1ª Semana Científica de Educação Física com o Tema “Educação Física e Políticas Públicas:

tendências e embates”, na ocasião fui debatedor da mesa “A relação lazer-educação como política pública: panorama atual”.

Em dezembro participei como palestrante da mesa “Desporto de Participação” durante a III Conferência de Educação, Cultura e Desporto, organizada pela Câmara dos Deputados, por meio da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Após a histórica vitória eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva, contribuí ativamente durante todo o mês de dezembro nas questões alusivas ao Ministério do Esporte, junto à Equipe de Transição do Governo LULA.

Iniciei minha trajetória com o encanto pelo Futebol e sua influência na escolha pela Graduação em Educação Física, como Professor adentrei o espaço educacional fazendo conseqüentemente uma opção profissional pela docência, intervindo e percebendo as contradições sociais explicitadas a partir da realidade no âmbito escolar, materializei minha ação política junto ao Movimento Social Organizado: Associação, Sindicato, Federação e Partido Político.

Vinte e três anos após o início da Graduação em Educação Física desenvolvi nestes três anos atividades acadêmicas em dezessete cidades de nove unidades da federação: Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Catalão, Caxambu, Chapecó, Florianópolis, Goiânia, Guarulhos, Olinda, Piracicaba, Poços de Caldas, Ponta Grossa, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Taguatinga.

Dando seqüência a esta trajetória, cumprindo um compromisso junto à Secretaria de Educação do Distrito Federal e ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, após ter realizado cento e cinco trechos de viagem desde setembro de 1999, mês do início do processo seletivo, até a apresentação pública desta Dissertação, construí a expectativa

de consolidar a relação entre Formação e Pesquisa retornando socialmente este período profissionalizado academicamente com dedicação exclusiva, ao pautar no interesse público o significado precípua da minha ação político pedagógica.

CAPÍTULO 1

“Os conceitos humanos, não são inamovíveis, mas, pelo contrário, eles movem-se perpetuamente, mudam-se uns nos outros, escoam-se um no outro, porque sem isso, eles não refletem a vida existente”

V. Lênin

1.1 Dos objetivos do trabalho e do referencial metodológico adotado

1.1.1 Dos objetivos do trabalho

Tendo participado ativamente das ações providas pelo Estado como Gestor das Políticas Públicas no setor de Educação Física, Esporte e Lazer, no período do processo investigativo, procurei desenvolver um estudo analisando os fatos e fenômenos inerentes à realidade do DF, assim como os meandros da constituição dos Coletivos de Direção nos dois espaços institucionais pesquisados, buscando com fidelidade explicitar os mecanismos, as relações de poder, assim como os processos constitutivos das decisões políticas alusivas ao setor.

Os objetivos do presente trabalho residem na análise das ações do Governo Cristovam Buarque no que tange à implementação de Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer, assim como as articulações intersetoriais, coordenadas preponderantemente pelas Secretarias de Educação e de Cultura e Esporte, estabelecidas no período compreendido entre 1995 e 1998.

Visa analisar o processo de elaboração e construção dos projetos e programas da Educação Física, Esporte e Lazer desenvolvidos ao longo do quadriênio, identificando a coerência e possíveis contradições estabelecidas a partir dos princípios

de uma Administração Democrática e Popular, apresentados à sociedade quando da campanha eleitoral.

Nesta abordagem qualitativa, as estratégias metodológicas foram demarcadas por uma pesquisa histórico-descritiva, em uma experiência vivenciada efetivamente por este pesquisador enquanto gestor em uma Unidade da Federação, entre 1995 e 1998.

1.1.2 Do referencial metodológico adotado

Os anos de militância nos movimentos sociais reafirmaram uma opção política por um mundo liberto das desigualdades sociais e econômicas, comprometido com uma sociedade justa que supere o modelo do capital. Estes caminhos me instaram a procurar uma matriz teórica que refletisse academicamente esta forma de ver e interpretar a vida.

A possibilidade de elaboração desta Dissertação é expressa por um compromisso acadêmico em socializar a construção do conhecimento mediado pela intervenção na realidade social, tendo-na como marco das evidências cognoscíveis enquanto critério de verdade.

Reporto-me a Engels (apud Triviños 1987, pp. 63-64), quando o mesmo explicita que

“A filosofia marxista não enfoca a prática como experiência sensorial subjetiva do indivíduo, como experimento científico, etc., mas como atividade e, antes de tudo, como processo objetivo da produção material, que constitui a base da vida humana, e também como atividade transformadora revolucionária das classes e como outras formas de atividade social prática que conduzem à mudança do mundo”.

Valendo-me de uma aproximação das contribuições acadêmicas vinculadas a uma tradição marxista, este trabalho centrou seu desenvolvimento numa base filosófica materialista, tendo o aporte da ciência para explicar o mundo, o homem e a vida, identificando na prática social o critério de veracidade do conhecimento, considerando a Filosofia como balizadora para interpretar e explicar o mundo.

Buscando dotar de significado social esta jornada, encontrei amparo acadêmico no materialismo dialético como base filosófica e no materialismo histórico como ciência filosófica para interpretar com explicações coerentes, lógicas e racionais os fenômenos da sociedade e do pensamento, assim como na compreensão da vida em sociedade, sua evolução histórica e da prática social no desenvolvimento da humanidade.

Procurei neste estudo ultrapassar o aspecto descritivo, analisando a Gestão a partir dos conflitos, contradições e tensões geradas nos espaços estratégicos de Direção das Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer, oriundas da Secretaria de Educação e da Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal no Governo Cristovam Buarque, entre 1995 e 1998, contextualizando cada um destes episódios a uma realidade abrangente que traduzisse politicamente as ações desencadeadas, apoiando estas reflexões nas argumentações de Kosík (1976, p.60) quando assegura que "a totalidade sem contradições é vazia e inerte, as contradições fora da totalidade são formais e arbitrárias".

As considerações e reflexões acadêmicas presentes neste estudo foram fatores limitantes à época da intervenção (quando participante do Governo), ocorrendo uma desconexão entre o tempo da experiência, qual seja, a orientação efetivada ao longo da Gestão, e o tempo da reflexão com o desenvolvimento da Dissertação.

CAPÍTULO 2

2.1 Distrito Federal, uma unidade da federação! Brasília é uma Ilha?

Regiões Administrativas do Distrito Federal



Área do Distrito Federal: 5.783 Km²

“Brasília é uma ilha eu falo porque eu sei
Uma cidade que fabrica sua própria lei
Aonde se vive mais ou menos
como na Disneylândia
Se essa palhaçada fosse na Cinelândia
la juntar muita gente pra pegar na saída
Pra fazer justiça uma vez na vida...”

Luiz Inácio (300 Picaretas)
Herbert Vianna

Com a transferência política e administrativa da Capital do Brasil para o planalto central em 1960, o Distrito Federal mudou de endereço, deixando em seu lugar o Estado da Guanabara, já extinto e unificado ao Rio de Janeiro.

O Distrito Federal tem em sua organização geopolítica dezessete cidades, conhecidas como Cidades-Satélites, organizadas em dezenove regiões administrativas: Brasília (com o Plano Piloto e as regiões do Lago Sul e Lago Norte), Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga.

É uma unidade da federação que não pode ser dividida em municípios por um preceito constitucional estabelecido no Art. 32, tendo inicialmente eleito deputados federais e senadores a partir de 1986, conquistado sua autonomia política quatro anos depois, em 1990, com eleições para Governador, inaugurando ainda o seu poder legislativo com vinte e quatro deputados distritais que compõem a Câmara Legislativa.

Brasília como capital político-administrativa do Brasil, não deve ser entendida como sinônimo do DF, que como unidade da federação tem uma população de dois milhões, cinqüenta e um mil, cento e quarenta e seis (2.051.146) habitantes, segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2000), tem o maior índice de alfabetização do país: 94,8% da população sabem ler e escrever, o abastecimento de água chega em 88,7% das casas (63,9% em média no país), 84% são atendidas por rede de esgoto (33,5% no país) e 97% têm coleta de lixo (69,4% no país).

A construção de Brasília atraiu um número expressivo de imigrantes para o seu território, sendo que no espaço fora do quadrilátero geográfico do DF, na região hoje denominada Entorno, moram mais de um milhão de pessoas nos vinte e cinco

municípios do estado de Goiás e nos oito municípios do estado de Minas Gerais, vinculados às Políticas Sociais desenvolvidas no Distrito Federal, sendo que diariamente cem mil trabalhadores deslocam-se desta região para o DF.

Paradoxalmente aos indicadores de alfabetização, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo que reafirmariam a excepcionalidade do DF em relação às demais unidades da federação, o “Mapa do Fim da Fome” (FGV, 2001), identifica que o Brasil tem quase trinta por cento da sua população (29,26%) com uma remuneração inferior a R\$ 80,00 por mês, o que segundo a Organização Mundial de Saúde seria o mínimo necessário para o consumo de uma pequena cesta básica. Os indicadores sociais no DF desmentem a tese de exceção e reafirmam a concentração de renda em nosso país: 16,21% dos habitantes recebem uma renda mensal, inferior ao valor acima referido. Os índices de indigência podem não ser equivalentes ao estado do Maranhão (63,72%), que lidera a listagem nacional, mas se estatisticamente é menor, em números absolutos aponta aproximadamente “apenas” trezentas e vinte mil cidadãos nesta condição.

Os indicadores sociais de 2000 (IBGE,1999), identificando as famílias com crianças de 0 a 6 anos, são emblemáticos no que tange à concentração de renda no DF: 66,7% ou seja, 121 mil famílias ganhando menos de R\$ 360,00 por mês, em uma média nacional de 77.3%, se a análise passar por aquelas famílias que recebem até meio salário mínimo, os dados nacionais indicam 31,2 %, enquanto no DF o percentual é de 20,1%, ou seja 36.492 unidades familiares.

Mais alguns indicadores que desmentem o oásis no planalto central: o documento *Situação da Infância Brasileira de 2001*, do Unicef, constata que a despeito do DF dentre as demais unidades da federação ser o primeiro lugar em condições para

se criar uma criança, ele cai para o 227º lugar quando o estudo comparativo abrange os municípios.

O Ministério do Trabalho e Emprego (2000) desenvolveu uma pesquisa constatando que o DF detém o maior índice de trabalho infantil no Brasil entre as capitais: três em cada dez crianças são empregados domésticos.

Segundo levantamentos da Secretaria de Habitação do DF divulgados em 2001, 77,4 mil pessoas vivem sem as mínimas condições de infra-estrutura, como saneamento básico e serviços públicos, o que representa 3,5% da população urbana do DF morando em 17.505 barracos.

Em um outro estudo desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2000, correlacionando permanência na escola e remuneração, constatou-se que apenas 17,3% dos trabalhadores no DF têm nível superior.

A Receita Federal baseada em informações do ano de 1999 divulgou dados que dão a devida dimensão da desigualdade que ocorre no DF: enquanto quase 70% dos trabalhadores do DF vivem com menos de três salários mínimos por mês, 0,1% da população (2.184 indivíduos) apresenta um patrimônio de R\$ 1 milhão, tendo ainda um seleto grupo de 66 pessoas com uma riqueza avaliada em mais de R\$ 10 milhões.

As maiores rendas¹ estão localizadas no Lago Sul (7.413), Lago Norte (4.659), Brasília (3.631) e Cruzeiro (3.132); já as menores rendas estão localizadas em Planaltina (618), Santa Maria (587), Samambaia (575) e no Recanto das Emas (480).

¹ Rendimento médio mensal das pessoas responsáveis pelo domicílio, de acordo com o Censo Demográfico, IBGE, 2000.

Nesta mesma unidade da federação cerca de três mil pessoas alimentam-se diariamente do que é jogado fora nos contêineres dos supermercados e nas lixeiras residenciais.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) desenvolvida pelo IBGE em 1997, nas cidades de Belém, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Goiânia, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, revela que Brasília é a que mais gasta dinheiro com alimentação: 540 reais para uma família de quatro pessoas, contra 360 reais na média do país; Brasília detém o título nacional de ser a cidade que mais joga comida no lixo, com cerca de 20% de todos os alimentos sendo desperdiçados nos mercados do DF em uma estimativa feita pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Para desmontar definitivamente a idéia de ilha da fantasia, o DF em trabalho realizado no ano de 2000 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública ², aparece como o segundo lugar mais violento do Brasil, em números de casos por grupo de 1000 mil habitantes: é o primeiro em furtos, roubo e latrocínios, segundo em furto de veículos, e terceiro em lesão corporal, roubo de veículos, estupro e atentado ao pudor.

Em estudo mais recente referente aos seis primeiros meses de 2001, o DF caminha para assumir o primeiro posto nesta estatística, tendo mantido a liderança em furto, roubo e latrocínio, e passando a ocupar a liderança nos indicadores de furto de veículos e lesão corporal.

Associado a estes indicadores de violência, o desemprego alcança 176 mil pessoas ³, o que representa quase 10% da população do DF.

² Para dados mais abrangentes visitar o sítio www.mj.gov.br/Senasp.

³ 19,1% da População Economicamente Ativa, segundo levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

A Brasília de verdade, como os brasileiros entendem o DF, é uma unidade da federação composta por trabalhadores que lutam por condições de vida que salvaguardem a dignidade humana, o que é reafirmado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1999), quando a mesma traz informações que quase a metade (47,3%) dos adultos empregados no Distrito Federal começou a trabalhar antes dos 14 (quatorze) anos de idade.

Estes indicadores sociais não só desmentem a idéia veiculada pelos meios de comunicação social de uma Brasília com *lobby, conchavo, propina e jeton*, como canta o poeta, mas preponderantemente evidencia de maneira inequívoca, que o Distrito Federal em seus quarenta e dois anos apresenta contradições e práticas sociais constitutivas do modelo do capital, inerentes às demais unidades da federação em nosso país e ao mundo sem fronteiras da globalização financeira.

2.2 O Governo Cristovam Buarque: 1995-1998

No dia 28 de dezembro de 1998, três dias antes do término da Gestão, o jornal Folha de São Paulo publicou uma avaliação feita pelo Datafolha em dez Governos no último mês do mandato. No parágrafo alusivo ao Governador do DF trazia a seguinte contradição em relação ao resultado eleitoral que faz menção ao mandato que seria iniciado em 1999:

“... o petista Cristovam Buarque (Distrito Federal), tem 58% de “ótimo/bom” e nota 6,3. Se todos os que acham tão boa a sua gestão nele votassem, Buarque teria sido eleito já no primeiro turno. Mas perdeu para Joaquim Roriz (PMDB), no segundo.”

Não obstante o fato que 20% entenderam a gestão “ruim/péssimo”, politicamente significando a aprovação de 80% pela população, tendo assim a terceira maior taxa de aprovação e a quarta menor taxa de reprovação na pesquisa desenvolvida nos dias 10 e 11 de dezembro de 1998.

Em uma matéria assinada por Jaime Sautchuk em OPasquim21, o jornalista faz um relato que apresenta possíveis indicadores para explicar tal contradição:

“Perto das eleições de 98, na cidade-satélite de Samambaia (DF), um rapaz circulava pelas ruas de bicicleta, ambos enfeitados com as cores do PMDB. Tão enfeitados que chamou a atenção de uma equipe de TV. O repórter perguntou ao jovem:

- O que você tem contra o Governador Cristovam Buarque?
- Nada, disse o rapaz. Gosto dele, ele inventou a bolsa-escola, manda o médico na casa da gente, ele é muito legal.
- Então por que você faz propaganda pro Roriz?
- Ah, é diferente. O Roriz deu um lote pra minha mãe.”

Cristovam Buarque é pernambucano, filho de um caixeiro viajante e de uma operária da indústria têxtil; ingressou na Universidade Federal de Pernambuco em 1962 no curso de Engenharia Mecânica, tendo militado no diretório acadêmico, na juventude católica e na organização clandestina Ação Popular.

Desenvolveu estudos de Doutorado em Economia na Sorbonne, França, trabalhou no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e em 1977 passa a fazer parte dos quadros da Universidade de Brasília junto ao Departamento de Economia, tendo sido após o regime ditatorial, Reitor eleito de 1985 a 1989 desta mesma UnB.

Após um início com 2% nas intenções de voto, no dia 15 de novembro de 1994, o representante da Frente Brasília Popular, Cristovam Buarque é eleito no 2º turno tendo a médica Arlete Sampaio como Vice-Governadora, derrotando nas urnas o então Senador Valmir Campelo, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro, um quadro político representante dos setores conservadores, que fora Deputado Federal

constituente pelo Partido da Frente Liberal, uma das forças políticas que participou de uma aliança parlamentar conhecida como “Centrão”.

A Frente Brasília Popular foi constituída por oito partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); no 2º turno com o apoio político do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) local, houve o rompimento do PSTU com a Frente Popular.

O “Governo Democrático e Popular”, expressão cunhada pelo Governo do Distrito Federal sob a condução de Cristovam Buarque, foi a marca registrada daquele projeto que apontou no primeiro mês de exercício em mensagem encaminhada à Câmara Legislativa, o “Plano de Governo para o Distrito Federal”, inserindo dois princípios como fundamentais:

- “1. Assegurar a cada cidadão o exercício da democracia, da cidadania e a plena participação no Governo, contribuindo para a elevação de sua consciência política e de sua organização, em defesa de suas aspirações e interesses;
2. Garantir a cada cidadão o exercício de seus direitos sociais fundamentais, que possibilitem uma qualidade de vida digna para toda a população.”

Princípios que foram sendo ratificados no discurso do Governo ao longo da gestão, conforme publicação veiculada no segundo ano de mandato:

“Três princípios básicos do Governo da Frente Brasília Popular que se transformaram em práticas governamentais a partir de também três constatações:

1. valor da participação popular e dos grupos organizados no exercício de governar;
2. a realidade da apartação e a necessidade de superá-la com uma revolução nas prioridades que, em equilíbrio ecológico e em parceria com a sociedade civil, assegure a toda a população os valores, bens e serviços essenciais, eliminando com isso a exclusão social; e
3. a necessidade de Brasília ser mais do que a capital do Brasil e um monumento histórico da

humanidade e se transforme em uma sociedade e uma cidade plenas.”

Reafirmado nas palavras do próprio Governador em 1998: “No meu governo, educação é obsessão. Saúde, cultura, emprego e segurança são prioridades. Como a limpeza e a qualidade das vias são tarefas. Educação é obsessão.”

Brasília como capital de todos os brasileiros, sinônimo de possibilidades de um país melhor e construída em um prazo mínimo, após um breve encanto nacional interrompido por meio da força militar, passa a ser sinônimo de corrupção, usualmente mencionada no noticiário nacional associada ao tráfico de influência, a ter uma semana legislativa “de terça à quinta-feira”, desmandos administrativos e toda sorte de abusos e práticas autoritárias dos Governos Federais e de seus prepostos no DF que se sucederam desde a Ditadura Militar, passa a partir de 1995 a ocupar espaço na mídia nacional por suas Políticas Sociais compromissadas com parcelas majoritárias da população.

Programas como “Paz no Trânsito” ⁴, se antecipando ao Código Nacional de Trânsito de 1997, começa a submeter os veículos à vida, diminuindo o número de vítimas fatais em acidentes de trânsito, apresentando situações observadas anteriormente somente em países com uma organização social mais estruturada: ao sinalizar na faixa de pedestres, os carros passam a parar para que os cidadãos possam atravessar; o programa “Bolsa Escola” ⁵, ganhou projeção nacional e internacional afirmada em declaração do representante da UNESCO no Brasil, Jorge Werthein: “O

⁴ O Governo do Distrito Federal por meio do Decreto nº 17.781 de 25 de outubro de 96, transforma o programa de Segurança para o Trânsito em Programa Paz no Trânsito, atingindo uma redução no número de mortes em acidentes de trânsito em relação à frota de veículos do DF: em janeiro de 1995, 562.753 veículos/ 76 mortes, janeiro de 1996, 598.781 veículos/ 66 mortes, janeiro de 1997, 648.439 veículos/ 47 mortes, e janeiro de 1998, 710. 666 veículos/ 22 mortes.

⁵ A Bolsa-Escola foi implantada na cidade do Paranoá, por meio do Decreto 16.270, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal no dia 11 de janeiro de 1995.

Programa Bolsa-Escola do Governo do Distrito Federal inscreve-se neste marco de estratégias educacionais exitosas”, além de garantir a permanência e ampliar as taxas de aprovação no âmbito escolar, garantindo uma renda mínima, estimada em um salário mínimo, àquelas famílias residentes no DF, para que seus filhos permanecessem na Escola Pública; já o “Saúde em casa” visava um acompanhamento à população numa perspectiva de saúde preventiva; a “Escola Candanga” ⁶ foi elaborada como proposta político pedagógica para o Ensino Público no DF; a “Gestão Democrática” com a eleição direta de Diretores nas escolas públicas reinseria no âmbito educacional a possibilidade da comunidade escolar definir os rumos de cada unidade pública de ensino.

Junto à repercussão política dos programas, uma situação paradoxal se instalou, com a relação conflituosa e tensa estabelecida com o movimento sindical, apresentando um grande descontentamento em setores entendidos como estratégicos pelo próprio Governo: os Sindicatos da área da saúde contestavam a ausência de um tratamento isonômico entre os contratados do “Saúde em casa” e os demais servidores da rede pública; os Trabalhadores em Educação, por meio dos Sindicatos dos Professores e de Auxiliares em Educação, questionavam constantemente o processo de elaboração e implementação da “Escola Candanga”, bem como da contratação de servidores tercerizados.

O Governo Cristovam, apresentado à sociedade no pleito eleitoral como a “Frente Brasília Popular”, contraditoriamente reafirmava em algumas de suas

⁶ Fundamentada em princípios teóricos e dimensões: Sociológica (cidadania e democracia), Filosófica (ética e ecologia), Pedagógica (estrutura curricular organizada em fases de formação), Epistemológica (desenvolvimento e aprendizagens contínuos, construção coletiva e social do conhecimento), Política (questiona a realidade existente e aponta mecanismos para a sua superação).

manifestações a indevida associação automática entre Brasília, cidade planejada, mas com uma ocupação desordenada, fruto de uma intensa especulação imobiliária frenada, entretanto por ser um dos patrimônios históricos da humanidade, e o Distrito Federal, uma unidade da federação sujeita aos ilimitados interesses do capital e à ganância empresarial, permeada pelas mesmas contradições sociais presentes nos demais estados da federação.

A ausência de uma aliança estratégica com os movimentos sociais, priorizando politicamente as articulações com representantes do parlamento local na busca da governabilidade ⁷, associada ao populismo dos adversários, pautados no princípio da desonestidade intelectual, com promessas de campanha inexecutáveis, uma prática coronelista, o tráfico de influência, ameaças e chantagens de toda ordem, fragilizaram uma maior consistência das relações com a sociedade civil organizada, formando um caldeirão político que culminou com a derrota eleitoral da Frente Popular no DF, como ficou marcado na Greve dos Professores ⁸, na qual o estreitamento do debate por posições sectárias bilaterais poucos meses antes do processo eleitoral apontou um profundo desgaste político do Governo junto à população.

⁷ Fiori (apud Gohn, 2001, p. 34), aponta que a governabilidade constitui uma categoria “estratégica”, criada pelos intelectuais, de conteúdo normativo, associada à agenda político-econômica liberal conservadora. Isso porque ela acaba preconizando um receituário, que objetiva diminuir a dinâmica do processo democrático para conter os “excessos” nas demandas sociais.

⁸ Iniciada em 23 de abril de 98, O Sindicato dos Professores no DF (Sinpro-DF), com uma base de mais de quarenta e um mil filiados e ampla representatividade social no DF, coordenou politicamente a Greve dos Professores da rede pública de ensino que durou 72 dias nos meses de abril, maio e junho em meio a uma acirrada disputa eleitoral pelo controle político do Sindicato, tendo inclusive ocorrido dois escrutínios pela falta de quorum na primeira eleição.

2.3 O Brasil em um mundo sob os ditames do Capital

“... e veio o tal do “pensamento único”, uma espécie de ditadura de pretensas idéias que nunca foi mais do que ditadura de interesses financeiros em voracidade aguda.”

Jânio de Freitas

O significado do papel periférico do Brasil em relação ao capital globalizado deve ser entendido e identificado a partir das contradições insuperáveis do metabolismo social do capital ⁹, suas conseqüências e implicações na ordem social e econômica da população do nosso país.

A América Latina chegou à era da globalização, como aponta Fiori (1995), exclusivamente na sua vertente financeira, associada às palavras-chave de quase todas as suas políticas econômicas: estabilizar, desregular e privatizar; políticas que vêm, nas décadas de oitenta e de noventa, impondo constrangimentos culturais, políticos e econômicos, fragilizando a soberania externa dos Estados e seu poder interno de controle e intervenção sobre a economia e a organização social de seus territórios.

A humanidade atinge ao início do século XXI tendo construído conhecimento que poderia garantir condições materiais para todos os mais de seis bilhões de habitantes do planeta.

Uma vida cidadã como conceitua Arendt (apud Fedozzi, 2000, p.41) com *direito a ter direitos*: alimentação, educação, esporte, lazer, moradia, trabalho, saúde, enfim direitos a todas aquelas dimensões que garantam a plenitude e dignidade aos cidadãos e cidadãs do mundo.

⁹ Sistema que nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital, sendo, segundo Mészáros, o resultado de um processo historicamente construído, onde prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital (in Antunes, 1999).

Entretanto o modelo hegemônico do capital deixa como legado ao novo milênio e início de século, um quadro social desenhado por Sader (2000), apresentando o mundo como uma aldeia com mil habitantes, na qual metade da riqueza estaria nas mãos de apenas sessenta pessoas (todas norte-americanas), oitocentas pessoas morariam em casas de má qualidade, dois em cada três não saberiam ler ou escrever, uma pessoa teria educação universitária, sendo que de cada dez mortes, oito são vitimadas por causas sociais.

Alguns indicadores que encerram a brutal desigualdade no final do século XX, apresentam os países do centro capitalista acumulando 78,8% do Produto Nacional Bruto mundial, já os países mais pobres dispõem de apenas 1,5% dos 23,1 trilhões de dólares deste montante. Uma população de 20% dos habitantes concentra 82,7% da riqueza mundial, restando assim 17,3% desta riqueza aos demais 80% de habitantes do mundo.

Contabilizando uma fortuna superior a 1 trilhão de dólares, as 225 pessoas mais ricas do mundo concentram uma renda que se iguala à renda anual dos 47% mais pobres da população mundial, isto é, 2,5 bilhões de pessoas; estimativamente apenas 4% da riqueza destas pessoas mais ricas (44 bilhões de dólares ao ano), seriam necessários para garantir e manter o acesso à saúde, ao ensino básico, saúde reprodutiva para as mulheres, alimentação suficiente, água limpa e saneamento para todos os habitantes do planeta, uma pequena fração se comparada aos 780 bilhões de dólares com gastos militares anualmente em todo o mundo.

No ano de 2002 a Seleção Brasileira, representando o Brasil na “Copa do Mundo de Futebol Coréia-Japão”, sacudi o país com o pentacampeonato voltando a ser a primeira colocada na classificação organizada pela Fédération Internationale de

Football Association (FIFA), realizando um autêntico carnaval em pleno mês de julho.

Três semanas após o triunfal retorno da Seleção, foi divulgado o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), e dentre cento e setenta e três nações do mundo, o Brasil ocupa a 73ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁰.

Em nosso país, 54 milhões de pessoas, ou 32,1% da população, vivem com menos de meio salário mínimo, os 10% mais ricos ganham 48,7 vezes mais do que os 10% mais pobres, ficando os 20 % mais pobres com 2,5% e os 20% mais ricos com 63,8% da renda nacional, nos colocando atrás somente de Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia em concentração de renda em todo o mundo, cristalizando um abismo social nas condições de vida entre ricos e pobres.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desenvolveu, no ano de 2000, um estudo chamado “Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável”, os indicadores nos colocam entre “os dez mais” em alguns itens: o país é o terceiro maior mercado de jatinhos, atrás de Estados Unidos e México e o nono de Ferraris na classificação internacional. Uma Ferrari custa em média R\$ 650 mil, já um jato mais simples custa, em média, R\$ 9 milhões; um trabalhador que ganha um salário mínimo levaria 331 anos para adquirir o veículo e 4.584 anos para o jato particular em valores de junho de 2000.

Uma pesquisa realizada pelo Datafolha em 126 municípios de todos os Estados brasileiros identifica que as Leis trabalhistas não existem para a maioria: 12,7 milhões de trabalhadores declararam estar sem qualquer ocupação, o número de

¹⁰ A introdução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelas Nações Unidas é ainda um passo limitado na direção de fazer com que as pesquisas captem a efetiva realidade das sociedades contemporâneas, até porque continuam a trabalhar com médias, que escondem as desigualdades cada vez maiores dentro de cada sociedade. Mas o IDH representa, pelo menos, a utilização de índices diretamente sociais - educacionais e de saúde, neste caso -, que aproximam as estatísticas da verdadeira cara das sociedades atuais (Sader, 2000, p. 77).

empregados com carteira de trabalho registrada equivale àqueles que vivem de bicos ou de trabalhos esporádicos (16%), ampliando assim a precarização das relações de trabalho nos últimos cinco anos.

Apenas 5% daqueles recebem uma remuneração acima de R\$ 1.800,00¹¹, sendo que 56% deste universo de ocupados tem remuneração até R\$ 360,00 por mês. Quanto ao tempo para o lazer, 50% declararam ser suficiente e 14% mais do que suficiente, ainda que 46% tenham declarado que dormem menos do que oito horas por dia, e 62% tenham menos do que uma hora por dia para se alimentarem na hora do almoço; 61% opinaram ser muito feliz ou feliz no trabalho.

Recorro a Kosík (1995), quando ele se valendo de um ditado popular “*o homem se acostuma até com a força*”, afirma que o homem cria para si um ritmo de vida até no ambiente menos habitual, menos natural e humano.

O modelo do capital naturaliza a barbárie e o lucro, perpetrando modificações na escala de valores humanitários tornando sinônimo o que é habitual e usual, pautado pelas relações de mercado, como se fosse algo natural assepticamente extraído de qualquer relação social.

O Brasil apresenta as piores proporções de professores por alunos no ensino básico entre 47 nações avaliadas em 1999 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), estando na última posição no ensino médio, tendo ainda a terceira pior média salarial anual no início de carreira, ficando atrás apenas da Indonésia e do Peru.

¹¹ Em % dos que trabalham, tendo como referência o salário do último mês pesquisado (novembro de 2001), levando ainda em conta o salário mínimo (S.M.) vigente à época de R\$ 180,00: Até meio S.M., 7%, De meio a 1 S.M., 19%, De 1 a 2 S.M., 30%, De 2 a 5 S.M., 25%, De 5 a 10 S.M., 9%, Mais de 10 S.M., 5%.

Neste mesmo país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identifica em 15.076.588 o número total de analfabetos, o equivalente à população chilena ou três vezes a de Israel; se forem considerados os maiores de quinze anos com menos de quatro anos de escolarização, caracterizando assim o analfabetismo funcional, chega-se a quase a trinta por cento (29,4%) dos 169.590.693 (IBGE, 2000) que perfazem a população do Brasil.

A opção política de subserviência ao modelo do capital fez com que em 2001, os gastos do governo com pagamentos de juros e encargos da dívida pública superassem os investimentos em 625%: a União destinou R\$ 32,4 bilhões para pagar encargos da dívida e investiu apenas R\$ 1,6 bilhão em projetos de educação, habitação e saneamento.

Os indicadores sociais dão a devida dimensão dessa opção preferencial pelo capital: em março de 2002 em visita ao Brasil, Jean Ziegler, relator especial da ONU sobre o Direito à Alimentação constatou que o país não cumpre compromissos firmados em pactos internacionais, afirmou que:

"Há uma guerra de classes no Brasil. São 40 mil assassinatos por ano, de acordo com as estatísticas do Ministério da Justiça. Há uma guerra social aqui. Para a ONU, 15 mil mortes por ano são indicador de guerra" "No Brasil, [...] a fome é um genocídio, não uma fatalidade".

Faz-se necessário ter atenção à seguinte questão: a serviço de qual projeto societário as políticas são desenvolvidas? Se identificadas com as expressões do capitalismo contemporâneo e sua vertente neoliberal tendo como mediadora social a economia de mercado, sua "mão invisível" ¹² e a democracia representativa, ou na luta por uma sociedade igualitária, justa, fraterna e de colaboração, na qual os sujeitos não

¹² Karel Kosík invoca Adam Smith para situar a expressão: (O capitalista) "busca apenas a própria segurança, e pelo fato de que ... ele dirige a produção de tal modo que o seu produto tenha o máximo de valor, ele busca apenas o próprio ganho pessoal, como em muitos outros, neste caso uma **mão invisível** o conduz, para ajuda-lo a alcançar um fim pelo qual ele não se interessa" (grifo meu).

sejam meros coadjuvantes consumidores?

A questão é desmascarada por Gentili (1998) ao explicitar o modelo do homem neoliberal como aquele cidadão privatizado, responsável, dinâmico: o consumidor, transferindo as políticas sociais da esfera da *política* para a esfera do *mercado*, vinculando a noção de cidadania ao indivíduo na condição de proprietário.

Afirma em contraposição a esta lógica, contudo que as políticas públicas devem ser orientadas para uma ampliação e universalização dos direitos sociais da cidadania, concepção manifestada por Sader (1998), quando dimensiona com centralidade a questão política: “As relações políticas são então as que autenticamente tem o papel de organizar os indivíduos na sua existência social”.

O Brasil tem 54.491.396 estudantes em todos os níveis de ensino (exceto o Ensino Superior). Destes, 87,6% estudam em Escolas Públicas, sendo um indicador a orientar em que direção devem caminhar os interesses e as prioridades das políticas sociais em nosso país.

Estes dados são sintetizados por Buarque (2001), ao afirmar que: “Este é o país que melhor reflete a tragédia civilizatória”, apontando o risco da exclusão do que é essencial à vida como uma dimensão da cidadania partida ¹³, princípio constitutivo da nova ordem excludente da globalização meramente financeira, impeditiva, como entende o autor, da cidadania como *a luta de cada pessoa por interesses comuns, em busca de uma utopia*.

¹³ Em seu *Admirável Mundo Atual, Dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado*, Cristovam Buarque traduz a Cidadania Partida: “Com a apartação, a cidadania se apresenta partida, diferenciada segundo a posição social do indivíduo. Perante a lei os direitos parecem iguais para todos, mas são diferentes na prática do dia-a-dia..., Cada aspecto da cidadania se apresenta diferenciado: a segurança pública privilegia os ricos em detrimento dos pobres; as informações e a participação social são diferenciadas conforme a classe social a que pertence um indivíduo, e assim por diante”.

CAPÍTULO 3

“O que se pode concluir, em nível de políticas públicas brasileiras (emprego, educação, saúde, lazer e outros), é que não prevalece nem o *Welfare State* e nem a Terceira Via. Prevalece, sim, o reino da necessidade governado pelo Estado Mínimo neoliberal que impõe políticas ditas *sociais* que se materializam em crescentes destruições: da dignidade, da cidadania, da força humana de trabalho, do patrimônio público.”

Motrivivência

3.1 Políticas Públicas Sociais

Em tempos de hegemonia neoliberal na ordem política e econômica do mundo, a concepção de um Estado mínimo, fundado na ordem e propriedade, encontrando no mercado o seu natural mediador, passa a ser implementada a partir de um conjunto de reformas capitaneadas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ¹⁴, sendo apresentadas às frágeis democracias recém instaladas na América Latina como o modelo de Administração Pública, tese conhecida como Consenso de Washington ¹⁵, que cria parâmetros e diretrizes de ação para o Poder

¹⁴ O Banco Mundial tem hoje muito pouco em comum com a organização que foi criada em 1944 na Conferência de Bretton Woods. Esta teve sua fundação vinculada à do FMI, sendo ambas as instituições resultado da preocupação dos países centrais com o estabelecimento de uma nova ordem internacional no pós-guerra. Sob forte hegemonia norte-americana, os 44 países que se reuniram em Bretton Woods para discutir os rumos do pós-guerra buscaram criar instituições capazes de conferir maior estabilidade à economia mundial de forma a impulsionar o crescimento e evitar a emergência de novas crises internacionais.

...Conta com 176 países membros, e ... vem desempenhando importante papel como instrumento auxiliar do governo norte-americano na execução de sua política externa. Tendo em seus estatutos que a influência nas decisões e votações é proporcional à participação no aporte de capital, o que tem assegurado aos EUA a presidência do Banco desde a sua fundação, e hegemonia absoluta entre as cinco nações líderes na definição de suas políticas e prioridades. (Soares,1998).

¹⁵ A expressão *Washington Consensus* foi usada pela primeira vez por John Williamson, pesquisador do Institute for International Economics, um dos célebres *think tanks* norte-americanos. O programa de

Público.

Com o aprofundamento da crise provocada pelo endividamento crescente, estas instituições passam a intervir diretamente na formulação da política brasileira, condicionando as possibilidades de renegociação da dívida à restrição da presença do poder público na implementação e ampliação na esfera das políticas sociais.

As políticas de ajuste mediadas por estes órgãos de fomento tiveram notórios efeitos sociais regressivos, tendo no combate a pobreza um grande destaque, conotando um viés eminentemente assistencialista às políticas sociais; Demo (apud Linhares e Pereira Filho, 1999) busca elucidar algumas questões ligadas às mesmas quando explicita a importância de Políticas Assistenciais, diferenciando-as das Políticas Assistencialistas, definindo a primeira como *ações destinadas a grupos que não se auto-sustentam*, já a segunda objetiva o *cultivo do problema social sob aparência de ajuda*, construindo um processo de humilhação a quem a recebe, reafirma ainda que é o direito humano a direção de uma Política Assistencial, correspondendo, entretanto a uma estratégia de manutenção das desigualdades sociais, o papel de Políticas Assistencialistas.

O esgotamento do “milagre econômico” e de mais um regime de exceção, acompanhado pelo crescimento do desemprego e enfraquecimento progressivo do poder de compra dos salários, abre um espaço político no qual começa a ser explicitado o caráter contraditório instalado naquele período, bem como a investigação e avaliação das políticas sociais adotadas durante a liderança tecnocrático-militar, que submeteu

ajuste e estabilização proposto no marco desse “consenso” inclui dez tipos específicos de reforma que, como assinala Williamson, foram quase sempre implementados com intensidade pelos governos latino-americanos a partir da década de oitenta: disciplina fiscal; redefinição das prioridades do gasto público; reforma tributária; liberalização do setor financeiro; manutenção das taxas de câmbio competitivas; liberalização comercial; atração das aplicações de capital estrangeiro; privatização de empresas estatais; desregulação da economia; proteção de direitos autorais (Portella Filho, 1994, apud Gentili, p.14.).

após duas décadas de ditadura, a maioria da população a um desolador quadro social.

Os ventos democráticos também começaram a soprar na Educação Física, com Castellani (1988, p. 196) sublinhando este momento quando afirma:

“Para que possamos, contudo, resgatar os primeiros sinais emitidos no interior da Educação Física na direção do restabelecimento de um debate interrompido abruptamente com o golpe de abril de 64, temos que viajar de volta no tempo e nos localizarmos no ano de 1980, quando os ares de uma "abertura política" passaram a soprar, ainda que timidamente, acalentando as esperanças de democratização da sociedade, cujos segmentos sociais, em parcelas cada vez mais significativas, já vinham dando sinais cada vez maiores, de insatisfação e cansaço de todos aqueles anos de autoritarismo.”

As ações desenvolvidas pelo movimento social organizado, articulado em associações, pela reorganização dos partidos políticos, e por meio do movimento sindical, com maior ênfase àquele ligado a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980 e a Central Única dos Trabalhadores em 1983, foram decisivas para que ares democráticos transitassem por todas as esferas institucionais, tendo sido criadas, a partir da Constituinte, as condições necessárias e indispensáveis para que a política pública passasse a ter um maior espaço de discussão, tanto no âmbito social quanto no acadêmico; política pública esta compreendida por Pereira como:

“O termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e freqüentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos. A política pública expressa, assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos.(Pereira, 1994, apud Cunha e Cunha, 2002).”

Afirmada como um tipo de política social ¹⁶, a perspectiva de uma sociedade democrática traz a confirmação acadêmica das políticas públicas na qualidade de área de estudos, levando em consideração questões apontadas por Azevedo (1997, p. 2), em investigação desenvolvida na Educação:

¹⁶ Segundo Cunha e Cunha (op. cit.), entendida como “estratégia de intervenção e regulação do Estado no que diz respeito à questão social”; Silva (1999) compreende o conceito de política pública social como as intervenções do Estado voltadas ao atendimento da população como um todo, não apenas a uma classe ou grupo social.

“Isto significou, por um lado, ter como cenário a própria crise que perpassava o modo de regulação das sociedades, implicando a abordagem de temáticas como a crise fiscal do Estado e as necessidades de sua reforma, as proposições neoliberais, as ameaças aos estados de bem estar social nas democracias avançadas, a *débâcle* do socialismo real; tudo isso naquilo que se somava no sentido de aprofundar, ainda mais, as precárias condições do nosso estado de *mal-estar-social*”.

Identifico-me conceitualmente com a mesma autora, quando esta situa as Políticas Públicas como aquelas que “...representam a materialidade da intervenção do Estado, ou o Estado em Ação”; entende ainda que em um plano mais concreto:

“o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente”.

Belloni, Magalhães e Souza (2000), entendem-na como “o conjunto de orientações e ações de um governo com vistas ao alcance de determinados objetivos”.

Em diferentes áreas as leituras alusivas às políticas sociais com um viés público se expressaram. Costa (1998), em sua tese junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, considera Política Pública como:

“o espaço de tomada de decisão autorizada ou sancionada por intermédio de atores governamentais, compreendendo atos que viabilizam agendas de inovação em políticas ou que respondem a demandas de grupos de interesses.”

Muller e Surel (2002) a partir da realidade francesa entendem a Política como ação pública

“... designando o processo pelo qual são elaborados e implantados programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos”

Argumentam ainda ser uma política pública composta inicialmente por “um conjunto de medidas que constituem a substância visível da política” (op. cit. p. 14).

Em um estudo voltado às discussões das políticas públicas para o atendimento à infância e adolescência, Pereira, citada por Degennszajh (apud Carvalho

et al., 2002), concebe Política Pública como:

“linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual.”

Cobb e Elder (apud Muller, 2002), argumentam que as políticas públicas são sem dúvida um elemento de participação política, que completa, concorre e/ou interage com os modos tradicionalmente consagrados que são o voto ou a militância.

A Educação Física, na condição de Área Acadêmica começa a reverberar tal debate buscando uma sintonia com este momento histórico, ainda que de maneira tímida, procura desenvolver estudos em diálogo com outras áreas, passando a produzir conhecimento ancorado nesta problemática.

3.2 A contribuição acadêmica na implementação de Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer.

“...O fato de que tudo se pode elaborar uma teoria, e que tudo pode ser submetido a um explícito exame analítico demonstra um certo “privilégio” de que goza a esfera teórica em confronto às demais. Além da arte, existe também uma teoria da arte: além do esporte, existe também uma teoria do esporte; ...”

Karel Kosík

Com a derrocada da ditadura militar, de trágica memória em seus vinte e um anos, iniciou-se a partir de 1985, com o processo de restabelecimento da ordem democrática no país, a sistematização e veiculação de trabalhos e ensaios tendo como

objeto de estudo as relações do poder público com políticas efetivas para a Educação Física e o Esporte, reafirmando-os como Direitos Sociais e dimensões indissociáveis na construção da cidadania.

A Revista Corpo e Movimento em sua edição de abril de 1985 teve como temática “O esporte e a Nova República”, assim como a Revista Sprint em uma edição especial também em 1985 apresentou “A Educação Física na Nova República”, com contribuições de Cantarino Filho, Taffarel e Castellani Filho.

Manhães tornou pública em abril do mesmo ano, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sua Dissertação de Mestrado “Política de Esportes no Brasil”.

Tanto a FBAPEF quanto o CBCE em seus congressos realizados respectivamente em Belém e em Brasília no ano de 1989, protagonizaram a questão, contextualizando a inserção das políticas públicas na agenda acadêmica.

A ocupação de espaços nas administrações municipais, associado ao processo de elaboração do novo ordenamento legal para o país em sua Carta Magna, assim como em suas leis complementares para a Educação, o Esporte e o Lazer tanto no âmbito nacional ¹⁷ quanto no âmbito estadual/distrital ¹⁸, e municipal, suscitaram um aprofundamento acadêmico alusivo às questões das políticas ligadas à Área.

Em 1997 quando da realização do X CONBRACE na cidade de Goiânia, o

¹⁷ A Constituição Federal de 1988, em seus Art. 5º, 6º, 24 e 217, a Lei 9.394 de 1996, que *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional* (LDB) em seu Art. 26, §3º, e Art. 27, IV, a Lei 9615 de 1998, que *Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências*, alterada pela Lei 9981, de julho de 2000, assim como a Lei 10.257, de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), inserem dispositivos legais que adjetivam a participação do poder público em relação à Educação Física, ao Esporte e ao Lazer no Brasil.

¹⁸ A Lei Orgânica do Distrito Federal de 1993, em seus Art. 233, 254, 255, 256, 257, e no Art. 19 das Disposições Transitórias, tendo ainda o Art. 267 alusivo às crianças e adolescentes, e o Art. 272 respaldando os Idosos, dão o suporte legal ao poder público para implementar políticas sociais na área.

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte ¹⁹ estabeleceu uma dinâmica na qual a discussão acumulada convergiu para a criação do Grupo de Trabalho Temático (GTT) em Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer; grupo este que se referencia em “Estudos dos processos de formulação, adoção e avaliação das políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer”, tendo como ementa a seguinte redação:

“O GTT “Educação Física, Esporte e Políticas Públicas” configura-se como um espaço acadêmico para as reflexões relativas à análise das relações políticas que se estabelecem entre o Estado e a Sociedade, mediadas pela Educação Física, pelo Esporte e pelo Lazer, aqui entendidos enquanto práticas sociais e enquanto direitos sociais.

As investigações no campo das políticas públicas ocupam-se, fundamentalmente, da atuação do Estado; dos fins, interesses e prioridades que orientam esta atuação e das interações construídas, ou não, com a sociedade nestes processos.

Estudos sobre políticas setoriais de educação física, esporte e lazer abordam processos de formulação, implementação e avaliação de programas e/ou políticas desenvolvidas tanto no plano da ação legislativa quanto no plano da ação executiva.

Nestes processos, a investigação buscará compreender e analisar as estratégias de organização e representação de interesses que se consolidam no âmbito da sociedade e do diálogo que estabelecem com o setor público.

Existem temáticas que tem ocupado uma certa centralidade nas análises das políticas públicas. Destaca-se por exemplo: gestão pública e processos decisórios, financiamento de políticas, processo de democratização das relações estado/ sociedade, cidadania e direitos sociais, esfera pública X esfera estatal, novos ordenamentos legais e suas conseqüências, assistencialismo e classes sociais, o estado de bem estar social e as diferentes abordagens teóricas.”

A Revista *Motrivivência*, da Universidade Federal de Santa Catarina, publicou dois volumes, nos anos de 1998 e 1999, com contribuições acadêmicas alusivas ao tema, apontando considerações em seu editorial de julho de 1998:

“O Tema *Políticas Públicas para a Educação Física, Esportes e Lazer* não pode subestimar o problema do desemprego, afinal, são 800 milhões de trabalhadores desempregados ou exercendo tarefas precarizadas em todo o mundo, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho. Ainda na teia das repercussões políticas e sociais, no âmbito da *política de geração de empregos*, não se pode desconsiderar, também, as conseqüências dessas políticas para os trabalhadores em geral e, em especial, os da educação. Isso posto, torna-se cada vez mais iminente, ao discutir a pertinência das Políticas Públicas para a Educação Física, Esportes e Lazer, não perder de vista o sentido anti-capitalista, que seja capaz de gerar empregos, educação, terra, previdência social, saúde e segurança para todos. Além disso não só comida, mas, também, *diversão, balé e arte*, enfim, Lazer, Trabalho, Educação e Cultura.”

¹⁹ Para maiores informações visitar o sítio www.cbce.org.br

A ampliação do interesse pela investigação acadêmica passa a refletir aquelas experiências administrativas, analisando, elaborando e construindo conhecimento a partir da sistematização de estudos, iniciativas que vêm crescendo nos últimos anos, traduzindo assim ações que vêm contribuindo de forma muito significativa a melhor compreensão conceitual, com a conseqüente perspectiva de implementação de políticas sociais que se somem à construção de um projeto histórico de superação do modelo social do capital.

Durante a realização do XI Conbrace em 1999, na cidade de Florianópolis, o GTT novamente se reúne, sendo na ocasião lançado um livro no qual os coordenadores do Grupo, sintonizados com a temática central daquele congresso apresentam uma contribuição: “Intervenção, Conhecimento e Mudança: a Educação Física, o Esporte e o Lazer nas Políticas Públicas”.

Linhaes e Pereira Filho (1999), manifestam a necessidade de se construir uma competência política e acadêmica, capaz de qualificar o saber produzido e as possibilidades de intervenção na realidade social e política daí decorrentes.

A realização do Simpósio Nacional de Educação Física, organizado em novembro de 1999, pela Universidade Federal de Pelotas, a temática tem posição central junto à organização, externada nos Anais do evento:

“Na presente edição, ano de 1999, em que a Universidade Federal de Pelotas comemora seu 30º aniversário, o XVIII Simpósio Nacional de Educação Física, com o tema central focado em “Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer” ao reunir autoridades e especialistas para aprofundar a análise dos diversos componentes deste atual assunto, oportuniza que o seja feito com a participação dos atores mais diretamente envolvidos, ou seja, os profissionais da área de educação física de diversas origens geográficas do território brasileiro e diversas origens organizacionais, tais como, universidades, empresas, associações, serviços, clubes, iniciativa privada, instituições públicas federais, estaduais e municipais.”

Em abril de 2001 foi realizado nas dependências da Universidade Estadual de Campinas um Seminário de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, que apresentou os seguintes objetivos:

“Propiciar a discussão entre a Universidade, os órgãos executivos municipais, estaduais e federais, e a comunidade em geral, das diretrizes norteadoras de políticas setoriais em esporte e lazer, levando em conta o contexto cultural e social mais amplo;

Propiciar troca de experiências entre Universidade e Comunidade;

Propiciar elementos para o planejamento das gestões municipais que se iniciam em 2001, nas áreas de Esporte e Lazer, parte integrante de uma política cultural ampla, relacionada a outras esferas da atividade humana.”

O aumento do interesse político pela temática se amplia com a realização do I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, na cidade de Piracicaba, que teve como objetivos os seguintes pontos:

“A realização do I Fórum tem como objetivo discutir e debater diretrizes de Políticas Públicas na área do Esporte e Lazer.

Subsidiar secretários de esportes, vereadores, prefeitos e assessorias que iniciam a gestão em 2001, na possibilidade de implantação de políticas públicas neste setor.

Debater e discutir propostas de Governo, papel do Poder Público frente às diversas faces do esporte e do lazer, quanto a sua manutenção enquanto trabalho dispensado à coletividade.”

Dando prosseguimento a consolidação acadêmica do debate em Políticas nesta área, foi realizado na cidade de Poços de Caldas o XII CONBRACE, evento no qual o espaço institucional do estudo foi ampliado: um Seminário Introdutório e outro de Aprofundamento em “Tendências da Pesquisa em Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil”, foram desenvolvidos com uma expressiva participação, além dos debates e a apresentação de trabalhos em forma de comunicação oral e pôster, junto ao Grupo de Trabalho Temático.

Almeida (2000), Amaral (1999,2000,2001), Bracht (1989,1997), Cantarino Filho (1985), Castellani Filho (1985,1985,1996,1998,1999,2001), Leiro (2001), Linhales

(1996,1997,1999), Manhães (1985), Marcellino (1996,2001), Pereira Filho (1998,1999,2001), Silva (1999) Stigger (1998), Taffarel (1985, 2001), Vaz (1997), Veronez (1998,2001), são alguns dos autores que em suas produções acadêmicas contribuíram e vêm contribuindo conceitualmente de maneira substantiva com o avanço e a consolidação da área, dando subsídios para a elaboração de ações do poder público tanto na esfera executiva quanto na legislativa.

Este adensamento conceitual socializado em seminários, congressos, monografias, dissertações e teses, apresenta em grande parte uma característica estabelecida a partir de um diálogo estabelecido entre a produção acadêmica e as administrações, notoriamente aquelas vinculadas ao campo popular, que vêm buscando e sendo referência a esta produção.

CAPÍTULO 4

**“Nascemos num campo de futebol
Haverá melhor lugar para dar à luz a uma estrela?
(...) Nada causa mais horror à ordem do que homens e
mulheres que sonham.
Nós sonhamos e organizamos o sonho.
(...) Aprendemos que a construção do Brasil
Não será obra apenas de nossas mãos.
Nosso futuro resultará da desencontrada multiplicação
dos sonhos que desatamos”**

Pedro Tierra

4.1 A Educação Física, o Esporte e o Lazer em um “Governo Democrático e Popular”.

O restabelecimento democrático no Brasil propiciou condições para que os partidos que compõem o campo popular, ou de acordo com Gracindo (apud Mendonça, 2000), os chamados Partidos Transformadores ²⁰, passassem a ocupar funções estratégicas de gestão do poder público, respaldados pelo Sufrágio universal.

O Partido dos Trabalhadores começa então a coordenar espaços institucionais nas administrações ligados à Área, fazendo com que problematize internamente a questão da Educação Física, do Esporte e do Lazer.

Após experiências significativas em âmbito municipal, nas cidades de pequeno e médio porte, bem como em capitais, o programa democrático e popular, a

²⁰ Segundo a autora, os grupos partidários que fazem parte da categoria de Partido Transformador são o Partido Comunista do Brasil - Pc do B, O Partido Popular Socialista - PPS, o Partido Socialista Brasileiro - PSB, o Partido dos Trabalhadores - PT, e o Partido Verde - PV. Outras categorias apontadas pela autora são os partidos invariantes (PDC, PDS, PFL, PRN, PSC, PTB e PTR), partidos mudancistas (PDT, PL, PMDB, PRS, PSDB e PST). A classificação adotada considerou apenas os 18 partidos com assento no Congresso Nacional, dentre os 41 com registro no Tribunal Superior Eleitoral; observar que algumas siglas já foram extintas e/ou fundidas.

partir de 1995 governa pela primeira vez, simultaneamente duas unidades da federação, o Espírito Santo, projeto que foi interrompido por conflitos internos irreconciliáveis, e o Distrito Federal.

O compromisso político de um conjunto de militantes fez com que estas experiências fossem sistematizadas em documentos ²¹, culminando com o reconhecimento partidário, e a criação de uma instância interna denominada Setorial de Esporte e Lazer ²².

Dentre aqueles documentos produzidos coletivamente, A Carta de Princípios de uma Administração Democrática e Popular para o Esporte e o Lazer, e os Treze Pontos para ser Feliz no Esporte e no Lazer, sintetizavam o pensamento do partido em relação à temática.

A Carta de Princípios, elaborada em 1989 no Instituto Cajamar em São Paulo, contava com oito itens, a saber:

“1- Impedir que o Lazer e o Esporte como fenômenos culturais significativos do nosso povo continuem a ser utilizados como veículos de reprodução dos valores dominantes, o que pouco tem contribuído para o desenvolvimento humano numa perspectiva de construção de uma sociedade verdadeiramente justa e democrática.

2- Buscar formas concretas para democratizar os espaços e equipamentos esportivos e de lazer, ampliando e melhorando o nível de participação popular, não só nas práticas corporais e esportivas, mas na apropriação de significados destas manifestações culturais com vistas ao desenvolvimento humano.

3- Considerar que o Estado não deve abrir mão de definir as diretrizes nas políticas de Esporte e Lazer sem, contudo deixar de buscar, quando necessário, o apoio de recursos externos desde que não

²¹ Dentre os diversos documentos produzidos coletivamente cabe destacar: Carta de Princípios, 1989; O Modo Petista de Governar, Esporte e Lazer, Direito ao Ócio, 1992; Bases do Programa de Governo, Lula Presidente, uma Revolução Democrática no Brasil. Direito à cultura esportiva, 1994. Comitê Nacional de Esporte e Lazer LULA Presidente. 13 Propostas do Governo Lula para o Esporte e o Lazer, 1994; Setorial Nacional Esporte e Lazer do PT, 1995; Movimento Pró Setorial Nacional de Esporte e Lazer, 1999; Resoluções da Conferência Nacional de Esporte e Lazer do PT, 2001; Uma Proposta de Política de Esporte e Lazer para o Brasil, 2002.

²² O Estatuto do Partido dos Trabalhadores, de 2001, traz em seu Art. 121 que “Os Setoriais são instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados”; Dentre os demais Setoriais, o de Esporte e Lazer está vinculado à Secretaria Nacional de Movimentos Populares.

impliquem na interferência dos princípios políticos e filosóficos de um governo popular e democrático.

4- Considerar as práticas corporais e esportivas como uma das dimensões do lazer e do esporte, e integrar estas atividades aos espaços de debate e reflexão sobre estes fenômenos.

5- Buscar formas concretas de integração do Esporte e Lazer com todas as outras áreas que compõe as políticas sociais, principalmente Educação, Saúde, Bem Estar Social e Cultura.

6- Incentivar e criar canais para a participação popular na definição de programas sobre Lazer e Esporte.

7- Evitar o evento pelo evento, introduzindo elementos que apontem para uma conscientização relativa ao papel do Esporte e Lazer na formação das pessoas.

8- Entender o Lazer não como prática compensatória de um trabalho alienado, mas como direito de todos, e meio para a construção da cidadania.”

Os 13 Pontos para ser Feliz no Esporte e no Lazer, foram elaborados na cidade de Diadema em 1994: “A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”, lembrando os Titãs, prosseguia conceituando que “o Esporte e o Lazer são duas práticas sociais significativas no mundo contemporâneo, para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro...”, no referido documento constavam os seguintes itens:

“1- A Democratização do Esporte e do Lazer

2- A Democratização dos Espaços e Equipamentos de Lazer

3- Um Não à discriminação das minorias e dos portadores de necessidades especiais

4- A Democratização do sistema esportivo brasileiro

5- A Democratização do Conselho Superior do Desporto

6- Um Esporte DA Escola e não NA Escola

7- A Democratização do acesso ao Espetáculo Esportivo

8- A Democratização das relações trabalhistas do Trabalhador Esportivo

9- Um Esporte Comunitário de Qualidade

10- Um novo projeto político de municipalização do Esporte e do Lazer

11- Uma nova compreensão da relação Saúde-Esporte e Lazer

12- A democratização do acesso ao Esporte e ao Lazer como campos de conhecimento

13- Um Projeto Político Integrado: Cultura, Esporte e Lazer”

O Esporte e o Lazer na organização interna do Partido dos Trabalhadores vem sendo afirmado politicamente, com demandas sociais crescentes por Políticas Públicas na área, ainda que nas composições de Governo com partidos aliados, este seja um dos segmentos mais vulneráveis na montagem das Secretarias, incorporando alguns quadros dirigentes sem representatividade política e muitas vezes sem qualquer discussão acumulada das políticas e diretrizes afins.

A Educação Física, o Esporte e o Lazer devem ser entendidos na condição de patrimônios culturais da humanidade, produto dos homens e mulheres estando, de acordo com Taffarel (2000) suas possibilidades de realização, inseridas na aventura humana.

A mesma autora é incisiva ao afirmar que o Poder Público deve reafirmar na sua ação estes bens como direitos inalienáveis das cidadãs e dos cidadãos brasileiros, criando as condições materiais e políticas para garantir recursos públicos suficientes visando a implantação de Projetos de escolarização construídos a partir de discussões estabelecidas com a sociedade.

A dimensão do esporte de maior visibilidade é a do espetáculo ou rendimento, não sendo hegemônico como atividade de Lazer, conforme Bracht (1989). Esta manifestação inserida na lógica do capital garante três canais permanentes de TV a cabo no Brasil e um espaço significativo em quase todos os veículos de comunicação, com uma exposição que contribui para a fetichização de uma parcela expressiva da população em relação ao fenômeno esportivo, entanto este que se evidencia com maior nitidez em época de grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo, os Jogos Olímpicos e os Jogos Pan-americanos. Sedução que enviesa a abordagem desta manifestação cultural, quando da sua presença no âmbito escolar.

A Escola passa a ser então um espaço de reprodução desta concepção, incorporando atitudes, práticas e a lógica do espetáculo esportivo. Numa outra direção, a Educação Física na qualidade de componente curricular, deve reafirmar de acordo com Caparroz (1997), o movimento humano produzido socialmente, ou seja, a cultura corporal como parte do repertório educacional da sociedade brasileira.

Com o processo de privatização e sucateamento da Educação Pública, o acesso de toda a produção desenvolvida e construída na área, vem sendo cerceado aos trabalhadores e seus filhos, bem como para aqueles jovens e adultos ainda em fase de escolarização, no local de democratização e universalização do conhecimento, que é a Escola Pública.

Uma administração que se pretenda efetivamente democrática e popular deve enfatizar a Educação Física, o Esporte e o Lazer como Direitos Sociais, não na condição de produto de consumo e alienação, buscando a superação da lógica hierárquica historicamente vigente, como afirma Bracht (1997):

“Assim, uma primeira indicação para uma política pública para o setor de cunho democrático, é superar finalmente a idéia da pirâmide e sua perspectiva implícita de que o sistema esportivo teria como finalidade produzir atletas campeões, idéias que por incrível que pareça, permanece firme na mente da maioria dos políticos, no senso comum político e é usada e afirmada pelo sistema esportivo nacional e internacional por que esta lhe é fundamental; não para recrutar melhores praticantes, como é o discurso, mas para a socialização do exército de consumidores de seu produto e seus subprodutos.”

Os dirigentes de uma administração popular e democrática devem ser os protagonistas na implementação de políticas públicas voltadas para o conjunto da sociedade, buscando superar tanto na concepção quanto na ação a mercadorização crescente do Lazer, fenômeno observado por Haddad (1998), quando o vincula à indústria do entretenimento, identificando no tempo livre do trabalhador apenas mais um insumo precioso na busca do lucro.

Devemos estar atentos a não confundir as políticas da Educação Física, Esporte e Lazer, com aquelas voltadas ao entretenimento, como constata Castellani Filho (1996), ocorrendo nesta última, um crescente investimento por parte da iniciativa privada na indústria do Lazer no Brasil.

O projeto societário vinculado ao modelo único do pensamento e materializado em ações pelo poder público, conhecido como neoliberalismo, deve ser combatido em várias frentes, tendo na elaboração e implementação de políticas sociais voltadas para a área, uma das possibilidades de contribuir neste enfrentamento, com concepções, métodos e práticas que convirjam para uma Educação Física, o Esporte e o Lazer referenciados socialmente, tendo-os como pilares da construção de uma sociedade justa, solidária, fraterna e igualitária.

4.2 Construindo a Participação: a superação da assinatura em uma folha em branco.

“os atenienses escutarão os técnicos quando for discutida a construção adequada de muros e navios; mas escutarão qualquer um quando se tratar de questões da política. Questões da política dizem sempre respeito à definição de prioridades”

Platão

Frases como *Manda quem pode, obedece quem tem juízo*, *Lugar que todo mundo manda, ninguém manda*, e *Política, Futebol e Religião não se discute*, foram reverberando em corações e mentes, sendo incorporadas ao modo de falar popular, concomitantemente falseiam uma idéia de desorganização e morosidade, associando ao universo da política impedimentos ao debate a partir do contraditório, criando uma

barreira intransponível para que o conjunto dos cidadãos participe dos processos decisórios como sujeitos das resoluções inerentes à vida, não deixando que os desígnios oriundos do imponderável tragam estas respostas, representam a concepção societária hegemônica, disseminando conceitos que se fundam numa lógica conservadora, preservando as relações hierárquicas e a centralização do poder.

Os setores que detêm o poder econômico veiculam seus ideários, tornando sinônimos cidadão e consumidor, por meio de porta-vozes, seja pelos partidos ideologicamente vinculados a princípios conservadores, seja por legendas partidárias sem qualquer representatividade social, afetas a “convencimentos pecuniários” para cederem espaços em época de eleição, ou por editoriais austeros e sisudos defendendo a ordem vigente, buscando justificar aos trabalhadores o “nervosismo do mercado” nos diversos veículos de informação, sejam jornais, emissoras de rádio, canais de televisão aberta ou por assinatura.

Ainda no marco das relações do interesse do capital, Gohn (2001), apresenta como dimensões derivativas da participação em uma concepção liberal, a participação corporativa, tendo o “bem comum” como elo de articulação entre os indivíduos, e a participação comunitária, consubstanciando o fortalecimento e integração da sociedade civil e dos órgãos representativos da sociedade aos órgãos de deliberação e administração do Estado.

A mesma autora identifica ainda uma dimensão de participação autoritária, orientada para o controle social da sociedade e da política, ocorrendo em regimes discricionários, mas também presente em sistemas políticos democráticos, apresentando um perfil de cooptação, sendo estimulada de forma vertical, com vistas a diluir os conflitos sociais.

No Brasil a conquista do sufrágio universal se deu com muita luta da sociedade civil organizada: tortura, banimentos, vidas ceifadas, trajetórias violentamente alteradas fizeram parte da história na busca pelo estabelecimento de instrumentos básicos de construção da democracia no país, culminando em um passado recente com o movimento por eleições para Presidência da República: “Diretas Já”, que em 1984 mobilizou e frustrou milhões de cidadãos e cidadãs por todos os cantos do país.

A luta empreendida pelo povo brasileiro, por meio dos movimentos sociais reafirmando o direito à participação é destacada por Gohn (2001):

“O entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduz ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira; o resgate dos processos de participação leva-nos, portanto, às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e cidadania. Nesse sentido, **a participação é, também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização.**” (grifo meu)

Na década de oitenta, com o *lento e gradual* processo de redemocratização do país, tendo assumido uma maior densidade democrática com os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, foi restabelecido o direito à população de eleger seus representantes nos executivos do poder público, inicialmente nas unidades federativas, excetuando o Distrito Federal, em seguida nas capitais, e nos demais municípios à exceção daqueles entendidos como de segurança nacional, para por fim eleger o Presidente da República.

A Constituição Federal no Parágrafo único de seu Art. 1º tem a seguinte redação: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou **diretamente**, nos termos desta Constituição.” (grifo meu).

Os termos apontam que além da participação popular e da gestão democrática, prevista em colegiados de órgãos públicos e em Conselhos, a Lei

fundamental criou possibilidades de participação da sociedade civil por meio de mecanismos para promoção da democracia participativa; o Art. 14. traz a seguinte redação:

“A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: plebiscito; referendo; iniciativa popular.”

O Estatuto da Cidade ²³, em suas diretrizes gerais se coloca como mais um instrumento legal na consolidação desta adjetivação da Democracia, trazendo no Art. 2º, inciso II, a:

“gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas de vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”

A Democracia Representativa, aquela na qual “o povo escolhe seus representantes que tomam em seu nome as decisões de governo” (CLP, 2001) vem sendo apresentada à sociedade como a única dimensão possível e o limite da participação popular, com os veículos de comunicação fazendo constantemente pesquisas interativas evocando a participação de seus telespectadores – ouvintes – internautas - leitores para opinarem, apresentando opções para o final do episódio, qual atleta deve ou não ser chamado para representar a seleção de futebol, quem deve ficar ou sair das disputas em programas de entretenimento, qual foi a melhor escola de samba no desfile, qual música deve voltar a tocar nas “melhores do dia”, enfim os mais variados assuntos e temas são consultados. Os cidadãos - consumidores são instados a participar por meio do voto, seja ele eletrônico, pelo telefone, por carta ou qualquer

²³ Estatuto da Cidade é a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. O Capítulo IV, que trata da Gestão Democrática da Cidade, traduz instrumentos que apontam possibilidades de uma ampliação na qualidade da participação popular efetiva na vida da cidade.

outra forma de manifestação.

Entendo que esta forma de consulta ou ausculta tem com o objetivo político fazer uma leitura fragmentada, sem se abordar a totalidade do fenômeno. Indaga-se à exaustão as contradições e implicações de uma convocação para a Copa do Mundo de Futebol em seus aspectos técnicos e táticos, entretanto se pontua com superficialidade a composição e perspectivas de trabalho da formação do “time” das Secretarias de Esporte nos executivos, assim como das Comissões que abordam a temática em cada esfera do poder legislativo.

Observo que as possibilidades de escolha são limitadas àquelas apresentadas em conformidade aos interesses hegemônicos, criando uma ação pedagógica de consentimento às soluções da ordem constituída, retirando o espaço de participação autônoma, restringindo a amplitude de proposições abrindo assim um espaço secundário de participação, desvinculado de questões estratégicas e de relevância social.

Quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em setembro de 2000 organizou o Plebiscito Nacional da Dívida Externa, apoiada pelo movimento sindical ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), pelos partidos políticos do campo popular e por inúmeras entidades da sociedade civil organizada, tanto os veículos de comunicação representando os interesses do capital, quanto o Governo Federal procuraram desqualificar politicamente o instrumento de consulta, ainda que mais de seis milhões de pessoas (*6.030.329 pessoas ou 5,7% do eleitorado brasileiro*) tenham participado do processo.

O que constato, concordando com Gentili (1995) é que não existe um conceito unívoco de democracia, estando esta definição indissolivelmente unida a

conflitos ideológicos, utopias e lutas políticas.

A ausência de uma efetiva participação popular em questões estratégicas, dando-lhes um trato meramente técnico, despolitiza socialmente o debate, deixando os mandatários livres, sem qualquer tipo de controle externo, inviabilizando condições objetivas para a elaboração de mecanismos de auto-regulamentação, objetividade, transparência e respeito às decisões, conforme enfoque de Cordeiro (2000).

O conceito de participação numa abordagem marxista é articulado com o processo histórico de luta de classes, voltadas para a transformação das condições da realidade social como enfatiza Gohn (2001).

A participação na perspectiva da “cidadania quadrienal”, que só reconhece o cidadão/eleitor a cada quatro anos, interessa e é estimulada pelo modelo liberal, sendo reafirmada a cada pleito eleitoral, principalmente com o mercado aquecido, de acordo com a nomenclatura do capital, nos meses que antecedem as eleições, ampliando os postos de trabalho, ainda que precários, gerando novas ocupações com a produção do material de campanha, apoiadores profissionalizados, agitadores de bandeira, enfim todo o aparato vinculado aos comitês eleitorais, em um momento histórico no qual o desemprego passa a ser estrutural, ou seja não há postos de trabalho suficientes para todas as pessoas em idade economicamente ativa (Carvalho...[et al.], 2002).

Torres (1998), afirma que a noção de participação vinculada ao movimento popular e às correntes progressistas, diferencia-se profundamente daquela apresentada em documentos do Banco Mundial, no qual, em uma leitura mais atenta, significa mão de obra, contribuição monetária das famílias e das comunidades, concepção compartilhada por Coraggio (1998), entendendo que o conceito de participação para aqueles Governos que seguem orientações dos organismos internacionais, como o

Banco Mundial e o FMI nas políticas educativas, restringe-se à ajuda na construção da escola, ou na manutenção das cantinas escolares com a mão de obra gratuita das mães.

O Banco Mundial, em apresentação de Guimarães (2000), compreende participação como “Processo no qual os atores envolvidos influenciam e detêm o controle sobre iniciativas, decisões e recursos para o desenvolvimento que os afetam”.

Uma leitura aligeirada da formulação do conceito pode inferir o leitor a entender ausência de diferenças, entretanto a prática social, quando é materializada a intenção velada, denuncia qual concepção perpassa aquele conceito que inicialmente aparentava ser universal.

Stassen, em uma análise sociológica (apud Gohn, 2001, pp. 27-28), afirma que:

“Algumas vezes, ‘participação’ é olhada como um componente da definição de integração. Se alguém é apto a participar, ele está integrado. O contrário, para não participantes é sugerido o signo da exclusão. Em outros casos, ‘participação’ é considerado como um fator de integração. Aprendendo a participar, um indivíduo pode ser integrado. Nesta segunda abordagem, participação toma o significado de luta contra a exclusão”

Quando representantes da classe trabalhadora reivindicam direitos, seja ocupando um local de trabalho ou uma fazenda improdutivo, em manifestações na luta pela aprovação ou manutenção de determinados dispositivos legais, ou nos movimentos paredistas, a legítima politização das greves é apresentada à sociedade por inúmeros veículos de informação, em tom de denúncia, sendo usualmente rotulados como agitadores, baderneiros, ou qualquer outro adjetivo pejorativo, retirando-lhes o direito de se tornarem protagonistas da própria história.

A tentativa de esvaziar politicamente o debate social, afastando a possibilidade de participação por parte dos sujeitos é refletida por Vázquez (1968, p.12):

“A despolitização cria, assim um imenso vazio nas consciências, vazio que só pode ser útil à classe dominante, que recheia as consciências com atos, preconceitos, hábitos, lugares-comuns e preocupações que, enfim, contribuem fortemente para manter a ordem social vigente.”

A superação deste modelo de participação secundária aponta para um projeto democrático que amplie estrategicamente o espaço de intervenção dos trabalhadores, na construção de um outro projeto societário, que tenha por compromisso desenvolver políticas sociais que atendam a todos os integrantes da população e não somente aqueles identificados como possíveis consumidores, democratizando o Estado, construindo a Cidadania, e criando mecanismos de transparência administrativa, garantindo condições políticas de controle social por parte da sociedade.

4.3 Intervenção e construção coletiva no DF: O “Jogo Democrático” dentro do campo

“Dizer é uma maneira de fazer”

José Martí

A perspectiva da superação da forma usual de conduzir a coisa pública, apresentando uma outra concepção sobre o modo de governar é colocada como possibilidade histórica, rompendo a cultura tradicional e conservadora que *ensinou que a política deve ser feita pelos políticos*, concepção esta balizada por um viés tecnocrático, tendo somente a participação dos representantes do povo profissionalizados cuidando do interesse público, tornando aqueles de quem o poder emana meros coadjuvantes.

A afirmação da soberania popular (Benevides, 2001, e Gohn, 2001), deve ser o sentido e princípio da democracia, com respeito aos direitos humanos, dando um caráter substantivo à participação com um viés democrático, revolucionário ou democrático radical, incorporando a dimensão representativa, buscando, entretanto superar a lógica competitiva liberal na qual as hierarquias devem ser respeitadas.

A luta contra as relações de dominação e a divisão do poder político pautam as estratégias revolucionárias de participação, já o fortalecimento da sociedade civil com vistas à construção de uma sociedade sem injustiças, exclusões e desigualdades orienta a concepção democrático-radical, (Gohn, 2001).

Se assistir a um jogo de qualquer modalidade esportiva é prazeroso, participar como jogador amplia as possibilidades de intervenção e autoria do resultado da partida, no caso, a própria história, compreensão partilhada por Linhales (1997, p. 382), quando afirma que:

“É possível compreender o esporte como uma instituição em permanente construção influenciada pelo tempo histórico em que se situa, mas também edificada a partir dos interesses e das ações dos sujeitos que nela atuam e disputam o poder. Pensar o esporte na perspectiva dos direitos sociais pressupõe a compreensão de que os dilemas específicos que o engendram guardam relação com os dilemas mais amplos presentes no ordenamento social e político.”

Os diversos segmentos sociais devem intervir na construção de um projeto societário que represente os legítimos direitos de uma vida digna que não sucumba ao interesse do capital e a naturalização do lucro como objetivo a ser atingido ao longo da existência humana.

As transferências de práticas e informações do nível social para o nível administrativo são, segundo Santos (2002), fontes do êxito das experiências participativas nos países recém democratizados.

Para aprofundar a reflexão sobre a construção da participação, valho-me de

um estudo realizado em 1999 pela Fundação Perseu Abramo, por meio de uma pesquisa de opinião pública versando sobre o tema “Juventude: Cultura e Cidadania”, o qual indicou que em relação às áreas de Esporte e Lazer o tempo livre é motivo de muita satisfação para 50% dos entrevistados, sendo o esporte, o assunto predileto para 49% dos pesquisados, manifestados pela *Participação em torcida organizada*, com 16%, *Associação a Clubes Esportivos*, sendo que 29% já foram associados e 6% atualmente fazem parte de alguma agremiação esportiva.

Alguns pontos interessantes e contraditórios foram identificados na pesquisa: 44% dos jovens entendem a democracia como sendo sempre a melhor forma de governo, sendo que apenas 20% sempre lêem ou assistem noticiário sobre política e somente 10% sempre conversam com outros sobre política. A problemática torna-se aguda quando a dimensão da participação é evocada, 90% dos entrevistados afirmam que nunca participam de reuniões de algum movimento ou causa social e 92% nunca participam de reuniões de partidos políticos.

Considerando os limites políticos de uma democracia representativa, a organização em partidos políticos e o engajamento em torno de causas e movimentos sociais, são de fundamental importância na superação da forma de compreensão que limita a democracia a partir de sua dimensão eleitoral, quando entendo ser esses apenas os marcos institucionais iniciais de uma sociedade que pretenda instituir mecanismos de participação direta.

O que se trata é de *democratizar radicalmente a democracia*, nas palavras de Genro (1997), gerando “dois focos de poder democrático: um originário do voto; outro, originário de instituições diretas de participação”, destacando a importância estratégica do Orçamento Participativo, “combinando a decisão individual, de querer participar, com

a participação coletiva, que gera decisões públicas”.

As ações e medidas que são construídas coletivamente passam a ter uma legitimidade na sua implantação, fato que se evidencia quando os cidadãos se responsabilizam por alguma decisão, a força política da mobilização popular pela afirmação de direitos sociais passa a ter um peso social com valor de lei.

Concordo com Pires (2001) quando ele enfatiza que a esquerda defende a participação popular por razões eminentemente políticas, pois propõe que a sociedade civil exerça um maior controle sobre o Estado.

Uma situação corrente na administração pública é aquela na qual a direção de uma escola, ou quem exerça função comissionada se manifeste e aja como um representante do Governo junto à unidade escolar, ou local de trabalho; por maior que seja a identidade política com o projeto do partido ou frente que esteja no poder, entendo que na concepção democrática e participativa de uma gestão, estes quadros devam representar a coletividade escolar, ou a instância a que estão vinculados, sendo seus interlocutores junto ao poder constituído, superando a postura conservadora de reproduzirem e encaminharem as decisões vindas “de cima”.

A participação, segundo Mendonça (2000) é o elemento comum dos variados estágios da luta pela democratização do setor educacional no Brasil, e tem na ação política dos Trabalhadores em Educação um dos principais vetores propulsores por uma gestão democrática nas escolas públicas.

Santos (2002) apresenta algumas teses para o fortalecimento da Democracia Participativa, defendendo que o primeiro elemento importante seria o aprofundamento dos casos nos quais o sistema político abre mão de prerrogativas de decisão em favor de instâncias de participação; entende também ser fundamental para o seu

fortalecimento que as experiências alternativas bem sucedidas (ao modelo liberal representativo), devam ser expandidas, garantindo a passagem do contra-hegemônico do plano local para o global, garantindo desta forma a pluralização cultural, racial e distributiva da democracia.

Apontar alternativas concretas à superação do pensamento hegemônico, manifestado pela Democracia Representativa Liberal é veiculado à sociedade pelos setores conservadores como algo irresponsável e inexecutável do ponto de vista político e administrativo, é como transitar na contra-mão de uma via de mão única, seja no Eixo Monumental, ou W 3 em Brasília, na Avenida Brasil do Rio, ou no *Tapetão* que liga o centro da cidade a Barão Geraldo em Campinas.

A consolidação de uma gestão democrática e participativa se dá por ações estratégicas desenvolvidas a partir dos embates em cada local de trabalho, com o modelo hoje denominado neoliberal, explicitando as contradições e a inconsistência desse modelo, seja numa escola, quadra, piscina, ginásio, ou qualquer espaço, rompendo com práticas autoritárias e métodos conservadores. Estas lutas estabelecidas contra a concepção hegemônica reafirmam as possibilidades da elaboração de um projeto societário que dignifique e dê significado a existência humana, superando socialmente as práticas políticas que perpetuam o modelo do capital.

4.3.1 A Elaboração da intervenção

No Distrito Federal, em 15 de novembro de 1994, Cristovam Buarque do PT é eleito governador. A construção da gestão tem início a partir da aglutinação das forças políticas que compunham a Frente Brasília Popular.

Uma semana após esse agrupamento, a Comissão Executiva Regional do PT/DF realizou um encontro apresentando orientações para que as Zonais (instância interna do partido) e a militância convocassem plenárias para discutir o “Perfil do Governo Cristovam”, assim como os “Critérios de Composição e as Medidas para os primeiros dias de Governo”. Neste mesmo documento, uma outra orientação externava, de forma imperativa, aspectos que poderiam negar a radicalidade democrática no processo de composição:

“As Plenárias não devem fazer a indicação, votação ou discussão de nomes para o preenchimento de cargos, cabendo este processo a uma ausculta e escolha direta do Governador eleito.”

O Setorial de Esporte e Lazer, que também fazia as discussões ligadas à Educação Física, convocou plenárias ainda em novembro e no início do mês de dezembro de 1994, com os filiados aos partidos que compunham a Frente, e também com militantes que embora não tivessem qualquer vínculo formal com aqueles partidos, ao longo da história participassem ativamente do movimento dos Trabalhadores em Educação no DF.

O Coletivo de militantes reunidos entendeu que estrategicamente dois deveriam ser os espaços institucionais priorizados no debate: o CEFDE, Centro de Educação Física e Desporto Escolar, vinculado ao Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional e à Secretaria de Educação, e o DEFER, Departamento de

Educação Física, Esportes e Recreação, junto à Secretaria de Cultura e Esporte. A equiparação das instâncias, ainda que movida por um acertado princípio de isonomia, que não valorizava a organização hierárquica das funções no Governo, demonstrou-se uma ingenuidade e um equívoco do ponto de vista político, pois o DEFER tinha uma estrutura análoga a uma Secretaria de Estado, com dotação orçamentária específica, sendo o seu Diretor ordenador de despesas; já o CEFDE era uma Divisão, vinculado a um Departamento de uma Fundação ligada a uma Secretaria, sendo, portanto, o espaço de intervenção do DEFER o de maior visibilidade política e o mais estratégico do setor no Poder Público do DF.

Na busca de uma intervenção efetiva, após algumas reuniões para que fossem elaborados os critérios e as proposições do Setorial, o qual produziu um documento apontando inicialmente a síntese do debate para a ocupação do CEFDE ²⁴, tendo quatro dias depois relatado o mesmo processo para a direção do DEFER ²⁵, o fato de a maioria dos participantes ser formada por professores de educação física da rede pública aponta elementos que justificavam a prioridade do debate em relação à

²⁴ A Síntese do documento apresentava fundamentalmente dois pontos: Competência Técnico-Pedagógica e Competência Política; a primeira sugeria cinco itens: Ser professor licenciado em Educação Física; Ser professor da Fundação Educacional do Distrito Federal, com reconhecida competência; Ter acúmulo de discussões em torno de questões relacionadas à Educação Física e ao Desporto Escolar; Estar atualizado em relação às novas políticas públicas educacionais, em especial, às que dizem respeito à Educação Física; Entender o contexto da Educação Física numa perspectiva interdisciplinar. A segunda competência proposta apresentava três pontos: Ter compromisso com as propostas e os princípios que orientam a política da Frente Brasília Popular; Tomar decisões de forma democrática mediante consulta às bases; Ter compromisso com a democracia interna na gestão do Centro de Educação Física e Desporto Escolar.

²⁵ O Documento elaborado com a mesma estrutura apresentava as seguintes proposições: Competência Técnico-Pedagógica, Ser professor licenciado em Educação Física; Ter acúmulo de discussão em torno de questões relacionadas à Educação Física, Desporto, Recreação e Lazer; Estar atualizado em relação às novas políticas públicas, em especial, às que dizem respeito à Educação Física, Desporto, Recreação e Lazer; Entender o contexto da Educação Física, Desporto, Recreação e Lazer numa perspectiva sócio-cultural. Quanto às competências políticas, três foram as orientações: Ter compromisso com as propostas e os princípios que orientam a política da Frente Brasília Popular; Ter o compromisso de implementar os princípios de Gestão Democrática estabelecidos pela Frente Brasília Popular; Não ter exercido cargo de confiança em governos de exceção.

instância ligada à educação se realizar num primeiro momento.

A orientação política emanada em documentos veiculados à sociedade pela Frente Popular pautou-se nos *Treze Pontos para ser Feliz no Esporte e no Lazer* e na *Carta de Princípios de Uma Administração Popular e Democrática para o Esporte e o Lazer*, “construindo as bases de um projeto nacional respaldado nos princípios basilares de uma Sociedade justa, democrática e socialista”, como menciona Castellani Filho (2000).

O Setorial, na primeira quinzena de dezembro, já havia concluído o seu trabalho inicial de construção política das duas instâncias, a despeito dos equívocos cometidos como aquele de respaldar todos os nomes que foram sugeridos nas plenárias, bastando que o quadro que fora indicado não declinasse do próprio nome, e entender que aquele seria o fórum privilegiado de discussão e deliberação, fato que não se configurou como verdadeiro.

Ainda que a discussão tenha sido desenvolvida em conjunto, os resultados de uma avaliação política equivocada começaram a ser percebidos num curto espaço de tempo, pois a decisão pela nomeação do Diretor do DEFER foi tomada ainda no final do ano, sob a influência direta do Partido Popular Socialista, legenda que também exerceria o controle político da Secretaria de Cultura e Esporte, e a qual pertencia o quadro definido pelo Governador para exercer a função de Diretor, que havia concorrido a uma das vagas na Câmara Legislativa, não tendo sido eleito.

Passados dois meses, a direção do CEFDE permanecia inalterada, sendo ocupada por gestores politicamente vinculados ao projeto derrotado eleitoralmente, apesar dos indícios crescentes de irregularidades administrativas apontadas por inúmeros professores que trabalhavam em escolas próximas ao local de funcionamento

do Centro, o que ulteriormente ficou caracterizado em sindicâncias ao longo da gestão.

Após as férias letivas, a ausência de definição, ou a perspectiva de manutenção daqueles Diretores, trouxe uma inquietação ao setor, principalmente aos professores de educação física da rede pública, que esperavam por uma orientação política do CEFDE sintonizada com o projeto de governo respaldado nas urnas.

As fragilidades organizativas do Setorial não foram impeditivas a uma retomada de ações junto à Direção Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, órgão executivo vinculado à Secretaria de Educação. Para a perplexidade política do Setor, a indefinição pela nomeação da nova Direção do CEFDE fazia parte de uma estratégia, já que, pela compreensão política da Direção da FEDF, não se justificava todo aquele espaço político para, na leitura de seus diretores, apenas um componente curricular; a definição estava sendo deliberadamente postergada, sem qualquer discussão com o Setorial.

Estes fatos novos levaram a uma rearticulação do Setorial em um encontro realizado no SINPRO, com a participação daqueles professores que haviam sido indicados, tendo a resolução pela definição de um daqueles nomes que constavam no documento elaborado ainda em dezembro, filiado ao Partido dos Trabalhadores.

Os argumentos apresentados para a protelação da decisão estavam associados a uma necessidade, segundo o interesse da Direção Executiva, de criar uma Divisão de Educação Ambiental e Cultura, e que parte das funções comissionadas do CEFDE e do CIEF ²⁶ seriam utilizadas para a criação da nova Divisão.

²⁶ Cabe neste ponto um esclarecimento, pois no espaço físico onde funcionava o CEFDE, existia também uma unidade escolar, o Centro Interescolar de Educação Física, o CIEF, um espaço conhecido do esporte na cidade que cumpre funções sociais para além do âmbito escolar. Entretanto, enquanto unidade pública de ensino encontrava-se desativada, contando contudo com todas as funções comissionadas, para o exclusivo atendimento de um Clube com taxa de contribuição da comunidade

O Coletivo de professores que vinha participando dos debates não se opôs a idéia, o que identifiquei tenha sido uma equivocada leitura estratégica do Setorial tendo acarretado sérios desgastes políticos posteriormente, mas reafirmou em documento a necessidade de que a nomeação para a função de Diretor do Centro se desse nas condições anteriormente sugeridas, com o debate prosseguindo. O acatamento desta proposição se efetivou somente no início de março, no terceiro mês de Governo, após uma aproximação política com a Diretora do Departamento de Pedagogia.

Quanto aos critérios de composição das direções no DEFER, o processo foi sendo articulado a partir da compreensão e dos interesses políticos do próprio diretor, com consultas e convites pontuais a representantes de entidades, como o que foi feito à Diretoria da APEF/DF.

Em relação ao CEFDE, a partir da nomeação ocorrida no início de março, aconteceu uma plenária com o Setorial, tendo como objetivo dar seqüência ao processo de discussão e composição da Direção; apesar desta iniciativa, o que reafirmava um sentido de radicalidade democrática, a responsabilidade foi demandada à coordenação do próprio diretor, fato esse que demonstrou uma fragilidade política na qualidade de deliberação coletiva por parte da instância.

Com este preâmbulo, as perspectivas e as concepções efetivas de um projeto democrático e popular começavam a ser delineadas. Passo então a apresentar e analisar o desdobramento das gestões.

usuária, com funcionamento nas dependências da escola, o Clube Escolar do Cief; algumas destas irregularidades foram objeto de investigação em comissões de sindicância instaladas, com os processos nº 082.010760/95, e o processo nº 082.021066/95, com o conseqüente desdobramento no Inquérito Policial nº 251/97, instalado na 1ª DP, na Asa Sul, na cidade de Brasília.

4.3.2 A gestão do Centro de Educação Física e Desporto Escolar (CEFDE)

“A melhor maneira de dizer é fazer”

José Martí

No CEFDE, a intervenção institucional ocorreu de março de 1995 a dezembro de 1998, e teve sua atuação formuladora em três dimensões: Esporte Educacional, Programas de Integração Comunitária e Educação Física Curricular, todas tendo como mediadora a escola pública.

Embora tenha havido dois Diretores, um filiado ao Partido dos Trabalhadores, de março de 1995 a maio de 1998, e outro de maio a dezembro de 1998, que já fazia parte da Direção, sem filiação partidária, mas vinculado ao movimento dos Trabalhadores em Educação, a prática política dos dois coletivos de direção se assemelhou, por meio de uma Direção Colegiada ²⁷, com plenárias regulares de prestação de contas a categoria em cada uma das Divisões Regionais de Ensino, bem como reuniões e plenárias com a sociedade, tendo como referência as diretrizes constitutivas da Carta de Princípios de uma Administração Popular e Democrática no Esporte e Lazer, e dos Treze Pontos para ser Feliz no Esporte e Lazer.

A concepção identificada nesta prática é reafirmada por Pizzorno (apud Gohn, 2001, p. 25):

“a participação política é uma ação em solidariedade para com o outro, no âmbito de um estado ou de uma classe, em vista a conservar ou modificar a estrutura do sistema de interesses dominante”

As ações da Direção apontaram para uma reflexão do papel do esporte da e

²⁷ A Direção Colegiada do CEFDE era composta por dez membros: Diretor, Assessor, Responsável pelo Cief, Diretora do Clube Escolar, Secretária, Administrativo, Programas Comunitários, Pedagógico, Esporte e Assessor, aonde as questões eram decididas coletivamente.

na escola, sendo defendida uma ação da educação física na condição de componente curricular articulada ao projeto político pedagógico no âmbito escolar, por meio da materialização de recursos pedagógicos e uma agenda de formação e atualização conceitual de forma descentralizada nas onze DREs ²⁸ que compunham o sistema educacional.

4.3.2.1 A construção de uma Gestão Democrática

A democratização do acesso à informação e a efetiva participação nos processos decisórios, foram sendo desenvolvidos com a elaboração de um cadastro que garantia aos professores da Rede Pública o recebimento em casa de uma correspondência com as notificações das plenárias, cursos ou debates. Processo concomitante foi desenvolvido junto a todas as unidades públicas de ensino, garantindo que ou no local de trabalho ou na residência o professor tivesse acesso em tempo hábil às informações.

A Direção ao longo de toda a gestão realizou debates, encontros, reuniões e plenárias de prestação de contas das ações em cada uma das onze Regionais de Ensino, estabelecendo uma dinâmica de diálogo permanente, buscando construir uma política descentralizada, superando a cultura da burocratização na qual os ofícios, processos e toda sorte de documentos acabam se sobrepondo a um diálogo com a própria sociedade.

²⁸ Vinculadas à Direção Executiva da Fundação Educacional, as Divisões Regionais de Ensino desenvolviam um papel político equivalente a de Secretarias Municipais de Educação, para cada uma das cidades; observe-se que algumas das Divisões atendiam a mais de uma Região Administrativa

Esses encontros dão consequência institucional a uma concepção de construção coletiva da ação administrativa, compreensão compartilhada por Faundes, citado por Gohn (2001, p. 29), quando ele apresenta a categoria participação como uma idéia (força) vinculada à educação, afirmando:

“Participação na criação do conhecimento, de um novo conhecimento, participação na determinação das necessidades essenciais da comunidade, participação na busca de soluções e, sobretudo, na transformação da realidade. Participação de todos aqueles que tomam parte no processo de educação e de desenvolvimento”

4.3.2.2 Ações e contradições na intervenção

Em relação às dimensões das ações da Direção, os Jogos Escolares do Distrito Federal, evento tradicional organizado pela Secretaria de Educação e executados pelo CEFDE, apresentava cinco possibilidades de participação: Jogos do Ensino Diurno e do Ensino Noturno, envolvendo o setor público e privado, os Jogos do Ensino Especial, desenvolvidos a partir de 1997 em uma relação institucional com a Organização não governamental “Olimpíadas Especiais”, o InterCIDs, um encontro de todos os Centros de Iniciação Desportiva da Rede Pública de Ensino, e o Torneio que congregava os alunos do Ensino Supletivo, tendo tido a participação de vinte e cinco mil alunos e aproximadamente mil professores no quadriênio, segundo um informativo veiculado pela Direção do CEFDE em 20 de dezembro de 1998.

Ainda que os debates e plenárias com a categoria tenham buscado evidenciar as contradições da concepção hegemônica do esporte, associado à realização de festivais nos quais a participação tenha sido formulada como objetivo, a tendência da dimensão competitiva prevaleceu na qualidade de idéia motriz, tanto por

parte da organização quanto dos professores e alunos envolvidos nos Jogos, repetindo-se contraditoriamente a lógica da realização dos eventos viabilizados pelo poder público, para uma participação em inúmeras situações, quase que exclusivamente dos Estabelecimentos privados de ensino.

O Projeto Candanguinho, o Projeto Pernas Pra que te Quero, e o Programa Ginástica nas Quadras, foram aqueles de maior significado junto à Seção de Integração Comunitária.

O Candanguinho ²⁹ foi um projeto de ação sócio-educativa, elaborado a partir de uma relação institucional com o Governo Federal, tendo sido implantado a partir de 1996, desenvolveu-se em todas as cidades do Distrito Federal atendendo aproximadamente cinco mil crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade e exclusão social, tendo como objetivo primordial (re) construir a cidadania das crianças e adolescentes através do fortalecimento de sua auto-estima, dos vínculos familiares e comunitários, buscando a viabilização de seus projetos de vida, articulado com os demais programas sociais de Governo.

A proposta estruturou-se por meio de núcleos de atendimento educativo, formativo, preventivo e assistencial, abrangendo as áreas de esporte educacional, assistência social, apoio escolar, saúde e nutrição. Realizado no turno contrário ao da escola, o projeto buscou revitalizar os depreciados equipamentos e espaços da Fundação de Serviço Social.

²⁹ Participaram deste processo articulado de Governo, a Secretaria de Educação, a Fundação Educacional enquanto executora do convênio com o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), a Secretaria da Criança e Assistência Social, a Fundação do Serviço Social, a Secretaria da Cultura e Esporte, a Fundação Cultural, o Instituto Candango de Solidariedade, as Administrações Regionais, as Divisões Regionais de Ensino e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, EMATER, ligada à Secretaria de Agricultura, em núcleos organizados na zona rural. Projeto rebatizado para Amigo da Gente na gestão 1999-2002, coordenado pela Secretaria de Esporte e Lazer.

Para a viabilização deste projeto foram contratados mais de 250 profissionais, entre professores e graduandos de Educação Física, Arte-Educação e com formação junto ao Ensino Fundamental, além dos quadros existentes da Fundação do Serviço Social do DF, técnicos e agentes sociais diretamente envolvidos no planejamento e execução das atividades.

O fato de uma Divisão intermediária da Secretaria de Educação ter elaborado e coordenado o projeto, fez com que a abrangência, magnitude e importância estratégica do mesmo não fossem compreendidas pelo conjunto do Governo, como ficou evidenciado em uma apresentação pública pelo então Ministro Extraordinário dos Esportes do Governo Federal, Édson Arantes do Nascimento, o Pelé, dos projetos vinculados politicamente àquela pasta, ocasião na qual o Governador Cristovam Buarque, membro da mesa de debates, sequer fez menção ao Candanguinho à época o Projeto de maior amplitude e participação do Programa Esporte Solidário, levando-se em consideração a proporcionalidade ao número de habitantes da Unidade da Federação. Este episódio deflagrou uma manifestação política da Direção do CEFDE junto ao Chefe de Gabinete do Governador, no Palácio do Buriti, sede do Governo do Distrito Federal, pois ele a despeito de algumas contradições internas, apontava concretamente uma ação de Governo que articulava um Projeto Político Integrado de Cultura, Esporte e Lazer entre as diversas Secretarias de Governo.

Em uma leitura mais atenta do ponto de vista conceitual, os princípios do Programa Esporte Solidário, mereceriam por parte da Direção um maior aprofundamento e reflexões que viessem a problematizar o Programa, fato esse que não ocorreu, entretanto a estratégia de garantir o acesso a todos os professores da Rede Pública, quando da realização dos Cursos de Formação do Projeto, traz

elementos de uma ação política visando a um processo de formação permanente em serviço, ainda que pouco articulada às demais ações estratégicas de formação da Secretaria implementadas pela Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação.

O Projeto Pernas Pra que te Quero realizado numa ação conjunta com a Direção do Parque da Cidade ³⁰ visava à orientação da atividade física para a comunidade, contou com o apoio inicial da NET-Brasília e do Corpo de Bombeiros, tendo as possibilidades de ampliação e consolidação do projeto sido prejudicadas, pois o mesmo contava apenas com um professor e oito estagiários em dois pontos, número insuficiente em relação às necessidades dos usuários do Parque. Ainda que tal iniciativa se inserisse na diretriz que visava garantir a Democratização do Esporte e Lazer ao conjunto da população, a desarticulação política a partir da Secretaria de Cultura e Esporte, debilitava institucionalmente estas ações que se limitavam ao empenho quase que exclusivo dos próprios gestores de cada órgão envolvido.

No Programa Ginástica nas Quadras, o aspecto principal identificado foi a elaboração e construção coletiva, por meio de encontros e plenárias, do Decreto 18.368 de 1997 ³¹ modificando o instrumento anterior corrigindo alguns equívocos administrativos que se sucediam e que criavam constrangimentos legais ao corpo de professores e ao próprio programa, constantemente ameaçado de extinção, a despeito

³⁰ Espaço de 4.200.000 metros quadrados na cidade de Brasília com área verde e equipamentos para a prática do esporte e do lazer, com milhares de usuários a cada dia, sendo vinculada à Administração de Brasília mas isolada politicamente na execução de seus projetos.

³¹ O Programa Escola Comunidade/Ginástica nas Quadras é desenvolvido por Professores da Rede Pública de Ensino, por meio de Orientação à Atividade Física e Esporte. O Instrumento legal teve como objetivo político reafirmar a importância estratégica do Programa, romper um histórico tráfico de influência quanto ao aproveitamento de professores, garantindo ainda o acesso e isonomia de tratamento a todas as cidades do DF. O Decreto 18.368, de 26 de junho de 1997, regulamenta a Lei nº 543, de 23 de setembro de 1993, tendo sido elaborado sob a coordenação da Direção do CEFDE e pelos professores do programa, modificando o Decreto nº 15.753, de 05 de julho de 1994.

de sua relevante abrangência social, com mais de sessenta professores e cinco mil participantes, preponderantemente mulheres, em cento e cinquenta turmas.

Na Educação Física curricular, destaco o Projeto Núcleos de Educação com o Movimento, a Revitalização do Ensino Noturno para Jovens e Adultos Trabalhadores, a discussão para a inserção da Educação Física no mesmo turno escolar integrando-a ao Projeto Político-Pedagógico da Escola, o Projeto de Formação Descentralizada e Continuada nas onze Divisões Regionais de Ensino, as Relações institucionais com a Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília na articulação dos cursos de formação, tendo ainda a cada ano letivo a aquisição de recursos pedagógicos para a materialização e implementação da proposta curricular.

O Projeto “Núcleos de Educação com o Movimento” envolveu 11.800 alunos e 315 professores, entre estes, 40 de Educação Física, em escolas de fases/séries iniciais. Implementado a partir de um processo de construção coletiva, o projeto envolveu Professores de Educação Física, representantes do CEFDE, da Divisão do Ensino Fundamental da FEDF, Diretores de Escolas, de Conselhos Escolares, da Associação dos Professores de Educação Física do Distrito Federal, e do Sindicato dos Professores no Distrito Federal.

Identifico na construção desses processos a manifestação de Veronez e Mendes (2001. p. 198):

“Uma gestão participativa e democrática; valorizar a participação da população e dos movimentos sociais na gestão das políticas públicas faz parte de um projeto que entende as relações entre esfera de governo e sociedade civil mediadas por uma democracia substantiva, radical, emancipatória, que ultrapassa os limites da representatividade, em situação de corresponsabilidade na definição e fiscalização das políticas públicas.”

O processo de implementação apresentou alguns percalços, pois o desdobramento institucional do trabalho das comissões, após um amplo debate com

expressiva participação, deveria ser a efetivação do mesmo na rede pública de ensino. Ao ser encaminhado pelo CEFDE ao Departamento de Pedagogia (DP), já com uma outra Diretora nomeada, ligada ainda ao PT, posições antagônicas foram cristalizadas, com a Direção do DP entendendo que deveria promover modificações estruturais no Projeto, tendo por outro lado a Direção do CEFDE reafirmando o que fora construído coletivamente, o que efetivamente veio a prevalecer, após um longo processo de debates internos, superando inclusive uma posição contrária por parte da Diretora do Departamento.

4.3.2.3 Formação em Movimento, a busca das condições conceituais e materiais

O Projeto de Formação Continuada e Descentralizada ³² foi desenvolvido sem qualquer imposição de participação, tendo sido politicamente defendido o direito e a necessidade acadêmica de um processo de formação permanente em serviço,

³² Os seguintes cursos e encontros foram viabilizados ao longo da gestão a partir de setembro de 96, com o início do “Programa de Capacitação do Projeto Candanguinho”: Corpo, Ludicidade e Expressão, O Corpo: uma abordagem Holística, O Esporte e a Ludicidade, Capoeira: um enfoque educacional, O Xadrez enquanto Instrumento Pedagógico, Fisiologia: uma abordagem educacional; Desenvolvimento Motor; Aprendizagem Motora; Educação com o Movimento. Em outubro de 96, o I Seminário Brasiliense de Desenvolvimento Motor, numa ação articulada da FEDF com a Associação de Assistência dos Servidores da Fundação Educacional (ASEFE) e Faculdade de Educação Física da UnB; a partir de 97, os I, II e III Encontro Interdisciplinar de Vivências, no Ginásio do CEFDE, com a Unidade de Jovens e Adultos da FEDF, envolvendo professores de todas as áreas do conhecimento no âmbito da escola pública para a revitalização do ensino noturno; em 1997, o Curso de Pós-graduação (Lato Sensu) em Capoeira na Escola em conjunto com a UnB e o INDESP; com o início em abril de 98, e prosseguimento após o término da greve dos professores, A Formação em Movimento refletindo algumas modalidades da cultura esportiva, como o Basquetebol, a Ginástica Olímpica, o Voleibol, o Handebol, o Tênis de Mesa, e a Corrida de Orientação em suas possibilidades educacionais; em julho de 98, o apoio ao XIX Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física, junto à Executiva dos Estudantes de Educação Física, com o DEFER, FCDF, SETUR, UnB, Centro Acadêmico da Fef/UnB, Sindicato dos Bancários de Brasília; O I Seminário de Esporte Educacional do DF, realizado em outubro de 1998 nas dependências do Colégio Militar de Brasília, coordenado pela Fundação Educacional, DEFER, INDESP, assim como a realização em conjunto ao INDESP, das Oficinas da Caravana do Esporte Educacional, em novembro de 1998, com o apoio da Universidade Católica de Brasília, Colégio Marista de Brasília, Universidade do Centro de Ensino Unificado de Brasília, do Serviço Social do Comércio e do DEFER.

mediante seminários, oficinas, cursos de extensão, um de especialização e encontros ao longo dos quatro anos, com a participação dos professores da rede pública de ensino, alunos de cursos de graduação em Educação Física e os profissionais envolvidos no Projeto Candanguinho, de forma descentralizada, respeitando a proximidade do local de trabalho e/ou moradia.

Apesar da maior parte dos cursos oferecidos ter sido organizado a partir dos interesses manifestados em encontros realizados com os Trabalhadores, o que garante um princípio democrático, aspecto pouco usual conforme Torres (1998), que aponta ser o contrário do que se faz tradicionalmente, com uma equipe decidindo sem consultar às bases o que os professores necessitam saber, sem considerar suas necessidades concretas na prática, a identificação de um ecletismo de abordagens do ponto de vista conceitual, não auxilia a compreensão pedagógica, tampouco cria condições objetivas para uma investigação consistente a partir de suas matrizes filosóficas, numa ainda fragílissima concepção da cultura corporal, orientação manifesta pela Direção.

Um outro aspecto de destaque a ser observado foi o processo de aquisição e distribuição de material pedagógico ³³, em uma conjuntura de desresponsabilização e abandono do poder público para com a Escola Pública. Foram construídos critérios para distribuição, elaborados pela categoria a partir de um debate permanente, que foi garantido com o estabelecimento da proporcionalidade existente entre o número de alunos em cada uma das divisões regionais de ensino e o número total de alunos da

³³ ao longo da gestão foram adquiridos mais de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) na aquisição de milhares de bolas de Basquetebol, Handebol, Futebol, Futsal e Voleibol, todas de primeira qualidade, tendo em vista a maior durabilidade e longevidade das mesmas, conforme decisão das comissões de representantes dos trabalhadores, como também os materiais específicos para GRD, atabaques, pandeiros e berimbaus para Capoeira, quimonos para Judô, bolas de borracha de variados diâmetros, arcos, corda, e raquetes com bolas de Tênis de Mesa para a educação física curricular, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio.

rede, criando uma prática até então não observada ³⁴. Tais critérios foram construídos em comissões formadas por representantes de cada uma das regionais, respeitando particularidades, tais como: fases/séries iniciais, quinta à oitava série e ensino médio, ensino especial e Centros de Iniciação Desportiva.

Uma relação institucional estabelecida entre a Fundação Educacional e a Fundação Nacional de Apoio ao Presidiário, possibilitou a confecção de equipamentos permanentes esportivos como cem pares de postes de voleibol, cem pares de tabelas de basquete com aro e o mesmo número de balizas para futsal e handebol. O trabalho foi remunerado e desenvolvido pela população carcerária da penitenciária da Papuda, tendo sido entregue e encaminhado às Escolas Públicas somente a partir do ano de 1999, após o encerramento do Governo.

A reestruturação dos Centros de Iniciação Desportiva, com reuniões pedagógicas e a aquisição de materiais específicos para cada uma das modalidades, foi iniciada a partir do reconhecimento da relevância social deste programa que já se encontrava em curso, tendo sido ampliado com a participação de sessenta professores e sete mil alunos envolvidos, garantindo o acesso às diversas manifestações da cultura esportiva ³⁵ para os alunos das escolas públicas, fundamentalmente filhos oriundos das camadas populares.

³⁴ Considerando as informações disponibilizadas pela Divisão de Pesquisa do Departamento de Planejamento Educacional da Secretaria de Educação, o número total de alunos da Rede Pública de Ensino no ano de 1997 era de 519.824, perfazendo os seguintes números absolutos e respectivos percentuais por Divisão Regional de Ensino: Brazilândia, 17.842 (3,4%); Ceilândia, 105.928 (20,2%); Estabelecimentos de Ensino Vinculados ao Departamento de Pedagogia, 1.750 (0,3%); Gama, 61.057 (11,7%); Guará, 20.382 (3,9%); Núcleo Bandeirante, 30.042 (5,8%); Paranoá, 12.001 (2,5%); Planaltina, 40.386 (7,8%); Plano Piloto/Cruzeiro, 66.077 (12,7%); Samambaia, 41.757 (8,1%); Santa Maria, 22.432 (4,3%); Sobradinho, 29.258 (5,6%); Taguatinga, 71.524 (13,7%).

³⁵ As modalidades: Atletismo, Basquetebol, Capoeira, Futebol, Futsal, Ginástica Rítmica Desportiva, Handebol, Judô, Karatê, Voleibol e Triatlo.

4.3.2.4 Uma ação articulada: Secretaria de Educação, Bancada Partidária no Legislativo

Para a garantia destas iniciativas, além dos recursos financeiros do orçamento do próprio DF, foi deflagrado um processo com vistas à utilização das verbas dos concursos de prognósticos oriundos da Lei Geral do Esporte ³⁶ no país, arrecadadas e repassadas pelo Governo Federal.

Em julho de 1995, o Governo Federal por meio do Presidente-substituto do INDESP, solicitou que o Governador manifestasse a qual Secretaria de Estado, com atribuições na área do desporto, deveria se enviar os recursos financeiros. Dos oito dispositivos que definem a destinação, em seis deles a Secretaria de Educação tinha possibilidades de intervenção.

Uma intensa negociação e disputa interna foi iniciada, pois logo em setembro, o Secretário de Educação, assessorado pelo CEFDE, manifestava em ofício interno ao Secretário de Governo, um questionamento quanto à indicação da Secretaria de Cultura e Esporte como única interlocutora da área. Uma instância do governo passava a dar consequência institucional visando garantir o preceito constitucional de que o poder público deve dar destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional.

Como a Secretaria de Governo não se manifestou, em 5 de janeiro de 1996,

³⁶ A lei 8672/93, (substituída pela Lei 9615/98, e posteriormente pela 9981/00), institui dispositivos que definem que os recursos terão a seguinte destinação (Art. 7º): I - desporto educacional; II – desporto de rendimento...; III – desporto de criação nacional; IV – capacitação de recursos humanos: a) cientistas desportivos; b) professores de educação física; e c) técnicos de desporto; V – apoio a projeto de pesquisa, documentação e informação; VI – construção, ampliação e recuperação de instalações esportivas; VII – apoio supletivo ao sistema de assistência ao atleta profissional...; VIII – apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência.

a Secretária de Educação Substituta, encaminhou um outro ofício interno com destinação diferente: desta vez a indagação foi feita ao Consultor Jurídico do Gabinete do Governador, que em resposta emitiu um parecer em 23 do mesmo mês, amparando o pleito desenvolvido.

No último dia do mês de janeiro, foi endereçado mais um ofício interno, ao Secretário de Governo Substituto, não mais argüindo a possibilidade de utilização, mas já consubstanciado no parecer e numa interpretação política de que a Secretaria de Educação também tinha direito ao recebimento de tais recursos.

Os expedientes administrativos na busca de uma negociação entre a Secretaria de Cultura e Esporte e a Secretaria de Educação não surtiram efeito naquele momento, somente tendo sido reiniciado uma possibilidade de debate interno em meados de 97 com a intervenção da bancada do PT na Câmara Legislativa.

Inicialmente com a Moção nº 2670 proferida por uma deputada ligada a área de educação, que exercia a Presidência da Casa, e também com uma emenda apresentada ao orçamento por um deputado que havia sido Secretário de Fazenda e Planejamento no primeiro ano de Governo.

A despeito de cronologicamente a efetivação destas ações só terem se dado no último ano da gestão, do ponto de vista político, reafirmou-se uma acertada tese desenvolvida pelo coletivo vinculado à Secretaria de Educação, ações essas que tiveram como desdobramento a incorporação ao orçamento da FEDF de R\$ 500.000,00, na rubrica *Manutenção das Atividades de Educação Física*, alterando o Quadro de detalhamento da Despesa do DEFER, em benefício da FEDF/ CEFDE, publicada em 4 de março de 1998.

4.3.2.5 Os enfrentamentos com os setores conservadores

Concomitantemente às ações da Direção do CEFDE, houve uma intensa disputa travada com setores reacionários da Educação Física coordenados politicamente por um grupo da Educação, que ao longo dos últimos trinta anos, já ocupou por diversas ocasiões várias funções estratégicas na estrutura diretiva do Sistema educacional.

Logo após a nomeação da nova Direção, inúmeras irregularidades da gestão anterior foram sendo constatadas, como a identificação e pronta devolução de mais de vinte e cinco servidores que não tinham qualquer função definida naquele complexo, arbitrariedades e desmandos que foram sendo tornados públicos nas Sindicâncias que foram abertas (observar nota 26). Isto fez com que aqueles setores conservadores que em um passado recente haviam coordenado política e pedagogicamente aqueles espaços, passassem a disputá-lo.

Como desdobramento das negociações iniciais do CEFDE com a Direção Executiva, uma comissão foi nomeada no mês de março para corrigir distorções e duplicidades de ações naquele equipamento, propondo a fusão do CEFDE e do CIEF, com a conseqüente aprovação de um relatório encaminhado ao Conselho Diretor da FEDF, apontando a criação de uma Direção de Educação Física e a Divisão de Educação Ambiental e Cultura. Esta decisão entretanto não foi levada a termo, devido a orientação produzida pela Secretaria de Administração informando que o expediente deveria ser objeto de Projeto de Lei, por força de dispositivos exarados da Lei Orgânica do DF.

Este refluxo nas intenções da Direção Executiva (Dex), associado às ações

desencadeadas pela Direção do CEFDE a partir de maio de 1995, quando foi encaminhado àquela Direção um ofício solicitando providências para apurar as responsabilidades relacionadas ao destino ignorado de material esportivo adquirido pela FEDF em 14 de dezembro de 1994, onze dias antes do encerramento do Governo anterior, fez com que o setor que estava sendo alvo de investigação interna junto à Comissão de Sindicância se articulasse e, motivado pela implementação nas escolas do Projeto de Gestão Democrática, através da Lei nº 975 de 1995, recém-aprovada, tivesse a intenção de vir a ocupar politicamente a Direção do CIEF, e conseqüentemente do Clube Escolar ³⁷.

A tentativa fraudulenta de impor eleições no CIEF demonstrava o quão importante politicamente era aquele espaço de intervenção para os setores vinculados a um grupo atuante na área da Educação Pública, estruturado por meio de uma rede de influências de mais de três décadas, a partir de um quadro político ligado ao setor conservador da área, que já ocupara a Secretaria de Educação, abrigado no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), legenda que no DF não manteve qualquer vínculo com o MDB histórico, pólo de resistência da ditadura militar, sendo abrigo dos setores reacionários e conservadores. Evidenciava também o quão precipitada e

³⁷ O instrumento usado foi o “mandado de segurança” de nº 54.4717/95, expedido em 4 de dezembro, contra a Diretora do Departamento de Pedagogia (DP) da FEDF, órgão interno ao qual aquele Centro Interescolar era vinculado. A decisão judicial arbitrava também quanto à inconstitucionalidade, em relação à Lei Orgânica, da decisão do Conselho Diretor da Fundação, determinando ainda que o DP desencadeasse o processo de eleição no CIEF.

A arbitrariedade da medida judicial estava caracterizada no fato que o Centro Interescolar de Educação Física, que fora criado em 1977, conforme relatório de inspeção do Departamento de Inspeção de Ensino da Secretaria de Educação, não vinha funcionando como uma Escola Pública desde 1992, ou seja, há quase cinco anos havia se transformado na prática em uma escola que mantinha sua estrutura administrativa, com um quadro de professores e auxiliares de ensino, com toda as suas funções comissionadas, mas só existia como um Clube Escolar que prestava serviços à comunidade.

A situação se prolongou até o mês de maio de 1996, quando o mandado foi definitivamente suspenso, após seis meses de disputas políticas intensas com meandros jurídicos que chegaram a decretar a prisão em flagrante da Diretora do Departamento de Pedagogia, que teve que se refugiar durante alguns dias até obter um Salvo Conduto, dando-lhe o direito de ir e vir livremente, a salvo de qualquer coação.

equivocada fora a avaliação da Direção Executiva ao subestimar politicamente o CEFDE, e o CIEF com o seu Clube Escolar.

4.3.3 A gestão do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (DEFER)

O DEFER teve dois períodos distintos de gestão, com concepções e práticas políticas divergentes entre si: o primeiro sob a orientação de um quadro do Partido Popular Socialista (PPS), durante três anos e quatro meses, de janeiro de 1995 a abril de 1998, e o outro, com a condução de um quadro do Partido dos Trabalhadores (PT), em oito meses de trabalho, de maio a dezembro de 1998.

4.3.3.1 Autonomia desarticulada

Em seus dois primeiros anos, o DEFER e a Secretaria de Cultura e Esporte estiveram sob a coordenação política do PPS, tendo como mérito a recuperação dos equipamentos situados no Centro Poliesportivo Ayrton Senna³⁸, que se encontravam em situação de interdição e completo abandono.

O Estádio Mané Garrincha, interditado em dezembro de 1993, foi reaberto em abril de 1995, já o Ginásio Nilson Nélon teve o desabamento de seu teto em janeiro de 1991, permanecendo destruído por quatro anos, com a abertura parcial em novembro

³⁸ Com 1.600.000 m², o Centro Poliesportivo Ayrton Senna, que fora inaugurado na década de setenta como Centro Desportivo Presidente Médici, é composto pelo Autódromo Nélon Piquet com 750 mil m², e capacidade para 144 mil pessoas; Conjunto aquático, com Piscina Olímpica e Tanque para saltos, o Ginásio de Esportes Cláudio Coutinho, uma desativada piscina coberta com capacidade para 2 mil pessoas; Ginásio Nilson Nélon, com capacidade para 22 mil pessoas, e o Estádio Mané Garrincha com capacidade para 66.100 espectadores.

de 1995, um outro aspecto observado foi a concessão, através de procedimento licitatório, do Direito de Uso e exploração do Autódromo Nelson Piquet.

Ainda no primeiro ano da gestão, em junho, a Direção realizou o I Seminário do Esporte – Fórum Permanente do Esporte, numa ação conjunta com a Presidência da Câmara Legislativa, ocupada por um parlamentar do PT, em suas dependências.

O Encontro teve como objetivo central o acompanhamento e intervenção por parte do Executivo da elaboração do “Conselho de Educação Física, Desporto e Lazer”, PL 109/95, apresentado em fevereiro, por um parlamentar de oposição que havia sido líder do Governo Roriz, pertencente ao PMDB, assim como na tramitação do PL 242/95, que “Institui legislação sobre desportos e dá outras providências”, apresentado em março de 95, por um parlamentar do Partido Socialista Brasileiro (PSB), base de apoio do Governo, e que viria em 96 a se tornar Secretário de Turismo.

Estes procedimentos, tanto os parlamentares, quanto à criação de um espaço permanente de discussão não se mostraram profícuos, pois os debates não prosperaram e os Projetos de Lei permaneceram inconclusos até o final do Governo Cristovam.

A criação dos Jogos Populares com o envolvimento das Entidades de Administração do Desporto e das Regiões Administrativas, em substituição aos Jogos Abertos do Distrito Federal, ainda que visasse superar a existência do evento anterior, ocorreu mais como a criação de um fato com a marca de um Governo, do que uma mudança de concepção por parte da organização, pois a lógica do rendimento manteve-se hegemônica, com antigas práticas de convite por parte das cidades representadas a equipes de clubes sem qualquer identidade com aquela Região Administrativa.

Apresentado pelo Governo como uma das suas soluções criativas em instrumentos de propaganda, a construção e instalação de setenta unidades de um Circuito Esportivo denominado “Kit Malhadinha”, um equipamento múltiplo com tabela de basquete, barras paralela e fixa, degraus e mais alguns outros recursos, com o objetivo de garantir a democratização do acesso ao esporte e à atividade física, pode ser identificado como de questionável sentido e significado para a sociedade, tendo a sua elaboração, ficado distante de qualquer debate que garantisse um processo de discussão da validade e da prioridade quanto a sua construção e implementação, com as demais instâncias do poder público e da sociedade civil.

Associado ao aumento dos atendimentos e do número de modalidades das Escolinhas do DEFER no Centro Poliesportivo, a autogestão das Administrações Regionais, preconizada na condição de estratégia de Política de Esporte na ação governamental significou um isolamento entre um órgão ordenador de despesas, com dotação orçamentária específica, e as Divisões Regionais de Desporto, Lazer e Turismo (DRDLT), espaço vulnerável nas composições de cada uma das Administrações, mas que representavam as possibilidades da ação do poder público no Esporte e Lazer nas cidades; tal iniciativa mostrou-se distante de uma radicalização do processo democrático, com a descentralização pautada numa divisão de poder, e não somente em uma delegação de funções como observa Torres (2000).

A autonomia política que o então diretor desfrutava em uma relação direta com o Governador, garantiu-lhe a nomeação na função de Secretário Adjunto de Cultura e Esporte em 1996, passando na prática a ser o Secretário de Esporte.

O que se observava é que preponderava uma cultura do personalismo na gestão, dissociada de qualquer debate, seja com os partidos que compunham a Frente

Popular, ou um esboço de convergência interinstitucional, garantindo condições materiais e políticas na implementação do programa apresentado à sociedade em 1994.

4.3.3.2 Ausência de rumo

A mudança de orientação política na Secretaria de Cultura e Esporte com a nomeação de um quadro do PT em 1997, deu início a um processo de aproximação administrativa à Direção do DEFER por parte do Secretário, em função do vínculo formal existente. Esta ação criou uma expectativa por parte das DRDLTs, do CEFDE e da Administração do Parque da Cidade, que os princípios de uma Administração Popular e Democrática, apresentados à sociedade na campanha, pudessem vir a ser implementados.

Não obstante, a compreensão do Governador Cristovam Buarque caminhava em sentido contrário, a despeito de que em seu organograma institucional, o DEFER fosse vinculado à Secretaria de Cultura e Esporte, por decisão política do Governador em uma articulação com o Secretário de Turismo, o Departamento passaria a estar sob a coordenação deste, um Deputado Distrital eleito pelo PSB, que com vistas a legitimar o acordo, convidou em momentos distintos alguns setores representativos da área no DF, para sondar a repercussão da iniciativa na busca de adesões, não tendo obtido eco em seu intuito.

Entretanto esta concepção preponderou parcialmente, com o envio em março de 1997, de um Projeto de Lei visando a criação da Secretaria de Turismo, Esporte, Lazer e Juventude à Presidente da Câmara Legislativa, uma parlamentar do PT.

Conforme mensagem encaminhada em três laudas, apresentava uma

justificativa distanciada dos princípios e diretrizes elaboradas pela Frente Brasília Popular na campanha eleitoral, tal atitude gerou uma resposta política por meio de um documento, de circulação interna ao Governo e aos partidos membros da Frente Popular, elaborado pelo Setorial de Esporte e Lazer do PT/DF, com o título “Em Defesa do Esporte no DF”, que expressava uma manifestação contrária à iniciativa, apontando a necessidade da realização de um Seminário interno para que fosse identificado entre as posições existentes, o papel do Esporte e Lazer na organização de um Governo Democrático e Popular, encontro que efetivamente não se realizou.

A ação articulada do Setorial com os Parlamentares do PT na Câmara Legislativa foi decisiva para que tal intenção não prosperasse, as posições da Bancada foram fundamentais para que o Governo desistisse da proposição e a reescrevesse com a retirada do Esporte, encaminhando ao Legislativo no mês de dezembro uma mensagem e um Projeto de Lei, criando a Secretaria de Turismo, Lazer e Juventude, iniciativa que foi efetivada, não obstante os equívocos de concepção e contradições inerentes à ela.

Nesse mesmo momento político, o Setorial elaborou uma proposta de reformulação encaminhada ao Secretário de Cultura e Esporte, que explicitava uma posição tornando clara as divergências e os descaminhos da ação política daquele setor do Governo que deveria coordenar as políticas públicas de Esporte e Lazer no DF.

Em suas considerações finais o referido documento apontava a necessidade da implementação imediata das políticas públicas do Esporte e Lazer, sustentadas na Carta de Princípios e nos Treze Pontos, entendendo que diante das evidências do distanciamento do DEFER das políticas traçadas para o setor, uma mudança na

condução do Departamento se fazia necessária para que os compromissos assumidos junto à população fossem honrados.

Em novembro de 1997, o jornal Correio Braziliense em sua coluna “Curtas”, anunciava que o PPS se afastava do Governo Cristovam, restando, segundo a publicação, *a inexpressiva direção do Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação*.

Esta decisão política não foi suficiente para que acontecessem as mudanças no DEFER, precipitadas somente com a publicação em 13 de abril de 1998, da matéria “Politicamente Esportivo”, do mesmo veículo, divulgando que na 2ª Copa Brasília de Judô Nacional, realizada nas dependências do Ginásio Nilson Nélson, o ex-diretor do DEFER, já pré-candidato a deputado distrital pelo PPS, estava acompanhado de um Deputado Federal da mesma agremiação, candidato ao Senado, e o candidato a Governador da intitulada “3ª Via” no DF, composta pelo PSDB, PFL, PL, PPS, PSL e PTB, um Senador do PSDB, que viria a renunciar ao mandato em 2001, no caso que ficou conhecido nacionalmente como a “quebra do sigilo do painel do Senado”.

4.3.3.3 O processo de mudança

As condições políticas para que uma mudança de orientação na condução do DEFER acontecesse, ainda que tardiamente estavam dadas.

O Setorial, entre vários nomes de reconhecida identidade com os princípios e Políticas da área para ocupar a função, entendeu que o então Diretor do CEFDE poderia coordenar o processo de mudança; à iniciativa de reformulação dois parlamentares do PT se associaram, um deputado distrital, candidato a deputado

federal, que havia sido Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, e outro candidato a deputado distrital, que exerceu na suplência um mandato ligado às questões dos Arte-educadores.

O Secretário de Cultura e Esporte oficializou a formulação do convite ao Diretor do CEFDE no início de abril, tendo aquele argumentado a necessidade da construção política de um coletivo de direção, sendo necessária uma mudança mais ampla do que somente a nomeação do diretor e do chefe de gabinete, para que uma outra concepção e orientação política pudessem vir a ser implementadas.

Dando seqüência a esse processo, o Setorial de Esporte e Lazer do PT, convocou encontros com representantes da Frente Brasília Popular, para que fossem discutidos os critérios de composição não só da Direção do DEFER, mas também da Direção do CEFDE, assim como as estratégias para a ocupação política do Departamento.

No dia 11 de maio, em meio a uma tensa greve dos professores ³⁹, faltando cinco meses para a realização das eleições gerais, e quatro semanas para o início da Copa do Mundo a ser realizada na França, o Diretor e o Chefe de Gabinete foram empossados pelo Secretário de Cultura e Esporte, com os demais membros da Direção sendo nomeados nos dias e semanas subseqüentes.

Cinco dos dez diretores do CEFDE passaram à direção do DEFER, o que favoreceu uma relação institucional mais ágil entre as duas direções, recuperando a concepção inicial dos debates ocorridos ainda em 1994, entendendo os dois espaços estratégicos para a implementação de políticas para a área, entretanto uma vez que o

³⁹ As dependências administrativas do DEFER estão situadas majoritariamente no Estádio Mané Garrincha, local histórico das assembléias da categoria; quanto à greve ver nota 8.

processo de mudança ocorreu durante a greve, as negociações ocorreram entre os militantes que estavam no CEFDE, e o Secretário de Cultura e Esporte, mediados pelo Setorial de Esporte e Lazer, sem o envolvimento direto do Diretor Executivo e do Secretário de Educação, o que requereu negociações posteriores, com vistas à participação das instâncias representadas por estes quadros, corrigindo politicamente um equívoco cometido.

A gestão democrática no âmbito interno foi elaborada a partir de uma decisão política fundada em uma diretoria colegiada ⁴⁰, por meio de uma dinâmica administrativa que buscou garantir a transparência nas relações institucionais, com diálogos permanentes envolvendo os demais setores do Governo e a sociedade civil ligada à Educação Física, ao Esporte e ao Lazer.

A dimensão política deste momento é identificada na manifestação de Fedozzi (2000, p. 38), quando o mesmo aponta que é necessária:

“... a construção de novas relações entre o Estado e a sociedade de cunho democratizante, novos patamares de equidade social e política e novos saberes societários de caráter emancipatório...”

Foi dado início a um processo de articulação política e descentralização orçamentária envolvendo nesta discussão, representantes dos vários segmentos nas esferas das manifestações do Esporte, do Lazer e da Educação Física: Secretaria de Cultura e Esporte, Fundação Cultural, Secretaria de Educação, Fundação Educacional, CEFDE, Divisões Regionais de Ensino, Seções de Integração Escola - Comunidade,

⁴⁰ A Direção colegiada do DEFER era composta por dezesseis membros, sendo quinze com funções comissionadas: Diretor, Chefe de Gabinete, dois Assessores do Gabinete, Jurídico e Assessoria, Administrativo, Patrimônio, Diretores Responsáveis pelo Estádio Mané Garrincha, Ginásio Nilson Nelson, Conjunto Aquático - Ginásio Cláudio Coutinho, Descentralização - Escolinhas, Eventos e Assessoria, Informática, e um membro sem função comissionada, que se reuniam com periodicidade semanal, aonde a pauta e as decisões eram deliberadas coletivamente.

Secretaria de Turismo, Lazer e Juventude, Secretaria da Criança e Assistência Social, Fundação do Serviço Social, Administrações Regionais, Divisões Regionais de Desporto, Lazer e Turismo, Entidades de Administração do Desporto, Ligas Esportivas, bem como as Instituições de Ensino Superior no Distrito Federal.

Aspectos identificados nas palavras de Pires (2001, p. 36):

“Uma nova idéia sobre o modo de governar começa a disputar hegemonia com a visão tradicional, de governo legitimado exclusivamente pelo voto e pelo uso da boa técnica.”

4.3.3.4 Uma Gestão Democrática em pouco mais de sete meses

No âmbito Educacional, foi engendrada uma relação orgânica com o CEFDE, apoiando os Jogos Escolares, cursos de formação e atualização profissional, a aquisição de materiais didático-esportivos e fundamentalmente a discussão democrática nas decisões políticas e orçamentárias da Educação Física, Esporte e Lazer.

No âmbito da Participação, foi realizado um trabalho convergente às dezenove Regiões Administrativas, no qual se viabilizou a recuperação e construção de dezenas de equipamentos, aquisição de materiais esportivos, tendo sido iniciado o processo de descentralização do DEFER por Ceilândia, a cidade com maior densidade populacional do DF.

No âmbito do Rendimento, foi estabelecido o início de um tratamento isonômico inaugurando uma relação democrática com as Entidades de Administração do Desporto, apoiando a participação efetiva em eventos nacionais e internacionais, tendo ainda a realização dos Jogos Populares, com a incorporação de festivais em

modalidades de luta.

A relação com o CEFDE, reconhecendo-o como mediador dos legítimos interesses da Educação reafirmou o princípio constitucional do Poder Público em investir prioritariamente no Esporte educacional e, por conseguinte dentro de uma estratégia política da Direção do DEFER e do CEFDE, na própria educação física escolar, sem submeter o componente curricular à lógica do sistema esportivo.

O apoio aos Jogos Escolares do Distrito Federal, numa ação articulada em conjunto à realização dos Jogos Populares, na elaboração das cerimônias de abertura e encerramento, e aos Jogos regionalizados de Santa Maria, Taguatinga e Ceilândia, foi consubstanciado efetivamente com a aquisição da premiação e pagamento de arbitragem, assim como o repasse financeiro de R\$ 355.000,00 para a construção e reformas de quadras esportivas em escolas públicas de Samambaia, Santa Maria, Paranoá e Núcleo Bandeirante; esta estratégia apontou uma consolidação da credibilidade política da Direção, tendo em vista o processo crescente de unidade entre a Secretaria de Cultura e Esporte e a Secretaria de Educação, reafirmando o princípio de uma ação interinstitucional conjunta.

A materialização foi sendo ampliada com o apoio à realização do XIX Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física, nas dependências do Centro Poliesportivo, assim como ao I Seminário de Esporte Educacional do DF, às Oficinas da Caravana do Esporte Educacional, aos Jogos do Ensino Especial, e aos Centros de Iniciação Desportiva, em sua afirmação e na aquisição de materiais esportivos, como os seiscentos quimonos para o CID de Judô do Núcleo Bandeirante, os equipamentos para Ginástica Olímpica no Clube Escola nº 1 de Taguatinga, bem como a viabilização de eventos ampliando a visibilidade social dos Centros de Capoeira no âmbito escolar.

A primeira reunião ocorrida no DEFER aconteceu com os Diretores das Divisões Regionais de Desporto, Lazer e Turismo, logo na primeira semana da Gestão, fato que reafirmou uma concepção política da Direção a partir daquele momento, sendo constituído um espaço permanente de discussão e participação, a partir da compreensão delas como instâncias executoras de políticas para a área do esporte e do lazer em cada uma das dezenove regiões administrativas do DF, possibilitando uma interlocução mais ágil, na qual foram priorizadas as demandas oriundas do orçamento participativo em cada uma das cidades.

Participação é refletida conceitualmente por Outhwaite e Bottomore (apud Gohn, 2001, p. 27):

“... pode ter um significado forte ou fraco[...] o princípio da participação é tão antigo quanto a própria democracia, mas se tornou imensamente mais difícil em consequência da escala de abrangência do governo moderno, bem como pela necessidade de decisões precisas e rápidas - como omissão é motivo de protesto por parte dos que exigem maior participação.”

A abertura do Núcleo Esporte Cidadão ⁴¹ teve por objetivo democratizar o acesso das camadas populares à cultura corporal nas cidades do DF, bem como com a aquisição do *Kit Legal* ⁴², com o objetivo de criar condições materiais para cada uma das dezenove regiões administrativas.

A descentralização das ações do DEFER foi implementada inicialmente na cidade de Ceilândia, no Centro Miguel Magone (Cemim), uma instituição ligada ao

⁴¹ O Núcleo do Projeto Esporte Cidadão foi o início do processo de descentralização dos atendimentos do DEFER, a partir de setembro, na Cidade de Ceilândia, tendo como partícipes a Administração Regional e a Faculdade de Educação Física da Universidade Católica de Brasília; o trabalho atendeu mais de mil crianças e adolescentes, sendo viabilizados o Futsal, o Basquete, o Judô, a Capoeira, o Vôlei e a Ginástica.

⁴² O Kit Legal, nome fantasia de um conjunto de equipamentos elaborados pelas Divisões de Esporte das cidades e pela Direção do DEFER, visando criar condições materiais nas ações em todas as dezenove Administrações Regionais; composto por vinte e sete itens, com bolas de futebol, basquete, vôlei, futsal, nogan, frescobol, tênis de mesa e bolas fantasia, bambolês, petecas, jogos de golzinho, kit de vôlei e basquete, cordas, jogos de xadrez, dama e dominó, raquetes de frescobol e tênis de mesa, cama elástica, mesas de tênis de mesa, bombas com bico, e mais alguns materiais pedagógicos como cola, barbante, tinta, papel e pincéis.

Centro Salesiano do Menor, vinculado à Igreja Católica.

Ainda que tenha sido uma das grandes expectativas desta direção, a ação descentralizada efetivamente só aconteceu neste núcleo, se limitado nas demais cidades a apoiar as iniciativas já em curso, como na cidade de Sobradinho, tendo na exigüidade da gestão um fator limitante a ampliação do processo.

Reafirmando um compromisso político com as demais instâncias de Governo, foi efetivada uma descentralização financeira de R\$ 580.000,00 para reforma e construção de equipamentos esportivos em quinze cidades: Brasília, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga.

Foi iniciada uma relação democrática, garantindo uma isonomia de tratamento entre as Entidades de Administração do Desporto ⁴³, na qual as demandas provenientes deste setor foram respeitadas e viabilizadas em participações nacionais e internacionais.

O critério estabelecido para o apoio às Entidades foi cronológico, qual seja as demandas foram sendo atendidas pela ordem de chegada; esta dinâmica, salvaguardando a exigüidade de tempo, com o curto espaço de gestão da Direção, com o calendário esportivo já em curso, não garante uma participação solidária na discussão orçamentária, podendo criar uma cultura paternalista, maximizando o papel de benfeitor do gestor; o mecanismo que apontaria uma sintonia com o princípio de transparência administrativa e orçamentária, demandaria um processo de discussão envolvendo todas as Entidades, para que coletivamente, sob a coordenação política do Órgão, viesse a

⁴³ As Entidades com as quais foi estabelecido um diálogo institucional: Ami Jitsu, Atletismo, Basquetebol, Box, Capoeira, Corrida de Orientação, Futebol, Futsal, Ginástica Olímpica, Handebol, Jiu Jitsu, Judô, Karatê, Kung-Fu, Natação, Patins in Line, Skate, Taekwondo, Tênis de Mesa e Triatlo.

ser decidido a destinação de recursos, e arroladas as prioridades para o ano subsequente.

A Política de Eventos ⁴⁴ apoiados e realizados pelo DEFER foi desenvolvida em inúmeras ocasiões numa relação institucional com as Entidades do Esporte; ainda que a Direção tenha buscado contextualizar cada uma das ações, como um momento de afirmação de Direitos Sociais, a ausência de um planejamento estratégico, em meio a um momento de afirmação e legitimação de uma determinada concepção de políticas públicas para a área no interior do Governo, com o apoio e a realização freqüente de eventos na qualidade de uma estratégia de ampliação da visibilidade política, em um período de disputas de projetos junto à sociedade, apontou elementos contraditórios em relação aos princípios da Frente.

O limite entre a veiculação institucional e a propaganda política dos eventos usualmente é muito tênue, pois a divulgação das informações está de forma intrínseca vinculada à concepção do Projeto instaurado na Direção.

⁴⁴ A partir de 14 de junho, pouco mais de um mês após a posse do Diretor, com a Diretoria recém nomeada, a realização do Festival de Golzinho iniciou um processo que contou também com: Copa Candanga, de 19 de julho a 2 de agosto; apoio ao XIX Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física, de 19 a 24 de julho; I Campeonato DF Street Style, em 8 e 9 de agosto; III Jogos Populares do Distrito Federal, de 14 de agosto a 18 de setembro; o I Festival de Remo e Capoeira do Distrito Federal, em 22 de agosto; o apoio aos I Jogos do Parque de 12 a 20 de setembro; a participação no I Festival Nacional da Juventude de 16 a 20 de setembro; o Campeonato Interescolar Brasileiro dos Esportes Radicais contra as Drogas, de 24 a 27 de setembro; II Jogos da Primavera; apoio ao Circuito de Corridas de Brasília, de maio a novembro; VII Marotinha, em 11 de outubro; Aberto de Skate de Brasília, em 11, 12 e 13 de dezembro; assim como a participação nos Jogos da Juventude de 20 a 29 de novembro, na cidade de Porto Alegre e a realização do Jogo Decisivo da 2ª Divisão do Futebol Brasileiro entre Gama e Londrina, com a maior lotação ocorrida no Estádio Mane Garrincha com mais de 66.000 pessoas; Cabe destacar a organização da 29ª Corrida de Reis, integralmente concluída em dezembro de 1998, para o evento que só viria a ocorrer em 9 de janeiro, já sob a coordenação de um outro projeto político para a sociedade.

A realização da I Copa Candanga de Futebol U-16 ⁴⁵, garantiu a consequência institucional de uma deliberação de um Seminário sobre o Futebol, ocorrido na Câmara Legislativa, no ano de 1997, tendo sido agendada desde o início do ano, nenhuma providência objetiva fora tomada até o início da nova Direção no órgão, tendo sido iniciada três dias após o encerramento da Copa do Mundo, já durante o período eleitoral, contando com ampla divulgação na mídia local, desenvolvida com as Administrações Regionais/DRDLTs e a Federação Metropolitana de Futebol, também foi apoiada pela Confederação Brasileira de Futebol; nesta Copa o Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Distrito Federal indagado sobre as possibilidades de divulgação do torneio, arbitrou, em despacho de 14 de julho as seguintes decisões:

“Indefiro os pedidos de publicidade institucional e a distribuição de camisetas e prisma de campo (fl.15), distribuição ou colocação de layout de back-drop e faixa de morim (fl.16), a distribuição de bonés (fl.19), camisas (fl.20) e cartaz (fl.21). A medalha pode ser cunhada, sem a marca “Dois Candangos” e **bola sem a cor vermelha** (frente) – fl.18 “(grifo meu)

Força de uma arguição do PMDB ao Tribunal Regional Eleitoral, a Procuradoria Geral Eleitoral, vinculada ao Ministério Público Federal, reafirmou a impossibilidade da utilização do slogan “Governo Democrático e Popular”, ou “GDP”, por parte do Governo do Distrito Federal, entendendo que as mesmas caracterizavam propaganda eleitoral subliminar.

⁴⁵ A Copa Candanga de Futebol foi um torneio realizado em julho de 1998, dando encaminhamento a um Seminário realizado em 1997 discutindo o Futebol, organizado na Câmara Legislativa pelo Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, um parlamentar do PT; contou com uma expressiva participação das entidades ligadas ao Setor como a Federação Metropolitana de Futebol, Ligas, Clubes Sociais e equipes de Futebol Amador, tendo sido deliberado a realização de um torneio para a faixa abaixo dos 16 anos. Desenvolvida em seis cidades, Brasília, Guará, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Sobradinho e Taguatinga, teve a participação de vinte e quatro equipes, sendo oito convidados de outros estados: o Vitória da Bahia, Atlético e Vila Nova de Goiás, de Minas Gerais o Atlético, o Uirapuru de Mato Grosso, o Paraná Clube, o Instituto de Assistência ao Futebol do Brasil, vinculado à CBF, vindo do Rio de Janeiro e o Grêmio do Rio Grande do Sul; do DF participaram AABB, Asbac, Assefe, Brasília, Brazlândia, Caeso, Ceilandense, Defer, Dínamo, Divinéia, DM, Iate, Guará, Serrano, Sobradinhense, 26.

As limitações políticas para a divulgação dos eventos não foram impeditivas à realização dos mesmos, como ficou demonstrado com o 1º Campeonato DF Street Style (reprodução dos obstáculos de rua num circuito), um encontro com a participação de skatistas profissionais de repercussão internacional, garantindo o acesso gratuito da população ao encontro, garantindo “A Democratização do acesso ao Espetáculo Esportivo”; apesar de uma significativa assistência de mais de seis mil pessoas, com manifestações favoráveis como a do arquiteto que projetou e executou a montagem da pista: “... Já rodei o Brasil todo com skate e esse ginásio é o melhor lugar onde eu já montei uma pista...”, e a do presidente da Associação de Skate no DF: “Nunca houve um evento de skate com essa estrutura aqui na cidade.”; todo o empenho da Direção no apoio ao Campeonato, acabou não tendo desdobramento, pois a decisão política de garantir o acesso aos equipamentos do torneio à população foi frustrada, por não ter sido viabilizado um local de permanência dos mesmos.

A realização dos Eventos criou fatos sociais que ampliaram a visibilidade política da Gestão, entretanto fez com que inúmeros equívocos estratégicos acontecessem, como o Campeonato Interescolar Brasileiro de Esporte Radicais Contra as Drogas, nas dependências do autódromo Nelson Piquet; embora tenha tido participantes vencedores de torneios internacionais, a falta de uma leitura política correta da Direção das divergências profundas do segmento com o método personalista por parte da organização, fez com que uma manifestação pública contrária à realização do encontro acontecesse, não obstante a baixíssima assistência presente.

Daniel (apud Pires, 2001, pp. 64-65), sintetiza de maneira inequívoca a perspectiva que deve nortear uma administração democrática e popular:

“Uma proposta de ação para as administrações democráticas e populares que não se esgote em si mesma deve apontar para um novo modelo de sociedade, permitindo vislumbrar os contornos de uma estratégia transformadora: um socialismo que, negando simultaneamente a opção capitalista – o status quo brasileiro, o neoliberalismo ou a social-democracia – e o estatismo do ‘socialismo real’, afirme o caminho da construção de uma sociedade radicalmente democrática – onde a democracia assuma valor estratégico, meio e fim a alcançar. (...) Nessa disputa – que, conforme se aprofundou, pressupõe uma ruptura com o poder econômico – o fundamental é assumir o embate com os valores que sustentam a hegemonia conservadora no nível local, negando-os ao afirmar os termos de uma nova cultura política.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ineditismo de um Governo com uma composição política ligada aos partidos do campo democrático e popular, em uma das unidades da federação foi constantemente permeado por conflitos internos, com disputas políticas permanentes por concepção de gestão e relação de poder, como ficou caracterizado nos embates estabelecidos ao longo da Gestão tanto no CEFDE quanto no DEFER.

O compromisso político-pedagógico externado na elaboração desta dissertação instou-me a estabelecer uma análise dialética, na qual busquei na condição de pesquisador, garantir um estranhamento ao objeto de estudo, por meio de uma leitura radical e rigorosa, dos conflitos e contradições que marcaram a gestão, bem como seus processos decisórios e da democratização das relações entre o poder público e a sociedade, mesmo que tenha sido Gestor durante quarenta e seis meses do denominado “Governo Democrático e Popular”.

Esse modo de proceder possibilitou-me a investigação das ações na implementação das Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no Governo do Distrito Federal de 1995 a 1998, na Gestão de Cristovam Buarque, sendo a mesma realizada em duas instâncias do poder público no DF, uma ligada à Secretaria de Educação: o Centro de Educação Física e Desporto Escolar (CEFDE) e a outra vinculada à Secretaria de Cultura e Esporte: o Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (DEFER).

Quanto aos propósitos do estudo, fundados numa abordagem qualitativa, as estratégias metodológicas foram demarcadas por uma pesquisa histórico-descritiva, associado ao referencial marxista como matriz teórica para melhor compreender a

realidade.

Um aspecto a ser destacado é aquele que aponta os limites de ação do poder público em um momento histórico em que prevalecem relações capitalistas como balizadoras da organização do Estado, privilegiando a concentração de riqueza, em detrimento da vida e da afirmação dos direitos sociais que qualificam e garantem a dignidade humana.

Este ideário de Estado, promotor de políticas públicas de cunho neoliberal, ancorado na estabilização, desregulação e privatização, deixa o saldo do “êxito” deste modelo impeditivo à emancipação humana, um legado ao século que se inicia no aumento da desigualdade no mundo, com 3 bilhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 2 por dia, ou seja quase a metade da população mundial; no Brasil 54 milhões de pessoas (32% da população) vivem com menos de meio salário mínimo por mês, tendo-se no Distrito Federal uma situação análoga a mais de trezentos mil cidadãos nesta outrora propagada “ilha da fantasia”.

É notório que, por mais compromissados e bem intencionados que sejam os gestores de Governos com um viés “Democrático e Popular”, os limites políticos e administrativos que restringem a condução de políticas ao conjunto da sociedade são constitutivos do próprio modelo do Capital, pois o “cassino financeiro” internacional opera, ainda que paradoxalmente, na restrição à implementação de políticas sociais, tidas como onerosas à organização do Estado mínimo liberal.

A incansável luta dos setores do campo democrático pelo restabelecimento do Estado de Direito no Brasil, consolidado no ocaso da Ditadura Militar, criou condições políticas e por extensão, pedagógicas, para que a temática das Políticas Públicas Sociais fosse inserida não só no debate acadêmico, mas que fosse cunhada

definitivamente na agenda política, adjetivando-a como dimensão indissociável na conceituação da Cidadania.

Este debate foi permeando academicamente a Educação Física a partir da primeira metade da década de oitenta, inicialmente por meio de artigos publicados em periódicos da Área, para em seguida começarem a ser elaboradas dissertações em diálogo com as áreas das Ciências Sociais e Educação, até que as Faculdades de Educação Física comesçassem a abrigar estudos com esta Linha de Pesquisa, momento no qual o movimento organizado pelas entidades representativas da Educação Física reafirmava o seu caráter de luta.

Ações articuladas por meio de seminários, cursos, simpósios, encontros acadêmicos e publicações tendo o tema como eixo central, assim como com a constituição de Grupos de Estudo Temático, vêm adensando conceitualmente o debate nesta linha de pesquisa, construindo conhecimento em diálogo permanente com as Administrações Populares, orientando-as e sendo orientado quanto às Políticas Públicas para Educação Física, Esporte e Lazer.

Quanto às diretrizes de uma Administração Popular e Democrática para o Esporte e Lazer, tanto a “Carta de Princípios” como os “Treze Pontos”, estiveram presentes ao longo das Gestões do CEFDE e do DEFER, de maneira não linear, apresentando ainda contradições, que em determinadas circunstâncias se aproximavam de uma concepção antagônica ao próprio programa da “Frente Brasília Popular”, como na maior parte da gestão da instância ligada à Secretaria de Cultura e Esporte.

Em relação ao CEFDE, levando-se em consideração as limitações de ordem institucional do Centro, a análise identificou preponderantemente o desenvolvimento de

A Democratização do acesso ao Esporte e Lazer como Campo de Conhecimento, e Um Projeto Político Integrado: Cultura, Esporte e Lazer.

As ações desenvolvidas por meio dos cursos do “Formação em Movimento” organizadas de forma descentralizada e continuada nas onze Divisões Regionais de Ensino, criaram objetivamente um diálogo permanente com os Trabalhadores em Educação, ainda que apresentassem elementos contraditórios, com um viés marcado por diferentes matrizes filosóficas.

A busca de formas concretas de integração do Esporte e Lazer, com todas as outras áreas que compõe as políticas sociais, principalmente Educação, Saúde, Bem-estar Social e Cultura, foi afirmada nas ações viabilizadas pelo “Projeto Candanguinho”, um projeto desenvolvido em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, com uma participação efetiva de vários setores do Governo: a Secretaria de Educação, a Fundação Educacional na condição de executora do convênio com o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), a Secretaria da Criança e Assistência Social, a Fundação do Serviço Social, a Secretaria da Cultura e Esporte, a Fundação Cultural, o Instituto Candango de Solidariedade, as Administrações Regionais, as Divisões Regionais de Ensino e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, EMATER, ligada à Secretaria de Agricultura, em núcleos organizados na zona rural.

Ainda na área educacional, a Educação Física, o Esporte e o Lazer, foram mediados por uma gestão pautada em princípios que evidenciaram sinais de ações que garantiram a democracia interna, com diálogos permanentes com o conjunto de professores da rede pública de ensino, consolidando o início de um processo de uma gestão participativa, com plenárias, reuniões e encontros deliberativos, criando formas

inovadoras de legitimação na execução de políticas sociais para o setor, construindo uma relação democrática e de transparência no trato da coisa pública, tendo sido abertas algumas das "caixas pretas" orçamentárias e administrativas no setor, como no repasse de recursos oriundos dos concursos de prognóstico.

As plenárias regulares de prestação de contas da Gestão em todas as Regionais de Ensino, bem como a constituição de comissões com caráter deliberativo na elaboração dos "Núcleos de Educação com o Movimento", para aquisição e distribuição de material pedagógico para a rede pública, para a redação do Decreto 18.368, de julho de 1997, em uma ação inédita de elaboração coletiva, delinearam efetivamente uma nova forma de gerir a coisa pública.

Quanto ao DEFER, o espaço mais estratégico do Esporte no Distrito Federal, duas concepções distintas se estabeleceram ao longo da Gestão tendo num primeiro momento o mérito de recuperar espaços ociosos, trazendo de volta à sociedade o acesso a equipamentos públicos, enfatizando a *Democratização dos Espaços e Equipamentos de Lazer*, com a recuperação do Complexo Esportivo Ayrton Senna, que se encontrava em completo estado de abandono, quando da posse do Governo em 1995.

A ausência de uma gestão democrática caracterizada pelo personalismo, e pela centralização político-administrativa, distanciada das Administrações Regionais e suas Divisões de Esporte e Lazer em cada uma das cidades, somente foram superados a partir da mudança de orientação política observada no Departamento ocorrida nos últimos oito meses de Governo.

Foi dado início então a um processo de articulação política e descentralização orçamentária, na qual a impessoalidade e a transparência foram pontos a ser

destacados, esboçando o começo de uma ação estratégica com vistas a superar uma lógica fundada na centralização administrativa, envolvendo nessa discussão, representantes dos vários segmentos nas esferas das manifestações do Esporte, do Lazer e da Educação Física: Secretaria de Cultura e Esporte, Fundação Cultural, Secretaria de Educação, Fundação Educacional, CEFDE, Divisões Regionais de Ensino, Seções de Integração Escola - Comunidade, Secretaria de Turismo, Lazer e Juventude, Secretaria da Criança e Assistência Social, Fundação do Serviço Social, Administrações Regionais, Divisões Regionais de Desporto, Lazer e Turismo, Entidades de Administração do Desporto, Ligas Esportivas, bem como as Instituições de Ensino Superior no Distrito Federal.

A implementação do “Núcleo do Esporte Cidadão”, a partir de setembro na Cidade de Ceilândia, foi o início do processo de descentralização dos atendimentos do DEFER, tendo como partícipes a Administração Regional e a Faculdade de Educação Física da Universidade Católica de Brasília; esta ação reafirmou o princípio da *Democratização do Esporte e do Lazer*, iniciando uma relação com a sociedade, por meio das Divisões de Esporte e Lazer das cidades, visando implementar um *Esporte Comunitário de Qualidade*.

Nos dois espaços investigados, a constituição de um *Conselho de Educação Física, Esporte e Lazer no Distrito Federal* e a criação e organização do *Sistema Esportivo do DF*, previstos na Lei Orgânica, foram outros aspectos apresentados enquanto diretrizes e não levados a termo, embora timidamente trabalhados pelos representantes governamentais da área.

Tal lacuna na ação do Governo reforça a tese da ausência de um planejamento estratégico elaborado coletivamente para o setor, comumente pautado

por questões de ordem conjuntural, contribuindo assim de maneira pouco efetiva para uma nova cultura política que garanta a participação substantiva da sociedade civil, superando uma prática paternalista no trato da coisa pública, contraditoriamente ainda identificada.

Um aspecto identificado como de suma importância na condução das políticas da área, foi a implementação de uma Gestão Colegiada na instância vinculada à Educação, e viabilizada politicamente após a mudança de orientação política no órgão vinculado à Secretaria de Cultura e Esporte, reafirmando na ação, gestões radicalmente democráticas, com o coletivo de diretores tendo um tratamento isonômico entre si, rompendo uma cultura política na qual a hierarquia se estabelece como critério balizador das relações de poder.

Este trabalho identifica ainda a viabilização das possibilidades da construção de uma democracia substantiva, que tenha na constituição de formas de participação dos cidadãos uma ação estratégica na elaboração e implementação das Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer.

A superação do iníquo metabolismo social do capital, que maximiza o capital em detrimento da vida, naturaliza a barbárie e o lucro, perpetrando modificações na escala de valores humanitários, tornando sinônimo o que é habitual e usual, mediado pelas relações de mercado, como se fossem algo natural assepticamente extraído de qualquer relação social, aponta as possibilidades da construção com vistas à afirmação de uma nova cultura política, tendo como utopia a emancipação do ser humano, garantindo a Educação Física, o Esporte e o Lazer como Direitos Sociais inalienáveis às cidadãs e aos cidadãos brasileiros, suportes na construção deste nova perspectiva societária.

Direitos estes que devem ser consolidados pelo poder público nas suas ações institucionais, promovendo, mediando e ampliando a compreensão da Educação Física como uma área de conhecimento multidisciplinar, bem como um componente curricular mediador do conhecimento da cultura corporal, articulado ao coletivo da escola no âmbito educacional; o Esporte deve ser entendido como uma das manifestações sociais mais significativas constitutivas do mundo contemporâneo, tendo ainda na garantia do Lazer como um direito social, sua afirmação indissociavelmente vinculada ao mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Dante. **Ilha da violência**. Jornal CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 23 de março de 2002.
- ALVES, Márcio Moreira. **A Força do Povo - Democracia Participativa em Lajes**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- AMARAL, Sílvia Cristina Franco. **Poder Local, Meio Ambiente e Lazer: Possibilidades desta relação em Porto Alegre**. In Conexões, Número 3, Campinas, dezembro de 1999.
- AMARAL, Sílvia Cristina Franco. **Lazer e participação popular**. In Licere, volume 3, nº 1, Belo Horizonte, 2000.
- AMARAL, Sílvia Cristina Franco. **Espaços e Vivências Públicas de Lazer em Porto Alegre: Da Consolidação da Ordem Burguesa à Busca da Modernidade Urbana**. In Revista Brasileira de Ciências do Esporte. V.23, nº 1, Campinas, setembro de 2001.
- AMORIM, Rovênia. **Pobreza rouba o futuro**. Jornal CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 15 de abril de 2001.
- AMORIM, Rovênia. **Infância roubada nas ruas**. Jornal CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 10 de junho de 2001.
- AMORIM, Rovênia. **Brasília tem 63 favelas**. Jornal CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 11 de agosto de 2001.
- AMORIM, Rovênia, NEGROMONTE, Sibeles e HILÁRIO, Rodrigo. **Rico\$ pelas próprias mãos**. Jornal CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 7 de outubro de 2001.
- AMORIM, Rovênia e RICARTO, Tarciano. **Improviso para viver na cidade planejada**. Jornal CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 24 de fevereiro de 2002.

ANJOS, J. Luiz dos (org.). **Políticas Públicas de esporte e lazer: experiências e perspectivas**. Piracicaba. Secretaria de Esportes, Lazer e Atividades Motoras e Faculdade de Educação Física da UNIMEP, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 5ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BELLONI, Isaura, MAGALHÃES, Heitor de, SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas**. São Paulo, SP, Cortez 2000.

BITTAR, Jorge (Org). **O Modo Petista de Governar**, Caderno de Teoria e Debate, 1995.

BRACHT, Valter. **Esporte – estado - sociedade**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v.10, n.2, p.69-73, jan.1989.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Vitória: UFES/CEFED, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)**.LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 1996. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

BRASIL. **Lei n.º 9.615**, de 24 de março de 1998 **Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências**. Diário Oficial, 25 de março de 1998.

BRASIL. **Lei nº 10257**, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação**

Correlata. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 35/2001 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BUARQUE, Cristovam. **A segunda abolição: um manifesto para a erradicação da pobreza no Brasil.** São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 1999.

BUARQUE, Cristovam. **Admirável Mundo Atual – Dicionário pessoal dos horrores do mundo globalizado.** São Paulo, SP: Geração Editorial, 2001.

BUARQUE, Cristovam. **Os desafios da cidadania no século XXI.** Desafios para o século XXI: coletânea de textos da 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 4.784, de 2001.** Institui o Estatuto do Desporto. Brasília, junho de 2001.

CAMPBELL, Ulisses. **A culinária do lixo.** Jornal CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 24 de fevereiro de 2002.

CAMPBELL, Ulisses. **Campeã do desperdício.** Jornal CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 24 de fevereiro de 2002.

CANTARINO FILHO, Mário Ribeiro. **A Educação Física nas Propostas Políticas da Nova República.** In SPRINT. Revista Técnica de Educação Física e Desportos. Rio de Janeiro, RJ, Ano IV, Vol. III Especial 1985.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a Educação Física da Escola e a Educação Física na Escola: A Educação Física como componente curricular.** Vitória : UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.

CARVALHO, Alysso...[et al.] organizadores. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG; Proex, 2002.

CASTELLANI FILHO, Lino. **O esporte e a Nova República**. In CORPO E MOVIMENTO. Educação Física, Esportes, Recreação e Dança. Associação dos Professores de Educação Física, São Paulo, Nº 4, abril de 1985.

CASTELLANI FILHO, Lino. **A Política Esportiva no reino do faz de conta**. In SPRINT. Revista Técnica de Educação Física e Desportos. Rio de Janeiro, RJ, Ano IV, Vol. III Especial 1985.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil - A história que não se conta**. Campinas, SP: Papirus Editora, 1988.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Lazer e Qualidade de Vida**. In Marcellino, Nélon. (org.) Políticas Públicas Setoriais de Lazer. Campinas, SP: Papirus Editora, 1996.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Política Educacional e Educação Física**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

CASTELLANI FILHO, Lino. **A Educação Física no Sistema Educacional Brasileiro Percurso, Paradoxos e Perspectivas**. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Notas para uma Agenda do Esporte brasileiro**. Desafios para o século XXI: coletânea de textos da 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

CASTRO, Maria Helena de. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. Caderno de Pesquisa n. 12. Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Campinas, SP, 1989.

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética Materialista**. Editora Alfa-Omega, São Paulo, SP, 1982.

COBB e ELDER. [apud. MULLER, Pierre, e SUREL, Yves]. **A Análise das Políticas Públicas**. – Pelotas: Educat, 2002.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. **Renovações, modismos e interesses. X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte** - Anais Volume I; Goiânia - Goiás, 1997.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CBCE (org.). **Educação física escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses**. Ijuí: Sedigraf, 1997.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA. **Notas sobre o Legislativo e a Participação da Sociedade**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2001.

CONGRESSO CENTRO-OESTE DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER. Anais; Brasília, DF, 1999.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS NO BRASIL. **Plebiscito Nacional da Dívida Externa, “A Vida acima da Dívida”**. Secretaria Executiva – Setor Pastoral Social da CNBB. Brasília, 21 de Setembro de 2000.

CORAGGIO, José Luis. Debates realizados no seminário “**O Banco Mundial e as políticas de educação no Brasil**”, in De Tommasi, Livia, Warde, Miriam Jorge e Haddad, Sérgio (orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CORDEIRO, André Passos. **A Experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre: escola de democracia**. Seminário de Democracia Participativa. Mimeo. Porto Alegre, RS, 2000.

CORPO E MOVIMENTO. Educação Física, Esportes, Recreação e Dança. Associação dos Professores de Educação Física, São Paulo, Nº 4, abril de 1985.

CORREIO BRAZILIENSE. **PPS se afasta do governo Cristovam**. Brasília, 12 de novembro de 1997.

CORREIO BRAZILIENSE. **Copa Candanga, Apenas um de Brasília**. Brasília, 28 de julho de 1998.

CORREIO BRAZILIENSE. **Outros Esportes, Futebol Juvenil**. Brasília, 3 de agosto de 1998.

CORREIO BRAZILIENSE. **49,6 milhões de miseráveis**. Brasília, 10 de julho de 2001.

CORREIO BRAZILIENSE. **País tem pouco professor**. Brasília, 19 de julho de 2001.

COSTA, Nilson do Rosário. **Políticas Públicas, Justiça Distributiva e Inovação: saúde e saneamento na agenda social**. São Paulo, SP, Editora Hucitec Ltda. 1997.

CUNHA, Edite da Penha, e CUNHA, Eleonora Schettini. **Políticas públicas sociais**. In Carvalho, Alysson...[et al] organizadores. Políticas Públicas. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG; Proex, 2002.

DEBATE SINDICAL. **Política Social e os Trabalhadores**. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos. CUT, Ano III, Nº 11, OUTUBRO DE 1989.

DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa**. 6ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO. **Calendário Esportivo 1997**. Brasília, 1997.

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. **Relatório nº 1, de 2001**. Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol. Tomo I, Volumes I a IV. Ano LVI, Sup. ao nº 190. Brasília, DF, 20 de dezembro de 2001.

DISTRITO FEDERAL. Gabinete do Governador. Secretaria de Comunicação. Secretaria de Educação. **Lugar de criança é na escola. Com qualidade!** 2ª ed., revista, atualizada e ampliada. – Brasília: Governo do Distrito Federal, 1998.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal**. Brasília,DF: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 1993.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 18.368**, de 26 de junho de 1997. Brasília, DF, 1997.

DUTRA, Olívio, e BENEVIDES, Maria Victória. **Orçamento Participativo e Socialismo**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento Participativo e Esfera Pública – Elementos para um debate conceitual**. In FISCHER, Nilton Bueno. MOLL, Jaqueline (orgs.). **Por Uma Nova Esfera Pública: a experiência do orçamento participativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERRARO, Alceu Ravanello, e RIBEIRO, Marlene (organizadores). **Trabalho Educação Lazer: Construindo Políticas Públicas**. Pelotas: Educat, 2001.

FERRO, Lila Rosa Sardinha (coordenação). **Atlas Histórico e Geográfico do Distrito Federal**. Fundação Educacional do Distrito Federal, Brasília, DF, 1997.

FIORI, José Luís. **Em busca do dissenso perdido: Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: INsight editorial, 1995.

FISCHER, Nilton Bueno. MOLL, Jaqueline (orgs.). **Por Uma Nova Esfera Pública: a experiência do orçamento participativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FLOR, Ana. **Desigualdade cresce no Brasil**. Jornal ZERO HORA, Porto Alegre, 29 de junho de 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Tasso lidera o ranking de governadores**. São Paulo, 28 de dezembro de 1998.

FOLHA DE SÃO PAULO. **A mancha do analfabetismo**. São Paulo, 27 de março de 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO. **O País dos Direitos de Papel**. São Paulo, 24 de março de 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. **54 milhões vivem com meio salário mínimo**. São Paulo, 4 de dezembro de 2002.

FREITAS, Jânio de. **Enfim, a pólvora**. Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 21 de janeiro de 2003.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL. **Cadernos da Escola Candanga**, 1996, 1998.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Pesquisa de opinião pública-JUVENTUDE: CULTURA E CIDADANIA**. Núcleo de Opinião Pública, 18 a 21 de novembro de 1999.

GENRO, Tarso, e SOUZA, Ubiratan. **Orçamento Participativo, A Experiência de Porto Alegre**. 3ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

GENTILI, Pablo. **A Falsificação do Consenso**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo, Cortez, 2001. – (Coleção questões da nossa época; v. 84).

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR DO DISTRITO FEDERAL. **Plano de Governo para o Distrito Federal, 1995-1998**. Brasília, DF, 1995.

GOVERNO DEMOCRÁTICO e POPULAR DO DISTRITO FEDERAL. **Quatro Anos que Mudaram Brasília**. Brasília, 1998.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **O Que Faz a Diferença 101 soluções criativas da nova maneira de governar do Governo Democrático e Popular**. Brasília, 1996.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Matrícula Inicial e Crescimento de Matrícula**

por Nível/Modalidade de Ensino da Rede Pública (SE/FEDF) Distrito Federal – 1990-1997. Divisão de Pesquisa, Departamento de Planejamento Educacional, Secretaria de Educação, Brasília, DF, 1997.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Lugar da Criança é na Escola: Balanço de Quatro anos do Governo Democrático e Popular na Educação,** 1998.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Prestação de Contas, Relatório 1995-1998, Secretaria de Cultura e Esporte.** Brasília, 1998.

GRUPO DE ESTUDO AMPLIADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Diretrizes curriculares para a educação física no ensino fundamental e na educação infantil da rede municipal de Florianópolis SC: registro da parceria NEPEF/ UFSC - SME/ Florianópolis, 1993 a 1996 /** Grupo de Estudo Ampliado de Educação Física. UFSC, Florianópolis, 1996.

GUIMARÃES, André. **As Políticas do Banco Mundial de Participação e Interação com a Sociedade Civil.** Seminário de Democracia Participativa. Mimeo. Porto Alegre, RS, 2000.

HADDAD, Fernando. **Em Defesa do Socialismo.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil em Síntese, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 2000.** Brasília, 2001.

JBonline. **Mais de 87% dos alunos brasileiros estudam na rede pública.** Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2001.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto.** Editora Paz e Terra, 6ª reimpressão. São Paulo, SP, 1995.

LAKATOS, Eva Maria, e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 4ª ed. Ver. e ampl. São Paulo, SP: Atlas 2001.

LEGISLAÇÃO DESPORTIVA. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

LEIRO, Augusto Cesar Rios. **Lazer e Educação nos Parques Públicos de Salvador: Encontros de sujeitos em espaços de cidadania**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia/ Universidade Federal da Bahia, 2001.

LIÃO Jr, Roberto, e SAMPAIO, Juarez Oliveira. **A Experiência do Distrito Federal: Uma Gestão Democrática e Popular** In: Anais XI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (P. 344 - 349); Florianópolis, 1999.

LINHALES, Meily Assbú. **A Trajetória Política do Esporte no Brasil: Interesses Envolvidos, Setores Excluídos**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

LINHALES, Meily Assbú. **Políticas Públicas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades**. In: Anais X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, Goiânia, 1997.

LINHALES, Meily Assbú, e PEREIRA FILHO, José Ribamar. **Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o Esporte e o Lazer nas políticas públicas**. In Goellner, Silvana Vilodre. (Org.) Educação Física/Ciências do Esporte: Intervenção e Conhecimento, Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999.

LOBATO, Elvira. **Brasil vive guerra social, diz relator da ONU**. Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 18 de março de 2002.

LORENZI, Sabrina. **Distribuição de renda piora**. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 18 de junho de 2000.

MAGALHÃES, Luiz Roberto. **Skate de Alto Nível**. Jornal CORREIO BRAZILIENSE, 10

de agosto de 1998.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de Esportes no Brasil: A Criação de um modelo brasileiro de esportes conseqüente da política de estado para o setor**. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de Esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MANFRINI, Sandra. **Social no fim da fila**. Jornal CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 26 de agosto de 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org.). **Políticas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org.). **Lazer e Esporte – Políticas Públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MARTÍ, José. **Nossa América**. 2ª edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1991.

MEIRELES, Leonardo. **Politicamente esportivo**. Jornal CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 13 de abril de 1998.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A Regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas, SP: FE/ UNICAMP; R. Vieira, 2000.

MESSERSCHMIDT, Sheila. **Relator da ONU visita lixão**. Jornal CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 8 de março de 2002.

MULLER, Pierre. **A Análise das Políticas Públicas**. Pierre Muller, Yves Surel; [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. – Pelotas: Educat, 2002.

OLEGÁRIO FILHO, Assis Brasil. **O Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Seminário de Democracia Participativa. Mimeo. Porto Alegre, RS, 2000.

OLIVEIRA, Hélio. **A vez da garotada**. Jornal CORREIO BRAZILIENSE, 18 de julho de 1998.

OLIVEIRA, Hélio. **Artilheiro dos Pampas**. Jornal CORREIO BRAZILIENSE, 1 de agosto de 1998.

OLIVEIRA, Marina, e CAVALCANTI, Leonardo. **O país do contraste**. Jornal CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 10 de julho de 2001.

OLIVEIRA, Marina. **O Brasil mais feminino**. Jornal CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 20 de dezembro de 2001.

PALOCCI FILHO, Antônio. **Dando a volta por cima**. São Paulo, SP, Editora Página Aberta Ltda. 1996.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Esporte e Lazer: direito ao ócio**. In BITTAR, Jorge (org.): O modo petista de governar. Secretaria de Assuntos Institucionais, São Paulo: Cadernos de Teoria e Debate, 1992.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Projeto Brasília – Subsídios para Elaboração de Políticas Públicas para o Distrito Federal**. Brasília,DF, 1993.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de Princípios de Uma Administração Popular e Democrática para o Esporte e o Lazer**. Brasília, DF, 1994.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Treze Pontos para ser Feliz no Esporte e no Lazer no Governo LULA**. São Paulo, 1994.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Treze Pontos para ser Feliz no Esporte e no Lazer no Governo Cristovam Buarque**. Brasília, DF, 1994.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Bases do Programa de Governo LULA PRESIDENTE – Uma revolução democrática no Brasil**. São Paulo, 1994.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Trajetórias**, organização: Projeto Memória /

Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2000.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções Organizativas da Conferência Nacional de Esporte e Lazer do Partido dos Trabalhadores**. Secretaria Nacional de Movimentos Populares, São Paulo. abril de 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Encontros Setoriais**. Diretório Nacional, São Paulo, setembro de 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Encontros Setoriais**. Diretório Nacional, Caderno 2, São Paulo, dezembro de 2001.

PIRES, Valdemir. **Orçamento Participativo: O que é, para que serve, como se faz**. Barueri, SP: Editora Manole Ltda, 2001.

PEREIRA FILHO, José Ribamar. **Complexo da Maré; possibilidades de construção da Cidadania a partir de Políticas Públicas nas áreas de Esporte e Lazer**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1998.

PEREIRA FILHO, José Ribamar. **Esporte de Participação “Ta na hora de deixar o banco de reservas???”**. Desafios para o século XXI: coletânea de textos da 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

PLATÃO. **Protágoras**, in Dutra, Olívio e Benevides, Maria Victória: **Orçamento Participativo e Socialismo**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001.

REBELO, Aldo, e TORRES, Silvio. **CBF-NIKE**. Editora Casa Amarela, São Paulo, 2001.

REIS, Eneila. **Ginásio Radical**. CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 8 de agosto de

1998.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. **Educação Física / Ciências do Esporte: Intervenção e Conhecimento**. XI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais, Caderno 2, Volume 21, número 1, Florianópolis, Setembro/1999.

REVISTA MOTRIVIVÊNCIA. **Políticas Públicas: Educação Física / Esporte / Lazer**. Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Ano X, nº 11 - Setembro / 1998.

REVISTA MOTRIVIVÊNCIA. **Políticas Públicas: Educação Física / Esporte / Lazer – II**. Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Ano XI, nº 12 - Maio / 1999.

REZENDE, Humberto. **Em Brasília, estudar dá mais lucro**. Jornal CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 27 de maio de 2001.

ROSSI, Clóvis. **Brasil melhora, mas renda se concentra**. Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, 24 de julho de 2002.

SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. 2ª edição, São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

SADER, Emir. **Século XX Uma Biografia Não-Autorizada**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAMPAIO, Juarez Oliveira, LIÃO Jr, Roberto. **Projeto Núcleos de Educação com o Movimento: A experiência do Distrito Federal, uma Gestão Democrática e Popular**. In: Anais XI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (pp. 245- 253); Florianópolis, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, RJ, Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Dalva, MOREIRA, Fátima (Macapá), Sousa, Roseli (organizadoras). **Esporte,**

Arte e Lazer em Belém – sob o olhar dos que fazem. Secretaria Municipal de Educação, Belém, Pará, Graphitte Editores, 2002.

SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. **O Mito da Erradicação do Trabalho Infantil via Escola.** Dissertação de Mestrado – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SAUTCHUK, Jaime. **Louco por Educação.** Jornal OPASQUIM 21. Rio de Janeiro, 26 de março de 2002.

SILVA, Jamerson Antonio de Almeida. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Resistência e dominação no Governo de Pernambuco, entre 1995 e 1998.** Dissertação de Mestrado – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SILVA, Paulo Trindade Nerys. **São as políticas públicas efetivamente políticas “sociais”?** In Revista Motrivivência, CDS/UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Maio de 1999.

SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (18: 1999: Pelotas). **Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer.** Org. Luiz Fernando Veronez e Valdelaine Mendes - Pelotas: Editora Universitária / UFPel - ESEFE, 1999.

SOARES, Maria Clara Couto. **Banco Mundial: políticas e reformas.** In, Tommasi, Livia De, Warde, Mirian Jorge, Haddad, Sérgio (organizadores): O Banco Mundial e as Políticas Educacionais, 2ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 1998.

SPRINT. Revista Técnica de Educação Física e Desportos. Rio de Janeiro, RJ, Ano IV, Vol. III Especial 1985.

STIGGER, Marco Paulo. **Políticas Sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à**

pergunta: “são as políticas públicas para a educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?” in Revista Motrivivência, CDS/UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Setembro de 1998.

SUWWAN, Leila. **Crescimento do IDH se desacelera**. Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, 24 de julho de 2002.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. **A Educação Física na Nova República**. In SPRINT. Revista Técnica de Educação Física e Desportos. Rio de Janeiro, RJ, Ano IV, Vol. III Especial 1985.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. **Desporto Educacional: Realidade e Possibilidades das Políticas Governamentais e das Práticas Pedagógicas Nas Escolas Públicas**. Desafios para o século XXI: coletânea de textos da 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. **Introdução aos Estudos sobre Metodologia do Ensino e Pesquisa no Âmbito da Cultura Corporal**. Mimeo, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Disciplina Tópico Especial em Educação-Metodologia do Ensino e da Pesquisa no Âmbito da Cultura Corporal. Salvador, Bahia, 2000.

TIERRA, Pedro. **Os Filhos da Paixão**, in PARTIDO DOS TRABALHADORES, **Trajetórias**, organização: Projeto Memória / Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2000.

TORRES, Rosa Maria. Debates realizados no seminário **“O Banco Mundial e as políticas de educação no Brasil”**. in De Tommasi, Livia, Warde, Miriam Jorge e Haddad, Sérgio (orgs.). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. 2ª ed. São Paulo:

Cortez, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva; MOLINA NETO, Vicente (organizadores). **A Pesquisa Qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS/ Sulina, 1999.

VAZ, Alexandre Fernandez. **Práticas Corporais e Democracia Popular**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis, SC, v.18, n. 3, p.212-218, maio de 1997.

VAZQUEZ, Adolfo Sanches. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra Ltda, 1968.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **O Lazer como uma Dimensão da Formação/ Educação Sindical dos Trabalhadores das Indústrias e Cooperativas da Alimentação de Pelotas**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, 1998.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo, e MENDES, Valdelaine da Rosa. **Lazer, movimentos sociais e políticas públicas**. In FERRARO, Alceu Ravanello, e RIBEIRO, Marlene (organizadores). Trabalho Educação Lazer: Construindo Políticas Públicas. Pelotas: Educat, 2001.

VERZA, Severino Batista. **As Políticas Públicas de Educação no Município**. Ijuí, RS, Ed. UNIJUÍ, 2000.

VIANNA, Herbert. **LUÍS INÁCIO (300 PICARETAS)**. Letra e Música, VAmoBatêLATA; São Paulo, SP, dezembro de 1994.

VOTRE, Sebastião Josué; BOCCARDO, Ludmila Mourão; FERREIRA NETO, Amarílio.

Pesquisa em Educação Física. Vitória: UFES, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1993.